



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
COORDENADORIA DE COMPRAS
DIVISÃO DE LICITAÇÃO**

**PREGÃO ELETRÔNICO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 37/2020
(Processo Administrativo n. 23005.000442/2020-63)**

A Fundação Universidade Federal da Grande Dourados torna público que realizará licitação, por meio da Coordenadoria de Compras, sediada à Cidade Universitária, Unidade II da UFGD, Rodovia Dourados/Itahum Km 12 Dourados – MS, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, com critério de julgamento **MENOR PREÇO GLOBAL**, sob a **forma de execução indireta**, no **regime de empreitada por unitário**, nos termos da Lei n. 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, do Decreto 9.507, de 21 de setembro de 2018, do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, das Instruções Normativas SEGES/MP nº 05, de 26 de maio de 2017 e nº 03, de 26 de abril de 2018 e da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e as exigências estabelecidas neste Edital.

Data da sessão: 16 de junho de 2020

Horário: 08h30min

Local: Portal de Compras do Governo Federal – www.comprasgovernamentais.gov.br

UASG: 154502

1 DO OBJETO

1.1 O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE JARDINAGEM E ROÇADA COM A DISPONIBILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA EM REGIME DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2 A licitação será realizada em único item.

2 DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1 As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União para o exercício de 2019, na classificação abaixo:



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
COORDENADORIA DE COMPRAS
DIVISÃO DE LICITAÇÃO**

PTRES: 170569

FONTE: 8100000000

PI: M20RKG0100N

UGR:

Unidade para Centro de Custo: 11.03

3 DO CREDENCIAMENTO

3.1 O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

3.2 O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

3.3 O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.4 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.5 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5.1 A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4 DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

4.1 Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.

4.1.1 Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
COORDENADORIA DE COMPRAS
DIVISÃO DE LICITAÇÃO**

- 4.2 Não poderão participar desta licitação os interessados:
- 4.2.1 Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;
 - 4.2.2 Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
 - 4.2.3 Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
 - 4.2.4 Que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;
 - 4.2.5 Que estejam sob falência, recuperação judicial ou extrajudicial, ou concurso de credores ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação, observado o disposto no item 9.10.1.1 deste Edital;
 - 4.2.6 Entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio.
 - 4.2.7 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).
 - 4.2.8 Instituições sem fins lucrativos (parágrafo único do art. 12 da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05/2017).
 - 4.2.8.1 É admissível a participação de organizações sociais, qualificadas na forma dos arts. 5º a 7º da Lei 9.637/1998, desde que os serviços objeto desta licitação se insiram entre as atividades previstas no contrato de gestão firmado entre o Poder Público e a organização social (Acórdão nº 1.406/2017- TCU-Plenário), mediante apresentação do Contrato de Gestão e dos respectivos atos constitutivos.
 - 4.2.9 Sociedades cooperativas, considerando a vedação contida no art. 10 da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 2017, bem como o disposto no Termo de Conciliação firmado entre o Ministério Público do Trabalho e a AGU.
- 4.3 Nos termos do art. 5º do Decreto nº 9.507, de 2018, é vedada a contratação de pessoa jurídica na qual haja administrador ou sócio com poder de direção, familiar de:



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
COORDENADORIA DE COMPRAS
DIVISÃO DE LICITAÇÃO**

- 4.3.1 Detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação; ou
- 4.3.2 De autoridade hierarquicamente superior no âmbito do órgão contratante.
- 4.3.3 Para os fins do disposto neste item, considera-se familiar o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau (Súmula Vinculante/STF nº 13, art. 5º, inciso V, da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013 e art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 7.203, de 04 de junho de 2010).

4.4 Nos termos do art. 7º do Decreto nº 7.203, de 2010, é vedada, ainda, a utilização, na execução dos serviços contratados, de empregado da futura Contratada que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança neste órgão contratante.

4.5 Como condição para participação no Pregão, o licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

- 4.5.1 Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.
 - 4.5.1.1 nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame.
 - 4.5.1.2 nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- 4.5.2 Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos.
- 4.5.3 Que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;
- 4.5.4 Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- 4.5.5 Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 4.5.6 Que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
COORDENADORIA DE COMPRAS
DIVISÃO DE LICITAÇÃO**

Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009.

- 4.5.7 Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 4.5.8 Que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

4.6 A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

5 DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, **CONCOMITANTEMENTE com os documentos de habilitação exigidos no edital, PROPOSTA COM A DESCRIÇÃO DO OBJETO OFERTADO E O PREÇO, ATÉ A DATA E O HORÁRIO ESTABELECIDOS PARA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

5.2 O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

5.3 Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

5.4 As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

5.5 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.6 Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

5.7 Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

5.8 Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
COORDENADORIA DE COMPRAS
DIVISÃO DE LICITAÇÃO**

após o encerramento do envio de lances.

6 DO PREENCHIMENTO DAS PROPOSTAS

6.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1 Valor anual do item.

6.1.2 Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência, incluindo-se, dentre outras, as seguintes informações:

6.1.3 A indicação dos sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.

6.1.4 Produtividade adotada e, se esta for diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, a respectiva comprovação de exequibilidade.

6.1.5 A quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual;

6.1.6 Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, nos termos do item 6.1.2.2, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

6.1.7 Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

6.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

6.3 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços, apurados mediante o preenchimento do modelo de Planilha de Custos e Formação de Preços, conforme anexo deste Edital;

6.3.1 A Contratada deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
COORDENADORIA DE COMPRAS
DIVISÃO DE LICITAÇÃO**

custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale-transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do §1º do artigo 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

6.3.2 Caso o eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos se revele superior às necessidades da contratante, a Administração deverá efetuar o pagamento seguindo estritamente as regras contratuais de faturamento dos serviços demandados e executados, concomitantemente com a realização, se necessário e cabível, de adequação contratual do quantitativo necessário, com base na alínea "b" do inciso I do art. 65 da Lei n. 8.666/93 e nos termos do art. 63, §2º da IN SEGES/MP n.5/2017.

6.4 A empresa é a única responsável pela cotação correta dos encargos tributários. Em caso de erro ou cotação incompatível com o regime tributário a que se submete, serão adotadas as orientações a seguir:

6.4.1 cotação de percentual menor que o adequado: o percentual será mantido durante toda a execução contratual;

6.4.2 cotação de percentual maior que o adequado: o excesso será suprimido, unilateralmente, da planilha e haverá glosa, quando do pagamento, e/ou redução, quando da repactuação, para fins de total ressarcimento do débito.

6.5 Se o regime tributário da empresa implique no recolhimento de tributos em percentuais variáveis, **a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses**, devendo o licitante ou contratada apresentar ao pregoeiro ou à fiscalização, a qualquer tempo, comprovação da adequação dos recolhimentos, para os fins do previsto no subitem anterior.

6.6 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento dos serviços, serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7 Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte não poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional, visto que os serviços serão prestados com disponibilização de trabalhadores em dedicação exclusiva de mão de obra, o que configura cessão de mão de obra para fins tributários, conforme art. 17, inciso XII, da Lei Complementar nº 123/2006.

6.8 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
COORDENADORIA DE COMPRAS
DIVISÃO DE LICITAÇÃO**

e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.9 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.10 *O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.*

6.11 Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.11.1 O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobre preço na execução do contrato.

7 DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2 O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis, ilegalidades, ou não apresentem as especificações exigidas no Termo de Referência.

7.2.1 Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante;

7.2.2 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.2.3 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.3 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.4 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.5 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
COORDENADORIA DE COMPRAS
DIVISÃO DE LICITAÇÃO**

por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5.1 Os lances deverão ser ofertados pelo valor anual do item.

7.6 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7 O licitante somente poderá oferecer lance **de valor inferior** ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8 Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

7.9 **A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos.** Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo **de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.**

7.10 Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até dez por cento superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.10.1 Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.11 Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.11.1 Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.12 Poderá o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atender às exigências de habilitação.

7.13 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
COORDENADORIA DE COMPRAS
DIVISÃO DE LICITAÇÃO**

recebido e registrado em primeiro lugar.

7.14 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.15 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.16 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.17 O critério de julgamento adotado será o MENOR PREÇO GLOBAL, conforme definido neste Edital e seus anexos.

7.18 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.19 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as *microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.*

7.20 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.21 A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.22 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
COORDENADORIA DE COMPRAS
DIVISÃO DE LICITAÇÃO**

7.23 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.24 A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.24.1 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos serviços:

7.24.1.1 prestados por empresas brasileiras;

7.24.1.2 prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.24.1.3 prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

7.25 Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

7.26 *Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.*

7.26.1 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.26.2 O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 12 (doze) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.27 Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8 DA ACEITABILIDADE DAS PROPOSTAS

8.1 Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
COORDENADORIA DE COMPRAS
DIVISÃO DE LICITAÇÃO**

máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.

8.2 Análise da exequibilidade da proposta de preços deverá ser realizada com o auxílio da Planilha de Custos e Formação de Preços, a ser preenchida pelo licitante em relação à sua proposta final, conforme anexo deste Edital.

8.3 *A planilha de Custos e Formação de Preços deverá ser encaminhada pelo licitante exclusivamente via sistema, contado da solicitação do pregoeiro, com os respectivos valores readequados ao lance vencedor, e será analisada pelo Pregoeiro no momento da aceitação do lance vencedor.*

8.3.1 A fim de evitar distorções nos preços unitários da proposta de menor preço global, o Pregoeiro efetuará análise individual dos itens cotados na proposta, mediante o seguinte procedimento:

8.3.2 Caso seja verificado, na proposta de menor valor global, a ocorrência de itens com preços superiores aos fixados pela UFGD (ANEXOS VI), o Pregoeiro suspenderá os trabalhos e abrirá prazo à licitante para que ela possa adequar os itens, onde for verificado o sobre preço ao orçamento base elaborado pela Administração, disponível nos ANEXOS VI, sob pena de ser desclassificada.

8.4 A(s) Planilha(s) de Custos e Formação de Preços e demais planilhas de insumos e materiais, **deverá ser encaminhada pelo licitante exclusivamente via sistema, contado da solicitação do pregoeiro, com os respectivos valores readequados ao lance vencedor**, e será analisada pelo Pregoeiro no momento da aceitação do lance vencedor.

8.5 Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, nos termos do item 9.1 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017, que:

- 8.5.1 não estiver em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital;
- 8.5.2 contenha vício insanável ou ilegalidade;
- 8.5.3 não apresente as especificações técnicas exigidas pelo Termo de Referência;
- 8.5.4 apresentar preço final, global ou unitário, superior aos preços máximos fixados pela UFGD através da planilha de formação e composição de custos unitários (Acórdão n.º 1455/2018 -TCU - Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

8.5.4.1 Quando o licitante não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
COORDENADORIA DE COMPRAS
DIVISÃO DE LICITAÇÃO

8.5.4.1.1 for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

8.5.4.1.2 apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

8.5.4.2 A fim de assegurar o tratamento isonômico entre as licitantes, bem como para a contagem da anualidade prevista no art. 3º, §1º da Lei n. 10.192/2001, informa-se que foram utilizadas as seguintes convenções coletivas de trabalho no cálculo do valor estimado pela Administração.

8.5.4.2.1 Trabalhadores nas empresas de Asseio e Conservação com abrangência em Dourados/MS;

8.5.4.2.2 O(s) sindicato(s) indicado(s) nos subitens acima não são de utilização obrigatória pelos licitantes (Acórdão TCU nº 369/2012), mas sempre se exigirá o cumprimento das convenções coletivas adotadas por cada licitante/contratante.

8.6 É vedado à proponente incluir na Planilha de Custos e Formação de Preços:

8.6.1 item relativo a despesas decorrentes de disposições contidas em Acordos, Convenções ou Dissídios Coletivos de Trabalho que tratem de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade (art. 9º, parágrafo único, incisos I a III, do Decreto n.º 9.507/2018, e art. 6º da IN SEGES/MP n.º 5, de 2017);



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
COORDENADORIA DE COMPRAS
DIVISÃO DE LICITAÇÃO

- 8.6.2 item relativo a despesas decorrentes de disposições contidas em Acordos, Convenções ou Dissídios Coletivos de Trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública (art. 6º, parágrafo único, da IN SEGES/MP n.º 5/2017);
- 8.6.3 rubricas que prevejam o custeio de despesas com treinamento, reciclagem e capacitação ou congêneres, pois tais parcelas já são cobertas pelas despesas administrativas (Acórdão TCU nº 2.746/2015 - Plenário);
- 8.6.4 rubrica denominada “reserva técnica”, exceto se houver justificativa, na proposta, que indique, claramente e por meio de memória de cálculo, o que está sendo custeado, de modo a haver a comprovação da não cobertura do valor, direta ou indiretamente, por outra rubrica da planilha (Acórdãos TCU nº 2.746/2015 – Plenário, nº 64/2010 - 2ª Câmara e nº 953/2016 - Plenário);
- 8.6.5 rubrica para pagamento do Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido – CSLL (Súmula TCU nº 254/2010);
- 8.6.6** rubrica denominada “verba” ou “verba provisional”, pois o item não está vinculado a qualquer contraprestação mensurável (Acórdãos TCU nº 1.949/2007 – Plenário e nº 6.439/2011 – 1ª Câmara)

8.7 A inclusão na proposta de item de custo vedado não acarretará a desclassificação do licitante, devendo o pregoeiro determinar que os respectivos custos sejam excluídos da Planilha, adotando, se for o caso, as providências do art. 47, caput, do Decreto n.º 10.024, de 2019.

- 8.7.1 Na hipótese de contratação com a previsão de itens de custos vedados, tais valores serão glosados e os itens serão excluídos da Planilha, garantidas ampla defesa e contraditório.

8.8 A inexecuibilidade dos valores referentes a itens isolados da Planilha de Custos e Formação de Preços não caracteriza motivo suficiente para a desclassificação da proposta, desde que não contrariem exigências legais.

8.9 Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 3º do artigo 43 da Lei nº 8.666, de 1993 e a exemplo das enumeradas no item 9.4 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP N. 5, de 2017, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.10 Quando o licitante apresentar preço final inferior a 30% (trinta por cento) da média dos preços ofertados para o mesmo item, e a inexecuibilidade da proposta não for flagrante e



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
COORDENADORIA DE COMPRAS
DIVISÃO DE LICITAÇÃO

evidente pela análise da planilha de custos, não sendo possível a sua imediata desclassificação, será obrigatória a realização de diligências para aferir a legalidade e exequibilidade da proposta.

8.11 Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

8.11.1 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

8.12 O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

8.12.1 O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

8.12.2 Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se as planilhas de custo readequadas com o valor final ofertado.

8.13 Todos os dados informados pelo licitante em sua planilha deverão refletir com fidelidade os custos especificados e a margem de lucro pretendida.

8.14 O Pregoeiro analisará a compatibilidade dos preços unitários apresentados na Planilha de Custos e Formação de Preços com aqueles praticados no mercado em relação aos insumos e também quanto aos salários das categorias envolvidas na contratação;

8.15 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo Pregoeiro, desde que não haja majoração do preço proposto.

8.15.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas

8.15.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
COORDENADORIA DE COMPRAS
DIVISÃO DE LICITAÇÃO**

8.16 Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.17 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.18 Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

8.19 Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

8.20 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

9 DA HABILITAÇÃO

9.1 Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

9.1.1 SICAF

9.1.2 **Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União**
(<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>)

9.1.3 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.1.3.1 Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
COORDENADORIA DE COMPRAS
DIVISÃO DE LICITAÇÃO**

- 9.1.3.1.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
- 9.1.3.1.2 O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.
- 9.1.4 Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.
- 9.1.5 No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.
- 9.2 Caso atendidas as condições de participação, a habilitação do licitante será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.
- 9.2.1 O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03/2018, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;
- 9.2.2 É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.
- 9.2.3 O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.
- 9.3 Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação.
- 9.4 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
COORDENADORIA DE COMPRAS
DIVISÃO DE LICITAÇÃO**

9.5 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.6 Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.6.1 Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.7 Ressalvado o disposto no item 5.3, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

9.8 HABILITAÇÃO JURÍDICA

9.8.1 No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.8.2 No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

9.8.3 inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

9.8.4 No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

9.8.5 decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;

9.8.6 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.9 REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

9.9.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

9.9.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
COORDENADORIA DE COMPRAS
DIVISÃO DE LICITAÇÃO**

Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

- 9.9.3 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 9.9.4 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 9.9.5 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 9.9.6 Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 9.9.7 Caso o licitante seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

9.10 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- 9.10.1 certidão negativa de falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede do licitante;
 - 9.10.1.1 No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.
- 9.10.2 balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta
 - 9.10.2.1 no caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
COORDENADORIA DE COMPRAS
DIVISÃO DE LICITAÇÃO

9.10.2.2 é admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato/estatuto social.

9.10.3 comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

9.10.4 As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação ou do item pertinente.

9.10.5 As empresas deverão ainda complementar a comprovação da qualificação econômico-financeira por meio de:

9.10.5.1 Comprovação de possuir Capital Circulante Líquido (CCL) ou Capital de Giro (Ativo Circulante – Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado para a contratação ou item pertinente, tendo por base o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis já exigíveis na forma da lei;

9.10.5.2 Comprovação de patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, apresentados na forma da lei, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data da apresentação da proposta.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
COORDENADORIA DE COMPRAS
DIVISÃO DE LICITAÇÃO**

9.10.5.3 Comprovação, por meio de declaração, da relação de compromissos assumidos, conforme modelo constante do Anexo IV, de que 1/12 (um doze avos) do valor total dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada, vigentes na data da sessão pública de abertura deste Pregão, não é superior ao Patrimônio Líquido do licitante, podendo este ser atualizado na forma já disciplinada neste Edital;

9.10.5.3.1 a declaração de que trata a subcondição acima deverá estar acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) relativa ao último exercício social,

9.10.5.3.2 quando houver divergência percentual superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, entre a declaração aqui tratada e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), deverão ser apresentadas, concomitantemente, as devidas justificativas.

9.11 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

9.11.1 Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado. Os atestados deverão dizer respeito a serviços executados com as seguintes características mínimas:

9.11.1.1 Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

9.11.1.2 Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5, de 2017.

9.11.1.3 Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
COORDENADORIA DE COMPRAS
DIVISÃO DE LICITAÇÃO**

operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

9.11.1.4 *Deverá haver a comprovação da experiência mínima de 03 (três) anos na prestação dos serviços, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de os anos serem ininterruptos, conforme item 10.7.1 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.*

9.11.1.5 O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

9.11.1.5.1 “A regra do item anterior não tem caráter inabilitatório ou desclassificatório, apenas de comprovação de veracidade dos atestados, devendo a Comissão de Licitação ou o Pregoeiro responsável pelo procedimento licitatório promover diligência nos termos do § 3º, do art. 43, da Lei n.º 8.666, de 1993, caso entenda necessário. Somente no caso da diligência não resultar na comprovação efetiva, o licitante poderá ser desclassificado.”

9.11.1.6 O licitante deverá comprovar que tenha executado contrato(s) em número mínimo de 16 (dezesesseis) postos, conforme exigido na alínea c2 do item 10.6 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

9.11.1.6.1 *Para a comprovação do número mínimo de postos exigido, será aceito o somatório de atestados que comprovem que o licitante gerencia ou gerenciou serviços de terceirização compatíveis com o objeto licitado, nos termos do item 10.7 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.*

9.12 O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

9.13 A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

9.13.1 A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
COORDENADORIA DE COMPRAS
DIVISÃO DE LICITAÇÃO**

à fase de habilitação.

9.14 Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

9.15 A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

9.16 Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

9.17 Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

9.18 Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente

9.19 Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

10 DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

10.1 A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada **no prazo de 12 (doze) horas** a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

- 10.1.1 ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.
- 10.1.2 apresentar a planilha de custos e formação de preços, para cada um dos postos, devidamente ajustada ao lance vencedor, em conformidade com o



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
COORDENADORIA DE COMPRAS
DIVISÃO DE LICITAÇÃO**

modelo anexo a este instrumento convocatório.

10.1.3 Estar devidamente acompanhada das Planilhas referentes à: Uniforme, Ferramentas, Depreciação, Equipamentos de Proteção;

10.1.4 Planilha de Desconto para o fornecimento de Materiais.

10.1.5 Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

10.2 A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

10.2.1 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

10.3 Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).

10.3.1 Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

10.4 A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

10.5 A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

10.6 As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

11 DOS RECURSOS

11.1 **O Pregoeiro declarará** o vencedor e, depois de decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista de microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, concederá o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

11.2 Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

11.2.1 Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
COORDENADORIA DE COMPRAS
DIVISÃO DE LICITAÇÃO**

verificará as condições de admissibilidade do recurso.

11.2.2 A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

11.2.3 Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.3 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.4 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

12 DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

12.1 A sessão pública poderá ser reaberta:

12.1.1 Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

12.1.2 Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

12.2 Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

12.2.1 A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”), e-mail, ou, ainda, fac-símile, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

12.2.2 A convocação feita por e-mail ou fac-símile dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

13 DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
COORDENADORIA DE COMPRAS
DIVISÃO DE LICITAÇÃO**

13.1 O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

13.2 Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

14 DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

14.1 Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência.

15 DO TERMO DE CONTRATO

15.1 Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

15.2 O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

15.2.1 Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.

15.2.2 O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

15.3 O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

15.3.1 referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 8.666, de 1993;

15.3.2 a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

15.3.3 a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
COORDENADORIA DE COMPRAS
DIVISÃO DE LICITAÇÃO**

15.4 O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses prorrogável conforme previsão no instrumento contratual.

15.5 Previamente à formalização da contratação a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.

15.5.1 Nos casos em que houver necessidade de assinatura do instrumento de contrato, e o fornecedor não estiver inscrito no SICAF, este deverá proceder ao seu cadastramento, sem ônus, antes da contratação.

15.5.2 Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

15.6 Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.

15.7 Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

16 DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL

16.1 As regras acerca do reajustamento em sentido geral do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

17 DA ACEITAÇÃO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

17.1 Os critérios de aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

18 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

18.1 As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
COORDENADORIA DE COMPRAS
DIVISÃO DE LICITAÇÃO**

19 DO PAGAMENTO

19.1 As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

20 DA CONTA-DEPÓSITO VINCULADA-BLOQUEADA PARA MOVIMENTAÇÃO

20.1 **Para atendimento** ao disposto no art. 18 da IN SEGES/MP N. 5/2017, as regras acerca da Conta-Depósito Vinculada – bloqueada para movimentação a que se refere o Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017 são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

21 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

21.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

- 21.1.1 não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- 21.1.2 não assinar a ata de registro de preços, quando cabível;
- 21.1.3 apresentar documentação falsa;
- 21.1.4 deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- 21.1.5 ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 21.1.6 não mantiver a proposta;
- 21.1.7 cometer fraude fiscal;
- 21.1.8 comportar-se de modo inidôneo;

21.2 As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços, que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.

21.3 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

21.4 O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- 21.4.1 Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;
- 21.4.2 Multa conforme percentuais especificados no Termo de Referência;



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
COORDENADORIA DE COMPRAS
DIVISÃO DE LICITAÇÃO**

- 21.4.3 Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- 21.4.4 Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;
- 21.4.5 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

21.5 A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

21.6 Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

21.7 A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

21.8 O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

21.9 Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

21.10 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

21.11 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
COORDENADORIA DE COMPRAS
DIVISÃO DE LICITAÇÃO**

21.12 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

21.13 As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

22 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

22.1 Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital

22.2 A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail compras@ufgd.edu.br ou por petição dirigida ou protocolada no endereço João Rosa Góes, 1761, Vila Progresso, Dourados/MS junto Seção de Protocolo.

22.3 Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até 2 (dois) dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.

22.4 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

22.5 Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.

22.6 O Pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 2 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Edital e dos anexos.

22.7 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

22.7.1 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

22.8 As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a Administração.

23 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

23.1 Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

23.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
COORDENADORIA DE COMPRAS
DIVISÃO DE LICITAÇÃO**

primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

23.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

23.4 No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

23.5 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

23.6 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

23.7 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

23.8 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

23.9 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

23.10 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

23.11 O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico www.comprasgovernamentais.gov.br, e também poderá ser lido e/ou obtido no endereço Rua João Rosa Góes, 1761 – VI. Progresso, Dourados – MS, CEP 79.825-070, nos dias úteis, no horário das 07h30 horas às 17h00 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

24 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

24.1.1 ANEXO I - Termo de Referência;

24.1.2 ANEXO II - Modelo de autorização para a utilização da garantia e de pagamento direto (conforme estabelecido na alínea "d" do item 1.2 do Anexo VII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017);



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
COORDENADORIA DE COMPRAS
DIVISÃO DE LICITAÇÃO**

- 24.1.3 ANEXO III – Autorização para Abertura de Conta Vinculada;
- 24.1.4 ANEXO IV - Modelo de declaração de contratos firmados com a iniciativa privada e a Administração Pública;
- 24.1.5 ANEXO V - Minuta de Termo de Contrato;
- 24.1.6 ANEXO VI - Planilha de Custos e Formação de Preços.

Dourados, 01 de junho de 2020.

Vera Luci Almeida

Pró-Reitora de Administração



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1. A presente licitação tem como objeto a contratação de empresa, em regime de empreitada por preço unitário para prestação de serviços comuns continuados de jardinagem e roçada, com fornecimento de materiais e equipamentos para atender as necessidades da Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD, conforme as especificações técnicas e estimativas de quantidades previstas no Edital e demais anexos.

1.2. A presente contratação adotará como regime de execução a EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO e será adjudicada pelo menor valor GLOBAL ao licitante vencedor.

1.3. A contratação compreenderá, além do fornecimento de Mão de obra, Equipamentos, EPIs, Ferramentas e Materiais de Consumo necessários e adequados à execução dos serviços, conforme especificações e quantitativos estabelecidos em **Tabelas no item 9**, nas dependências da UFGD, sendo contratados com base na área física a ser roçada e de execução dos serviços de jardinagem, observadas, conforme tabela a seguir:

I - Áreas Externas		Área a ser limpa (M²)
Serviço de Roçada de grama com roçadeira costal	Auxiliar de Jardinagem	45.079,19
Serviço de Roçada com Trator cortador de grama a gasolina	Auxiliar de Jardinagem	131.150,28
Serviço de Roçada com Trator (60HP) com roçadeira acoplada	Tratorista - 44h	422.617,96
Serviço de Jardinagem	Jardineiro	598.847,43
Serviço de Aplicação de defensivo	Auxiliar de Jardinagem (com insalubridade)	598.847,43
ENCARREGADO – 44h semanais		Posto
ENCARREGADO – 44h semanais		1,00

1.4. O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum de jardinagem e roçada de áreas externas da UFGD.

1.5. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados na tabela acima.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS

- 1.6. A presente contratação adotará como regime de execução a empreitada por Preço Unitário.
- 1.7. O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A Justificativa e objetivo da contratação encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:

- 3.1. A descrição da solução como um todo, conforme minudenciado nos Estudos Preliminares, abrange a prestação do serviço de jardinagem e roçada com utilização de mão de obra com dedicação exclusiva e fornecimento de todo o material, equipamentos e implementos que se fizerem necessários.
- 3.2. Os serviços a serem prestados nas áreas externas da UFGD serão contratados com base na área física a ser roçada e ajardinada, estabelecendo-se o custo por metro quadrado, observadas as peculiaridades, a produtividade, a periodicidade e a frequência de cada tipo de serviço e das condições do local objeto da contratação, em consonância com o Anexo V, item 2.6, alíneas “d” e “d.1” da IN Seges/MPDG n. 05/2017, com prestação dos serviços por 8 (oito) horas diárias de segunda a sexta-feira e de 4 (quatro) horas aos sábados, perfazendo o total de 44 (quarenta e quatro) horas semanais.

4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

- 4.1. Trata-se de serviço comum, com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.
- 4.2. Os serviços a serem contratados enquadraram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.
- 4.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 5.1. Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:
 - 5.1.1. Prestação de serviços jardinagem e roçada de segunda a sábado, nas dependências da UFGD cujas áreas externas, conforme mapa de roçada e jardinagem, fazem parte do escopo da presente contratação.
 - 5.1.2. Prestação de serviços com fornecimento de equipamentos, implementos e materiais necessários a execução dos serviços de jardinagem e roçada.
 - 5.1.3. Prestação dos serviços com pagamento por metro quadrado de área a ser roçada e aplicado



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS

os serviços de jardinagem nas áreas externas dos prédios da UFGD.

- 5.1.4. Prestação dos serviços com adoção dos parâmetros de produtividade por auxiliar de jardinagem e trator com implemento em jornada de oito horas de segunda a sexta-feira, e de quatro horas aos sábados.
 - 5.1.4.1. A faixa de produtividade para o serviço de roçada de grama com roçadeira costal que poderá ser adotada ficará entre 3.600m² e 4.100m².
 - 5.1.5. Devido à sua essencialidade, os serviços visam atender a necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, de modo que sua interrupção pode comprometer a prestação do atendimento ao público e cumprimento das atividades acadêmicas compreendendo o ensino, a pesquisa e a extensão.
 - 5.1.6. A CONTRATADA deverá conhecer e respeitar e fazer com que todo o seu pessoal alocado ao contrato respeite e cumpra as leis, normas e regulamentos referentes ao meio ambiente vigente no país, especialmente sobre o PLS – Plano de Logística Sustentável, bem como as demais normas e regulamentos relacionados à Política Ambiental da UFGD.
 - 5.1.7. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, com início na data de **19/04/2020**, data de encerramento do contrato n. 22/2018, processo n. 23005.003630/2017-48.
 - 5.1.8. Não há necessidade de a contratada promover a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas no caso específico da contratação dos serviços de jardinagem e roçada, uma vez que as técnicas utilizadas são de domínio comum, conhecida da grande maioria, senão de todas as empresas do ramo e não há propriedade intelectual a proteger.
 - 5.1.9. A contratação anterior dispõe de emprego de máquinas e implementos que permitem ganho de produtividade em relação ao emprego de mão de obra na proporção 01 (um) homem por produtividade. Portanto, a manutenção do emprego de máquinas e tecnologias na contratação permitirá economia de escala e a consequente redução de custos ao Órgão. Foi realizada pesquisa no mercado e constatou-se que o contrato anterior está empregando máquinas e implementos de acordo com o atualmente utilizado no mercado, sendo indicado manter o emprego mais acentuado de máquinas em detrimento de contratação de postos de trabalho.
- 5.2.** O enquadramento das categorias profissionais que serão empregadas no serviço, dentro da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), disponibilização de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, é o seguinte:
- 5.2.1. Auxiliar de Jardinagem (incluindo posto com insalubridade), Código CBO n. 9922.
 - 5.2.2. Encarregado, Código CBO n. 9922-05.
 - 5.2.3. Jardineiro, Código CBO n. 622010.
 - 5.2.4. Tratorista, Código CBO n. 6410-15.
- 5.3.** Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.
- 5.4.** As obrigações da Contratada e Contratante estão previstas neste TR.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS

6. VISTORIA PARA A LICITAÇÃO

- 6.1.** Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante *poderá* realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08 h horas às 16 horas.
- 6.2.** *O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.*
- 6.2.1. Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.*
- 6.3.** *Por ocasião da vistoria, ao licitante, ou ao seu representante legal, poderá ser entregue CD-ROM, “pen-drive” ou outra forma compatível de reprodução, contendo as informações relativas ao objeto da licitação, para que a empresa tenha condições de bem elaborar sua proposta.*
- 6.4.** *A não realização da vistoria, quando facultativa, não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.*
- 6.5.** *A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.*

7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

- 7.1.** A execução dos serviços será iniciada a partir da assinatura do contrato, na forma que segue:

7.1.1. DIARIAMENTE, UMA VEZ, QUANDO NÃO EXPLICITADO.

7.1.2. Limpar jardins, gramados, canteiros e áreas arborizadas. Varrição, rastelagem, limpeza, retirada e transporte de resíduos vegetais para local apropriado a definir pela CONTRATANTE.

7.1.3. Irrigar diariamente, quando necessário, gramados, forrações arbustos, árvores e palmeiras, sendo que a frequência de irrigação determinada pela ocorrência de chuvas, conforme as recomendações: para gramado e canteiros de forrações é considerado no mínimo 5 L/m² por dia (150 mm/mês); Para arbustos prevê-se um volume diário de 3 L/muda, isto quando não chover, o procedimento deve ser realizado com cuidado para não danificar as folhas e não remover o substrato dos canteiros. Para árvores e palmeiras, nos primeiros 180 dias, quando do plantio, a rega deve ser diária para os meses mais quentes do ano e a cada dois dias para meses mais frios do ano, concentrada junto ao tronco ou caule, com 8 L/muda. Nos meses/anos seguintes a rega pode ser realizada a cada 3 dias com 10 L/muda. No caso de gramados, forrações e plantas arbustivas recomenda-se, que a irrigação seja feita nas horas menos quentes do dia e com pouco vento para reduzir a evaporação e a queima das folhas.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS

- 7.1.4. Efetuar controle fitossanitário ou preventivo de pragas e doenças dos gramados e plantas ornamentais. Cada espécie pode requerer um trato fitossanitário específico, sob a orientação técnica da CONTRATANTE.
- 7.1.5. Realizar a manutenção de canteiros de forração.
- 7.1.6. Executar combate a formigas cortadeiras.
- 7.1.7. Podas de correção devem ser feitas sempre que arbustos, trepadeiras, árvores e palmeiras sofrerem uma quebra ou dano.
- 7.1.8. QUINZENALMENTE, UMA VEZ, QUANDO NÃO EXPLICITADO.**
- 7.1.9. Monitorar e reconstruir taludes e processos erosivos, utilizar substrato adequado ou terra de subsolo (retirada abaixo de 0,50 metro da superfície do solo, considerada parte do subsolo isentos de sementes e outro tipo de material vegetal propagativo).
- 7.1.10. Extirpar ou eliminar as plantas invasoras em gramados e canteiros, realizar a tarefa antes do corte do gramado.
- 7.1.11. Executar o corte do gramado. Realizar o coroamento e acabamento ao redor de canteiros, arbustos, trepadeiras, árvores e palmeiras menores que 3,50 metros, incluindo acabamento do meio-fio, cercas, calçadas, passarelas e placas. Na sequência e de imediato dever ser realizada a varredura, rastelagem, limpeza, retirada e transporte de resíduos para local apropriado a definir pela CONTRATANTE.
- 7.1.12. MENSALMENTE, UMA VEZ, QUANDO NÃO EXPLICITADO.**
- 7.1.13. Realizar a roçada mecanizada de lotes, bosques e em campo aberto com posterior gradeamento e revirada de solo;
- 7.1.14. Limpar plantas ornamentais, vasos e/ou floreiras;
- 7.1.15. Adequar, monitorar e implementar sempre que necessário o tutoramento de arbustos, trepadeiras, árvores e palmeiras, prezando pelo bom desenvolvimento das plantas.
- 7.1.16. Realizar podas de limpeza ou de manutenção de vasos, floreiras, arbustos, trepadeiras, árvores e palmeiras com a retirada de galhos velhos e/ou doentes, de ramos e partes das plantas que estejam mortos, de ramos e partes infestadas (irremediavelmente) por insetos.
- 7.1.17. TRIMESTRALMENTE, UMA VEZ, QUANDO NÃO EXPLICITADO.**
- 7.1.18. Recomposição de áreas gramadas. Quando houver mortalidade de grama, por qualquer motivo, deverá ser feita a reposição utilizando a mesma espécie, plantada em tapetes e no mesmo nível da grama existente. A tarefa deve ser feita sempre após o corte de grama e antes da adubação, quando houver.
- 7.1.19. Regularização de nível das áreas gramadas. As imperfeições de nível dos gramados sempre devem ser corrigidas com o uso de substrato adequado ou areia grossa ou terra de subsolo (retirada abaixo de 0,50 metro da superfície do solo, considerada parte do subsolo), isentos de sementes e outro tipo de material vegetal propagativo. A tarefa deve ser realizada sempre após o corte da grama e antes de adubações, quando houver.
- 7.1.20. Repor o substrato de vasos e floreiras, quando necessário.
- 7.1.21. Podar forrações, arbustos, cercas vivas e trepadeiras. As podas de condução de cerca vivas e maciços isolados ou agrupados são realizadas de forma a conduzir as mudas para criar uma massa única (não é pertinente podar a muda como se fosse um elemento único).



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS

Quando vizinhas de outros maciços estes conjuntos devem ter respeitados seus limites e integração. A poda de condução para trepadeiras são realizadas de forma a direcionar ou limitar o crescimento.

- 7.1.22. Podar plantas ornamentais.
- 7.1.23. Desbrotar árvores, retirada de brotações que se desenvolvem naturalmente na parte de baixo do tronco. Manter o tronco livre de “brotos-ladrões” com no mínimo 2 metros.
- 7.1.24. Realizar a poda de palmeiras com a retirada de folhas mortas ou quebradas e dos cachos de frutos após queda e frutificação.
- 7.1.25. **SEMESTRALMENTE, UMA VEZ, QUANDO NÃO EXPLICITADO.**
- 7.1.26. Fazer o plantio e o replantio de forrações, arbustos, trepadeiras, árvores, palmeiras e outra vegetação, quando houver demanda, a definir pela CONTRATANTE.
- 7.1.27. Podar árvores de médio e grande porte.
- 7.1.28. Realizar a descompactação, adubação e aeração de vasos, floreiras, gramados, forrações, arbustos, trepadeiras, árvores e palmeiras. As quantidades necessárias de adubo químico e orgânico deverão seguir a orientação técnica da CONTRATANTE.
- 7.1.29. **PERIODICIDADE DOS SERVIÇOS DE ROÇADA E JARDINAGEM**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS

Atividades/Períodos	MESES												FREQUÊNCIA PREVISTA	
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12		
Limpeza de jardins, gramados, e áreas arborizadas.	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	Diariamente
Remoção de vegetação e detritos de jardins, gramados e áreas arborizadas.	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	Monitoramento o ano todo.
Manutenção canteiros de forração	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	Monitoramento o ano todo.
Aeração do substrato, arbustos e forração.	X				X				X					120 dias.
Limpeza de plantas ornamentais, vasos e/ou floreiras.	X			X			X			X				90 dias.
Poda de plantas / arbustos.	X				X				X					120 dias.
Poda de plantas / ornamentais.	X				X				X					120 dias.
Poda de árvores de pequeno porte. (poda de brotos-ladrão)	X				X				X					120 dias.
Poda de árvores de médio e grande porte	X						X							150 dias.
Poda de palmeiras, remoção de folhas mortas ou quebradas e dos cachos de frutos após queda e frutificação.	X			X			X			X				Monitorar ou cada 90 dias.
Adubação	X			X			X			X				90 dias.
Irrigação	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	Diária, quando não chover.
Corte/acabamento de gramas.	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	15 a 25 dias.
Roçada mecanizada de lotes, com posterior gradeamento/revirada do solo.	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	40 dias.
Reposição terra/vaso/flor.	X						X							150 dias.
Plantio e/ou replantio de plantas.	X						X							150 dias.
Reconstrução de taludes e processos erosivos.	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	Monitoramento o ano todo.
Aplicação de adubo e recomposição de áreas gramadas (grama morta).	X			X			X			X				90 dias.
Controle sanitário ou preventivo de pragas infectantes dos gramados.	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	Monitoramento o ano todo.
Combate a formigas cortadeiras.	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	Monitoramento o ano todo.

7.1.30. ATRIBUIÇÕES GERAIS DOS PROFISSIONAIS

7.1.31. Cumprir todas as normas e determinações legais emanadas do fiscal do contrato, por



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS

meio do preposto da empresa licitante.

- 7.1.32. Tratar todos os servidores, acadêmicos, estagiários, colegas de trabalho e demais pessoas com educação, urbanidade, presteza, fineza e atenção.
- 7.1.33. Abster-se da execução de atividades alheias aos objetivos previstos neste TR, durante o período em que estiver prestando os serviços.
- 7.1.34. Encaminhar ao conhecimento da UFGD, por meio do preposto da empresa licitante, de forma imediata e em qualquer circunstância, a constatação de pessoas com atitude suspeita observada nas dependências da Instituição.
- 7.1.35. Zelar pela segurança, limpeza e manutenção das instalações, mobiliários e equipamentos.
- 7.1.36. Executar as demais atividades inerentes ao cargo e aquelas necessárias ao bom desempenho do trabalho.

7.1.37. ATRIBUIÇÃO DO PROFISSIONAL – AUXILIAR DE JARDINAGEM

- 7.1.38. Operação de roçadeira manual (costal), motosserra, motopoda, cortador de grama tracionado, trator cortador de grama, perfurador de solos, triturador de folhas e picador de galhos com a devida habilitação e comprovação de formação técnica exigida.
- 7.1.39. Corte e acabamento de gramas por meio mecânico ou manual, altura de corte de 02 (dois) a 05 (cinco) centímetros de modo a não danificar o gramado e plantas existentes, bem como dar aspecto uniforme ao gramado.
- 7.1.40. Limpeza de jardins, gramados, e áreas arborizadas incluindo o coroamento ao redor de plantas, árvores, arbustos, meio-fio, cercas, calçadas, passarelas, e placas, capina, varredura, rastelagem, limpeza e transporte para local apropriado.
- 7.1.41. Remoção de vegetação e detritos de jardins, gramados e áreas arborizadas com acondicionamento e correta destinação final.
- 7.1.42. Manutenção de canteiros de forrações.
- 7.1.43. Aeração e adubação do substrato, arbustos e forrações.
- 7.1.44. Limpeza de plantas ornamentais, vasos e/ou floreiras.
- 7.1.45. Poda de plantas e arbustos.
- 7.1.46. Poda de plantas ornamentais.
- 7.1.47. Poda de árvore de pequeno porte (poda de brotos-ladrão).
- 7.1.48. Poda de árvore de médio e grande porte.
- 7.1.49. Poda de palmeiras, remoção de folhas mortas ou quebradas e dos cachos de frutos após queda de frutificação;
- 7.1.50. Adubação e irrigação de jardins, áreas verdes, viveiros, estufas e demais áreas contidas no projeto paisagístico da UFGD.
- 7.1.51. Plantio e/ou replantio de gramas, árvores, palmeiras, arbustos, forrações e outros tipos de espécies de vegetação que compõe o projeto paisagístico da UFGD.
- 7.1.52. Reposição de vasos, floreiras e substrato com nivelamento e descompactação de solo.
- 7.1.53. Reconstrução de taludes e processos erosivos.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS

- 7.1.54. **Controle fitossanitário ou preventivo de pragas e doenças dos gramados e da vegetação pertencente à UFGD de uso comum, exceto áreas experimentais de pesquisa e extensão.**
- 7.1.55. Combate a formigas cortadeiras.
- 7.1.56. ATRIBUIÇÃO DO PROFISSIONAL – TRATORISTA**
- 7.1.57. Operação, ajuste e preparação de maquinários e implementos agrícolas com a devida habilitação e comprovação de formação técnica exigida.
- 7.1.58. Operação de trator cortador de grama com a devida habilitação e comprovação de formação técnica exigida.
- 7.1.59. Manutenção em primeiro nível de máquinas e implementos.
- 7.1.60. Responsabilizar-se pela verificação e emprego de ações de conservação e guarda das máquinas e implementos, bem como por adotar medidas de segurança e auxílio no planejamento de atividades de roçada mecanizada.
- 7.1.61. Roçada mecanizada, visando corte de mato, com posterior gradeamento e revirada do solo.
- 7.1.62. Remoção de vegetação e detritos de lotes, gramados e áreas verdes com acondicionamento e correta destinação final.
- 7.1.63. Reposição de terra com nivelamento e compactação de solo.
- 7.1.64. Transporte de material e pessoal de serviço.
- 7.1.65. ATRIBUIÇÃO DO PROFISSIONAL – ENCARREGADO.**
- 7.1.66. Supervisionar a equipe de trabalho e garantir a plena execução dos serviços contratados, permanecendo na UFGD em período integral.
- 7.1.67. Administrar o cronograma dos serviços.
- 7.1.68. Zelar pela segurança dos trabalhos exigindo a utilização de equipamentos de proteção individual de modo a evitar ambientes perigosos e condições inseguras.
- 7.1.69. Controlar os recursos produtivos (equipamentos, materiais, insumos e equipe de trabalhadores).
- 7.1.70. Controlar o fluxo de materiais a serem utilizados e as medidas de segurança dos materiais e equipamentos.
- 7.1.71. Inspecionar a qualidade dos materiais e equipamentos utilizados.
- 7.1.72. Controlar a frequência dos trabalhadores.
- 7.1.73. Solicitar coberturas de trabalhadores para faltas e/ou ausências.
- 7.1.74. ATRIBUIÇÃO DO PROFISSIONAL – JARDINEIRO**
- 7.1.75. Executar atividades de planejamento relacionado ao cultivo de plantas, formação, implantação e conservação de parques, jardins, pomares, hortos, florestas, vasos ornamentais, entre outras similares estabelecidas em rotina de trabalho na área de atuação.
- 7.1.76. Controlar e executar os padrões produtivos exigidos neste Termo de Referência.
- 7.1.77. Observar e cumprir executando o determinado no projeto paisagístico da UFGD.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS

7.1.78. O jardineiro deve executar também todas as atribuições elencadas para o PROFISSIONAL – AUXILIAR DE JARDINAGEM.

7.1.79. LICENÇA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.

7.1.80. É de responsabilidade da CONTRATADA a obtenção junto às repartições competentes, das licenças necessárias à execução dos serviços contratados, eximindo a UFGD de quaisquer responsabilidades.

8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO:

8.1. Nos termos do item 2.6 do anexo V da IN SEGES/MPDG nº 05, de 2017, seguem abaixo algumas definições para fins de gestão do contrato e critérios de medição e pagamento.

8.2. Definição dos atores que participarão da gestão do contrato:

a. O contrato será gerido pela Divisão de Conservação de Serviços Urbanos/Prefeitura Universitária (DSURB/PU);

b. A fiscalização do contrato será realizada por servidores efetivos da UFGD, formalmente designados e serão responsáveis pelo acompanhamento dos serviços.

c. O contratado deverá manter PREPOSTO aceito pela Administração da UFGD, durante o período de vigência do contrato, para representá-la administrativamente, sempre que for necessário, o qual deverá ser indicado mediante declaração em que deverá constar o nome completo, n. CPF e do documento de identidade, além dos dados relacionados à sua qualificação profissional.

d. O preposto, uma vez indicado pela empresa e aceito pela Administração, deverá apresentar-se à unidade fiscalizadora, em até 5 (cinco) dias úteis, após a assinatura do contrato, para participar de reunião para procedimentos preparativos de início de contrato, relativos à sua competência.

e. O preposto deverá estar apto a esclarecer as questões relacionadas às faturas dos serviços prestados.

f. A empresa orientará o seu preposto quanto à necessidade de acatar as orientações da Administração, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho.

g. Os licitantes, antes de apresentarem suas propostas, deverão analisar toda a documentação referente a presente licitação, dirimindo, oportunamente, todas as dúvidas, de modo a não incorrerem em omissões. Omissões estas que jamais poderão ser alegadas em favor de eventuais pretensões de acréscimos dos preços por empregados e que só em caso de não poderem ser corrigidas por apresentarem vícios de ilegalidade ensejarão a rescisão do contrato.

h. Após a adjudicação do objeto da licitação, não será levada em conta qualquer reclamação ou solicitação,



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS

seja a que título for, de alteração dos preços constantes da proposta do CONTRATADO.

- i. Apenas os casos de incorreções que apresentem vícios de ilegalidade ensejarão a rescisão do contrato.
 - j. Nenhuma modificação poderá ser feita na prestação dos serviços e nas especificações sem autorização expressa da FISCALIZAÇÃO.
 - k. Os equipamentos que o CONTRATADO levar para o local da execução do serviço, destinados ao desenvolvimento de seus trabalhos, só poderão ser retirados com autorização formal da FISCALIZAÇÃO.
 - l. Os representantes da FISCALIZAÇÃO, bem como toda pessoa autorizada por ela terão livre acesso aos serviços e a todos os locais em que estejam sendo realizados os trabalhos, estocados os materiais e os equipamentos referentes ao contrato.
- 8.3.** Os mecanismos de comunicação a serem estabelecidos entre o órgão ou entidade e a prestadora de serviços serão **telefone, e-mail ou ainda ofício**. Ressalta-se que deverá haver disponibilidade de comunicação fora do horário comercial, visto que os equipamentos que dependem das manutenções deste contrato alimentam cargas críticas e estratégicas.
- 8.4.** A definição da forma de aferição/medição do serviço para efeito de pagamento com base no resultado, será conforme as seguintes diretrizes, no que couber:
- 8.5.** Para fins de efetivo controle sobre a execução contratual, a CONTRATANTE avaliará a eficiência dos serviços prestados de acordo com as irregularidades constatadas pela equipe de fiscalização técnica durante a vigência do contrato. A ocorrência de eventos desse tipo acarretará o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos no **Instrumento de Medição de Resultado - IMR**, sempre que constatada:
- a. Não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
 - b. Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
 - c. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.
 - d. O Instrumento de Medição de Resultado está disposto no Encarte A, bem como os documentos hábeis para a medição a serem observados pela fiscalização, ficando o fiscal responsável pelo preenchimento da Lista de Imperfeições, na qual constará a ciência do encarregado da CONTRATADA.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS

e. A não regularização dos problemas reclamados nos prazos estabelecidos implica na aplicação de nova penalidade e assim por diante até a sua regularização.

f. Para as ocorrências que não constem na Lista de Imperfeições, Encarte A, será aplicado o Nível de Criticidade correspondente às irregularidades de mesmo grau de comprometimento dos serviços previstos nesta lista, salvo as penalidades passíveis de aplicação direta.

g. Os valores glosados deverão ser recolhidos no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da correspondente notificação, ou descontadas do pagamento, ou, ainda, quando for o caso, cobradas judicialmente.

h. As sanções de advertência e de impedimento para licitar e contratar com a União, elencadas, no Capítulo IV da Lei nº 8.666/93, poderá ser aplicado juntamente com a multa resultante da prestação de serviço com menor nível de conformidade, calculada com base na possível ocorrência de irregularidades na execução contratual, garantindo em todas as hipóteses o direito à ampla defesa do interessado.

i. O prestador do serviço poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

j. Se durante a avaliação da execução contratual forem identificadas irregularidades ou má qualidade no serviço, conforme o IMR disposto no Encarte A, o fiscal deverá apontar as falhas e encaminhar para a gestão do contrato notificar a CONTRATADA formalmente. Depois de decorrido o prazo de defesa, se a CONTRATADA não se manifestar ou se a defesa não for aceita pela CONTRATANTE, deverá ser realizado o redimensionamento de valores a serem pagos à CONTRATADA.

k. Para fins de avaliação da qualidade dos serviços a serem prestados, bem como seu aceite, os fiscais do contrato enviarão mensalmente ao gestor (a) do contrato o IMR – Instrumento de Medição de Resultado ou outro documento que vier a substituir, devidamente preenchido.

l. Conforme informado, todas as aferições e cálculo de glosas em virtude de serviços não prestados adequadamente estão listados no Instrumento de Medição do Resultado (IMR) presente no Encarte A.

8.6. A definição das sanções, glosas e condições para rescisão contratual, devidamente justificadas e os respectivos procedimentos para aplicação, utilizando como referencial os modelos de minutas padronizados de atos convocatórios e contratos da Advocacia-Geral da União, bem como as diretrizes serão os previstos no item "Sanções Administrativas" deste documento.

8.7. A definição das garantias de execução contratual, quando necessário, serão os previstos no item "Garantia Contratual" deste documento.

⇒ **Instrumento de Medição de Resultado (IMR)**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS

8.8. Os serviços deverão ser executados com base nos parâmetros mínimos definidos neste documento. A avaliação dos serviços será realizada utilizando os quesitos abaixo, constituídos por um ou mais indicadores conforme disposto no Encarte A:

- a. Produtividade;
- b. Prazo para início do atendimento, mobilização da equipe ao local da ocorrência para diagnóstico/levantamento de material: Etapa 01;
- c. Prazo para solução/conclusão definitiva da ordem de serviço: Etapa 02
- d. Quantidade de empregados em serviço;
- e. Uso de uniformes;
- f. Cumprimento às normas de proteção e segurança;
- g. Apresentação de máquinas e ferramentas em boas condições de uso.

8.9. O fornecimento de materiais e a execução dos serviços serão acompanhados pela Fiscalização que se utilizará do Instrumento de Medição do Resultado (IMR) de forma a garantir a qualidade, controle do tempo de atendimento e a correção de defeitos para que os mesmos ocorram dentro de parâmetros compatíveis com as atividades exercidas no âmbito desta Universidade. O Instrumento de Medição do Resultado estará vigente durante o período do contrato. As glosas ou penalizações previstas nesse item não se confundem com as sanções administrativas.

8.10. Todo procedimento executado em desacordo com as características dos serviços descritos neste Termo de Referência será registrado pela CONTRATANTE, que notificará a CONTRATADA, atribuindo pontos para as ocorrências, de acordo com o Encarte A;

8.11. A aplicação de sanções à contratada por inexecução parcial do contrato poderá ser acumulada aos demais descontos relacionados nesta seção.

8.12. Para cada descumprimento em relação a um dos quesitos estabelecidos neste instrumento será efetuada glosa, conforme Encarte A;

8.13. As glosas poderão cumular-se entre si, sem prejuízo, ainda, das demais sanções previstas neste documento, no edital e no contrato.

8.14. As glosas estão limitadas mensalmente a 10% do valor da fatura mensal. Quando o percentual de glosas no período mensal for superior a 10% (dez por cento) sobre o valor mensal ou o somatório das glosas for superior a 30% (trinta por cento) do valor mensal no período de um ano, caracterizar-se-á inexecução parcial, o que implicará na abertura de procedimento de aplicação das penalidades previstas no contrato.

8.15. As glosas serão efetuadas nas faturas apresentadas à UFGD.

8.16. A glosa terá como referência o valor da fatura do mês que teve a ocorrência registrada. Para fins de mensuração da glosa, o valor da fatura engloba o valor dos serviços e materiais empregados naquele período.

8.17. A glosa poderá ser realizada a qualquer tempo, a partir da identificação de sua causa.

9. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

9.1. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais,



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS

equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

9.1.1. **NO INÍCIO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO**, os materiais e ferramentas deverão ser entregues a medida de suas demandas, **conforme requisição do fiscal do contrato**, no local de prestação dos serviços, de modo a não prejudicar a execução dos serviços, no endereço que está informado neste Termo de Referência, conforme descrito abaixo:

Descrição / Ferramentas	Unid.	Qtd.
Livro de ocorrências	UND.	1
Mangueira de jardim, 50 metros de comprimento.	UND.	5
Enxada com cabo de madeira	UND.	12
Enxadão com cabo de madeira	UND.	6
Rastelo de plástico para grama com cabo de madeira	UND.	20
Pá coração com cabo de madeira	UND.	6
Pá de ponta com cabo de madeira formato em Y	UND.	6
Tesoura para jardinagem com cabo 20 cm	UND.	6
Tesoura para poda de gramado e cercas vivas	UND.	3
Tesourão de poda 70 cm de cabo	UND.	2
Lima chata	UND.	4
Regador, material plástico para jardinagem	UND.	6
Facão com cabo de madeira	UND.	4
Serrote para jardinagem	UND.	6
Serrote podador com cabo longo	UND.	2
Foice com cabo de madeira	UND.	4
Escada articulada 4x3, 12 degraus, material alumínio, dimensões: altura máxima 3,39 m, altura mínima 0,24 m, capacidade de peso 150 kg.	UND.	3
Limitador de grama em polietileno com proteção contra raios solares, borda canudo, rolo de 50 metros.	UND.	20
Vassoura de gari confeccionada em cerdas piaçava resistentes, dimensões: comprimento 215 mm, altura 155 mm, espessura de 40 mm, contendo cabo de madeira revestido de plástico, rosqueado comprimento de 1400 mm e diâmetro de 22 mm rosqueado.	UND.	8
Pulverizador costal manual, com capacidade para 20 litros, material polietileno, bomba tipo pistão fabricada em latão, lança de 60 cm de comprimento, mangueira com registro de 1,35 mt, com alavanca, haste e sistema de correias para fixação às costas do usuário.	UND.	2



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS

Big Bag para produtos não perigosos, material nylon, com alças para içamento, capacidade de carga de até 750 kg.	UND.	20
Carrinho de mão, material aço, roda de borracha maciça.	UND.	4
Irrigador giratório tipo espiga, com 01 engate rápido, material plástico ABS, rosca 3/4.	UND.	10
Carretel para fio de nylon 3mm x 120 metros, 01 kg de nylon, formato quadrado, utilizado na roçadeira costal. UM ANO DE GARANTIA.	UND.	24
Tela para sombreamento 30%, dimensões: largura 3,0 m, comprimento 50 m, material polietileno, cor da tela preta. (Rolo com 50 metros)	UND.	4

Descrição / Materiais	Unidade	Qtd.
Substrato comercial para cultivo de plantas ornamentais, sacos de 25 litros.	UND.	15
Adubo NPK 10-10-10	Kg	750
Adubo NPK 4-14-8	Kg	200
Calcário Dolomítico	Kg	400
Inseticida Natural – Óleo de Neem.	L.	10
Fungicida Natural – CuSO ₄ (sulfato de cobre)	Kg	2,5
Fungicida Natural - CaO (cal virgem)	Kg.	2,5
Defensivo fitossanitário – Tetrachloroisophthalonitrile (Clorotalonil) – registro MAPA sob nº 00918308 - (fungicida)	L	2
Defensivo fitossanitário – Manganese ethylenebis (dithiocarbamate) (polymeric) complex with zinc salt (MANCOZEBE) registro MAPA sob nº 02438798 - (fungicida e acarecida)	Kg	1
Defensivo fitossanitário – O, S-dimethyl acetylphosphoramidothioate (ACEFATO) registro MAPA sob nº 02788394 - (inseticida e acarecida)	Kg	1
Defensivo fitossanitário – (RS)-5-amino-1-(2,6-dichloro-a,a,a,-trifluoro-p-toly)-4-trifluoromethylsulfanylpyrazole-3-carbonitrile (FIPRONIL) – Registro MAPA sob nº 05694.	Kg	20
Defensivo fitossanitário – 2,4-dichlorophenoxyacetic acid 2,4-D, Sal de Trietanolamina, Picloram – Registro MAPA sob nº 0358709 (herbicida seletivo)	L	5
Defensivo fitossanitário – 3,5,6-trichloro-2-pyridyloxyacetic acid (Triclopir BEE) – Registro MAPA sob nº 0319001 (herbicida seletivo)	L	5
Defensivo fitossanitário – 3-chloro-5-(4,6-dimethoxy-pyrimidin-2-ylcarbamoylsulfamoyl)-1-methylpyrazole-4-carboxylic acid (HALOSULFUROM) (herbicidas seletivos) Registro MAPA sob nº 007594.	Kg	1
Filme plástico para cobertura de estufa, 150 microns, “suncover” difuso, 15 x 8m (comprimento x largura).	m	5
Embalagem de 1 litro para mudas	UND.	200
Embalagem de 5 litros para mudas	UND.	100
Embalagem de 11 litros para mudas	UND.	200



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS

Embalagem de 25 litros para mudas	UND.	40
Embalagem de 40 litros para mudas	UND.	15
Protetor facial (viseira) com catraca para impacto 8 polegadas - Com certificação do DSST/Ministério do Trabalho e Emprego	UND.	16
Respirador descartável dobrável PPF1 - NR 6.	UND.	100
Luva Nitrílica, resistente a produtos químicos (aplicação de agrotóxicos).	UND.	20
Grama tipo esmeralda (Zoysia Japônica), fornecimento em leivas, com devida correção acidez do solo, adubação e nivelamento superficial do terreno.	M2	15.000
Óleo lubrificante automotivo, composição básica, tipo SAE 30, nível desempenho API TC, aplicação motor a gasolina 2 tempos (Frasco 500 ml).	UND.	400
Gasolina	Litros	5000
Diesel Comum	Litros	2500

9.1.2. **MENSALMENTE**, os insumos deverão ser entregues **a medida de suas demandas**, no local de prestação dos serviços, de modo a não prejudicar a execução dos serviços, no endereço que está informado neste Termo de Referência, conforme descrito abaixo:

9.1.3. Combustível p/ equipamento roçadeira costal, (GASOLINA).

9.1.4. Combustível p/ equipamento Trator (60 HP) com acoplador, (DIESEL).

9.1.5. Combustível p/ equipamento Trator cortador de grama a gasolina.

9.1.6. O fornecimento de combustíveis para os implementos agrícolas para a execução do objeto deverá ser adquirido por meio de sistema informatizado com o emprego de cartão eletrônico devidamente registrado e sua utilização controlada pelo sistema eletrônico de aquisição. A CONTRATADA deverá obter o combustível por meio de sistema de aquisição eletrônica de combustível devendo emitir relatório de consumo mensal para todas as compras realizadas para atender ao contrato.

9.1.7. Qualquer aquisição de combustível para atender a este contrato deve ser precedida de pesquisa de preço de combustível por meio eletrônico no site da ANP (Agência Nacional de Petróleo) ou de pesquisa de preço fornecida pelo PROCON Municipal visando à garantia de aquisição de menor preço do produto.

9.1.8. A CONTRATADA deverá encaminhar o relatório de consumo eletrônico de combustível e também a pesquisa de preço do mês de referência de combustível fornecido pela ANS (Agência Nacional de Petróleo) juntamente com a Nota Fiscal de compra do combustível para comprovação de vantajosidade de aquisição para a Administração.

9.1.9. **NO INÍCIO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO**, os equipamentos deverão ser entregues **a medida de suas demandas**, no local de prestação dos serviços, de modo a não prejudicar a execução dos serviços, no endereço que está informado neste Termo de Referência, conforme descrito abaixo:

Descrição / Equipamentos	Unidade	Qtd.
--------------------------	---------	------



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS

ROÇADEIRA MANUAL - Tipo: roçadeira costal, motor 2 tempos, potência mínimo de 1.3hp, corte: lâmina e fio de nylon, peso (sem equipamento de corte): máximo 8 kg, capacidade tanque: mínimo 0,4 L, equipamento novo.	UND.	6
MOTOSSERRA - motor 2 tempos, potência mínimo 4hp, com sabre e corrente, peso (sem equipamento de corte e combustível): máximo 7 kg, capacidade do tanque: mínimo 0,5 L, equipamento novo.	UND.	1
MOTOPODA - motor 2 tempos, potência mínimo 0,9hp, com conjunto de corte, peso (sem bateria e conjunto de corte): máximo 8kg, capacidade do tanque: mínimo 0,4 L, equipamento novo.	UND.	1
CORTADOR DE GRAMA TRACIONADO A GASOLINA - motor 4 tempos, potência mínima 5hp, largura do corte mínimo: 22", com regulagem de altura de corte, peso: máximo 38 kg, equipamento novo.	UND.	1
TRATOR CORTADOR DE GRAMA A GASOLINA - motor 4 tempos, potência mínimo 20hp, largura de corte 42", capacidade do tanque: mínimo 5 L, REVISADO, equipamento com no máximo 10 anos de uso.	UND.	1
TRATOR (60HP) - motor a diesel, potência mínima de 60hp, com equipamento para acoplamento, REVISADO, com no máximo 10 anos de uso.	UND.	1
IMPLEMENTO TRATOR (60HP) - ROÇADEIRA - transmissão giro livre, corte central e lateral do trator, embreagem no cardã, mínimo 1,5 metros de corte, REVISADO, equipamento com no máximo 10 anos de uso.	UND.	1
IMPLEMENTO TRATOR (60HP) - CARRETA - capacidade de carga: mínimo de 6.000 kg, 02 eixos, 04 rodas, com sistema de frenagem, fabricado em madeira ou aço, reforçado , REVISADO, equipamento com no máximo 10 anos de uso.	UND.	1
IMPLEMENTO TRATOR (60HP) - GUINCHO BIG BAG - com levante mínimo de 3,2 metros de altura, capacidade de carga: mínimo de 400 kg, reforçado , REVISADO, equipamento com no máximo 10 anos de uso.	UND.	1
IMPLEMENTO TRATOR (60HP) - TRITURADOR DE GALHOS/PICADOR DE TRONCOS, com tomada de força para trator, capacidade para toras de 200 mm, abertura mínima de corte 230 x 320 mm, 04 (quatro) facas de corte, altura mínima da descarga 2600 mm,	UND.	1



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS

rotações do disco de 500 a 1000 RPM.		
IMPLEMENTO TRATOR (60HP) – CARRETA TANQUE AGRÍCOLA - com um ou dois eixos com formato elíptico (ovalado) para melhor absorver torções do terreno, capacidade de carga: mínimo entre 3.000 a 6.000 litros, fabricado em aço carbono, reforçado, itens de série: boca de visita com diâmetro mínimo de 400mm, revestimento com emulsão asfáltica, quebra ondas, bagageiro superior, respiro, luva de saída de no mínimo 2”, escada traseira antiderrapante, visor de nível e macaco estacionário para o modelo com um eixo, suporte para bomba d’água, bomba de sucção e aspersão acionada pela tomada de força do trator, motobomba a gasolina ou óleo diesel, plataforma com canhão 1 ½” para combate a incêndio, mangotes, esguicho manual, barra de irrigação traseira, rabo de pavão, rodagem dupla, revestimento em epóxi ou sem revestimento interno quando for utilizada para combustível, REVISADO, equipamento com no máximo 10 anos de uso.	UND.	1
SOPRADOR COSTAL, mocilíndrico, refrigerado a ar, potência mínima de 3 HP, combustível gasolina e óleo 2 tempos.	UND.	2
PERFURADOR DE SOLO, a gasolina, potência mínima 50 cc (cilindradas), diâmetro da broca de 200 mm, comprimento da broca de 800 mm.	UND.	1

Descrição / Locação de Caçamba e Caminhão com cesto para trabalho em altura	Unidade	Qtd.
Carga/Transporte de entulho em container V = 5 m ³ , prazo mínimo de permanência 05 (cinco) dias.	UND.	30
Caminhão com equipamento com cesto aéreo isolado, mínimo 46 kv, altura mínima de 13 metros, 04 sapatas, comandos no cesto e na base, em conformidade com a NR12.	Diária	20

9.1.10. Os equipamentos e ferramentas a serem utilizados pela licitante vencedora nos serviços de roçada e jardinagem deverão ser especificados em anexo à proposta, devendo a CONTRATADA arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta..

9.1.11. Equipamentos e ferramentas defeituosos ou inutilizados deverão ser substituídos, não se aceitando o fato nem a falta destes como justificativos para serviços de má qualidade.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS

9.1.12. É obrigação da CONTRATADA providenciar todo o material necessário para execução dos serviços, conforme especificações constantes nos subitens anteriores deste Termo de Referência, promovendo a sua substituição quando necessário.

9.1.13. Os quantitativos especificados servem como referência, podendo haver variações conforme necessidade dos serviços.

10. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

10.1. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

10.1.1. LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

10.1.2. As prestações dos serviços pretendidos serão executadas nos seguintes locais:

10.1.3. **Unidade I** – situada na Rua João Rosa Góes, 1761 – Vila Progresso, Dourados/MS.

10.1.4. **Unidade II**, na Rodovia Dourados/Itahum, Km 12/ saída à esquerda (aeroporto) – Zona Rural - DOURADOS/MS, localizada aproximadamente à 15 km da região central da cidade de Dourados - Fone: (67) 3410-2535.

10.1.5. **FADIR** – situada na Rua Quintino Bocaiúva, 2100 – Jardim da Figueira, Dourados/MS

10.1.6. **Moradia Estudantil** – situada na Rua João Aires, 100 – Bairro Altos do Indaiá – Dourados/MS.

10.1.7. **PROGESP** – situado na Rua Melvin Jones, 940 – Centro – Dourados/MS.º

10.1.8. **Clínica de Psicologia** – situada na Rua Ivo Alves da Rocha, 558 – Bairro Altos do Indaiá – Dourados/MS.

10.1.9. **ARQUIVO INSTITUCIONAL** – situado na Rua Amâncio de Matos Pereira, 185 – Vila Industrial – Dourados/MS.

10.1.10. Os locais que serão executados os serviços tiveram embasamento nas medições das áreas externas de cada Unidade Administrativa pertencente à UFGD.

10.1.11. Referente à **Unidade II – Cidade Universitária** observar o **Mapa de área por tipo de serviço de roçada (Anexo I)**.

LOCAIS	TIPO DE SERVIÇO			ÁREA TOTAL (M²)
	SERVIÇO DE ROÇADA DE GRAMA COM ROÇADEIRA COSTAL. (M²)	SERVIÇO DE ROÇADA COM TRATOR CORTADOR DE GRAMA A GASOLINA. (M²)	SERVIÇO DE ROÇADA DE LOTE COM TRATOR COM ROÇADEIRA ACOPLADA. (M²)	
UNIDADE I - REITORIA	1.500	2.940,82		4.440,82
PROGESP	200	160		360,00
FADIR	1.500	4.973,23		6.473,23
MORADIA ESTUDANTIL	500	940		1.440,00
CLÍNICA DE PSICOLOGIA - HU/UFGD	200	520		720,00
ARQUIVO INSTITUCIONAL	360			360,00
*UNIDADE II - CIDADE UNIVERSITÁRIA	41.179,19	121.211,23	422.617,96	585.008,38
TOTAL POR TIPO DE SERVIÇO (M²) =	45.439,19	130.745,28	422.617,96	598.802,43

* OBSERVAÇÃO: PARA A UNIDADE II - CIDADE UNIVERSITÁRIA / OBSERVAR MAPA DE ÁREA POR TIPO DE SERVIÇO DE ROÇADA.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS

10.1.12. A quantidade de empregados requeridos resta devidamente comprovada, uma vez que a UFGD dispõe de 6 (seis) unidades administrativas descentralizadas, Unidade 1 (Reitoria), Unidade 2 (Cidade Universitária), EAD, Fadir, Moradia Estudantil e Clínica de Psicologia e Arquivo Institucional, locais de expediente contínuo e existência de diversos blocos de sala de aula e unidades administrativas internas, onde se faz necessário a prestação dos serviços de conservação de áreas verdes e jardins.

10.1.13. A CONTRATANTE, no interesse da Administração, define o respectivo objeto em 1 (um) item que dará origem a 1 (um) contrato.

11. UNIFORMES

11.1. A Contratada será responsável pelo fornecimento de uniformes completos aos seus empregados, os quais deverão iniciar o trabalho recebendo 02 (dois) conjuntos completos, conforme relação constante a seguir.

11.2. O modelo de uniforme a ser utilizado pelos empregados da contratada, deverá ser previamente aprovado pelo setor responsável pela fiscalização do contrato.

11.3. Cada conjunto de uniforme deverá ser substituído pela Contratada, a cada 6 (seis) meses, a partir da assinatura deste contrato, independente da data de entrega dos mesmos, ou a qualquer momento, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sempre que não atendam às condições mínimas de apresentação e mediante comunicação escrita do Contratante.

11.4. O primeiro conjunto do uniforme deverá ser entregue no prazo de até 15 (quinze) dias, a contar da publicação do extrato do contrato na Imprensa Oficial. Cada empregado deverá iniciar o trabalho recebendo dois conjuntos de uniformes, sendo **um conjunto composto por uma camiseta e uma calça**.

11.5. O uniforme deverá ser entregue mediante recibo (relação nominal), cuja cópia deverá ser apresentada à CONTRATANTE, no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da entrega, não podendo ser repassado o custo do uniforme ao ocupante do posto de trabalho nem ser exigido o uniforme usado por ocasião da entrega dos novos.

11.6. O CONTRATADO deverá providenciar para que os profissionais indicados para a prestação dos serviços apresentem-se trajando uniformes fornecidos às suas expensas, o qual deverá ser aprovado previamente pela unidade fiscalizadora da UFGD e conter as seguintes características básicas:

UNIFORME	Qtd. por semestre	Qtd. Anual
Boné tipo legionário, material brim, com aba, cor verde.	01	01
Botina de couro, tipo segurança, com biqueira PVC ou Composite.	01	02
Calça, material brim trabalho profissional, cor verde.	03	06
Crachá tamanho padrão de 8,5cm x 5,4 cm, material PVC, contendo foto, nome completo, CPF, função, tipo sanguíneo, nome da empresa CONTRATADA e	01	01



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS

contendo a descrição “A serviço da UFGD”.		
Camisa manga longa em malha fria com gola esporte, com gravação do emblema da empresa, cor verde.	04	08

- 11.7.** Todos os uniformes estarão sujeitos à prévia aprovação da CONTRATANTE e, a pedido dela, poderão ser substituídos, caso não correspondam às especificações indicadas nesse item;
- 11.8.** Poderão ocorrer eventuais alterações nas especificações dos uniformes, quanto ao tecido, à cor e ao modelo, desde que aceitas pela Administração;
- 11.9.** Os uniformes deverão ser entregues aos funcionários, mediante recibo (relação nominal), cuja cópia deverá ser entregue à CONTRATANTE, no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da entrega;
- 11.10.** O custo do uniforme não poderá ser repassado ao ocupante do posto de trabalho;
- 11.11.** Os uniformes a serem fornecidos pela CONTRATADA a seus empregados deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão CONTRATANTE, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano. No caso de empregada gestante, os uniformes deverão ser apropriados para a situação, substituindo-os sempre que estiverem apertados.
- 11.12.** Os **equipamentos de proteção individual – EPI** a serem fornecidos pela CONTRATADA a seus empregados deverão ser material de qualidade e com certificado de aprovação pelo órgão competente e de acordo com a legislação vigente, sem qualquer repasse do custo para o empregado.
- 11.13.** A CONTRATADA fica obrigada a fornecer, ao pessoal sob sua responsabilidade o Equipamento de Proteção Individual – EPI, previstos neste Termo de Referência e anexos, tais como luvas, óculos de proteção, máscaras, aventais, botas de segurança e outros, quando necessários, em perfeito estado de conservação e funcionamento, sempre que as medidas de proteção coletiva forem tecnicamente inviáveis ou não oferecerem proteção.
- 11.14.** A empresa licitante deverá ainda, treinar e orientar os empregados para o uso adequado e obrigatório do EPI, substituí-lo quando danificado ou extraviado, responsabilizando-se pela sua Higienização e Manutenção.
- 11.15.** O equipamento de proteção individual - EPI deverá compreender no mínimo, **por posto de trabalho**, as seguintes descrições e quantidades:

Descrição / EPI por posto de Trabalho	Vida útil	Unid.	Qtd.
Avental de segurança confeccionado em tecido sintético (trevíra) forrado de PVC na face externa, tamanho único.	12 meses	UND.	02



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS

Luva de segurança confeccionada em vaqueta na palma, face palmar dos dedos e unheira, reforço interno em vaqueta na palma, dorso e face dorsal dos dedos em náilon com elástico para ajuste, tamanho único - Com certificação do DSST/Ministério do Trabalho e Emprego.	12 meses	UND.	04
Óculos de segurança lente única em policarbonato que possibilite uma excelente cobertura frontal e lateral aos olhos do usuário - Com certificação do DSST/Ministério do Trabalho e Emprego.	12 meses	UND.	01
Perneira de segurança material sintético, com 4mm de espessura, três talas de aço/pvc na parte frontal, fixadas por meio de solda eletrônica, altura 52cm, diâmetro 20cm - Com certificação do DSST/Ministério do Trabalho e Emprego.	12 meses	UND.	02
Protetor auricular tipo concha - Com certificação do DSST/Ministério do Trabalho e Emprego.	12 meses	UND.	02

Descrição / EPI por posto de Trabalho com Insalubridade	Vida útil	Unid.	Qtd.
Avental de segurança confeccionado em tecido sintético (treveira) forrado de PVC na face externa, tamanho único.	12 meses	UND.	02
Luva de segurança confeccionada em vaqueta na palma, face palmar dos dedos e unheira, reforço interno em vaqueta na palma, dorso e face dorsal dos dedos em náilon com elástico para ajuste, tamanho único - Com certificação do DSST/Ministério do Trabalho e Emprego.	12 meses	UND.	04
Óculos de segurança lente única em policarbonato que possibilite uma excelente cobertura frontal e lateral aos olhos do usuário - Com certificação do DSST/Ministério do Trabalho e Emprego.	12 meses	UND.	01
Perneira de segurança material sintético, com 4mm de espessura, três talas de aço/pvc na parte frontal, fixadas por meio de solda eletrônica, altura 52cm, diâmetro 20cm - Com certificação do DSST/Ministério do Trabalho e Emprego.	12 meses	UND.	02
Protetor auricular tipo concha - Com certificação do DSST/Ministério do Trabalho e Emprego.	12 meses	UND.	02
Capacete com protetor facial incolor e abafador de ouvido	12	UND.	01



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS

tipo concha.	meses		
Macacão para proteção do tronco e membros superiores e inferiores contra respingos de produtos químicos (agrotóxicos) - Com certificação do DSST/Ministério do Trabalho e Emprego - NR 6.	12 meses	UND.	02
Bota modelo PVC, cano longo, cor preta. (aplicação de agrotóxicos).	12 meses	UND.	02

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

12.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

12.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

12.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

12.4. Não permitir que os empregados da Contratada realizem horas extras, exceto em caso de comprovada necessidade de serviço, formalmente justificada pela autoridade do órgão para o qual o trabalho seja prestado e desde que observado o limite da legislação trabalhista;

12.5. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

12.6. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.

12.7. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

12.7.1. exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

12.7.2. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

12.7.3. promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e

12.7.4. considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

12.8. fiscalizar mensalmente, por amostragem, o cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, especialmente:



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS

- 12.8.1. A concessão de férias remuneradas e o pagamento do respectivo adicional, bem como de auxílio-transporte, auxílio-alimentação e auxílio-saúde, quando for devido;
- 12.8.2. O recolhimento das contribuições previdenciárias e do FGTS dos empregados que efetivamente participem da execução dos serviços contratados, a fim de verificar qualquer irregularidade;
- 12.8.3. O pagamento de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados até a data da extinção do contrato.
- 12.9.** Analisar os termos de rescisão dos contratos de trabalho do pessoal empregado na prestação dos serviços no prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período, após a extinção ou rescisão do contrato.
- 12.10.** Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;
- 12.11.** Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;
- 12.12.** Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;
- 12.13.** Arquivar, entre outros documentos, projetos, "*as built*", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;
- 12.14.** Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.
- 12.15.** Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pela contratada, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

13. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 13.1.** Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;
- 13.2.** Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 13.3.** Manter a execução do serviço nos horários fixados pela Administração.
- 13.4.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 13.5.** Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS

13.6. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

13.7. Disponibilizar à Contratante os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;

13.8. Fornecer os uniformes a serem utilizados por seus empregados, conforme disposto neste Termo de Referência, sem repassar quaisquer custos a estes;

13.9. As empresas contratadas que sejam regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) deverão apresentar a seguinte documentação no primeiro mês de prestação dos serviços, conforme alínea "g" do item 10.1 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017:

13.9.1. relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, salário, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

13.9.2. Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela contratada; e

13.9.3. exames médicos admissionais dos empregados da contratada que prestarão os serviços;

13.9.4. declaração de responsabilidade exclusiva da contratada sobre a quitação dos encargos trabalhistas e sociais decorrentes do contrato;

13.9.5. Os documentos acima mencionados deverão ser apresentados para cada novo empregado que se vincule à prestação do contrato administrativo. De igual modo, o desligamento de empregados no curso do contrato de prestação de serviços deve ser devidamente comunicado, com toda a documentação pertinente ao empregado dispensado, à semelhança do que se exige quando do encerramento do contrato administrativo.

13.10. Apresentar relação mensal dos empregados que expressamente optarem por não receber o vale transporte.

13.11. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada cujos empregados vinculados ao serviço sejam regidos pela CLT deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;

13.12. Substituir, no prazo de 02 (horas), em caso de eventual ausência, tais como faltas e licenças, o empregado posto a serviço da Contratante, devendo identificar previamente o respectivo substituto ao Fiscal do Contrato;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS

13.13. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;

13.12.1 Não serão incluídas nas planilhas de custos e formação de preços as disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

13.14. Efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual mediante depósito na conta bancária de titularidade do trabalhador, em agência situada na localidade ou região metropolitana em que ocorre a prestação dos serviços, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte da Contratante. Em caso de impossibilidade de cumprimento desta disposição, a contratada deverá apresentar justificativa, a fim de que a Administração analise sua plausibilidade e possa verificar a realização do pagamento.

13.15. Autorizar a Administração contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

13.15.1. Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração (ex.: por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.

13.16. Não permitir que o empregado designado para trabalhar em um turno preste seus serviços no turno imediatamente subsequente;

13.17. Atender às solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;

13.18. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas da Administração;

13.19. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

13.20. Instruir seus empregados, no início da execução contratual, quanto à obtenção das informações de seus interesses junto aos órgãos públicos, relativas ao contrato de trabalho e obrigações a ele inerentes, adotando, entre outras, as seguintes medidas:

13.20.1. viabilizar o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita do Brasil, com o objetivo de verificar se as suas



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS

contribuições previdenciárias foram recolhidas, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;

13.20.2. viabilizar a emissão do cartão cidadão pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;

13.20.3. oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimentos de seus direitos sociais, preferencialmente por meio eletrônico, quando disponível.

13.21. Manter preposto nos locais de prestação de serviço, aceito pela Administração, para representá-la na execução do contrato;

13.22. Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

13.23. Fornecer, sempre que solicitados pela Contratante, os comprovantes do cumprimento das obrigações previdenciárias, do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, e do pagamento dos salários e demais benefícios trabalhistas dos empregados colocados à disposição da Contratante;

13.23.1. A ausência da documentação pertinente ou da comprovação do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e relativas ao FGTS implicará a retenção do pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, mediante prévia comunicação, até que a situação seja regularizada, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

13.23.2. Ultrapassado o prazo de 15 (quinze) dias, contados na comunicação mencionada no subitem anterior, sem a regularização da falta, a Administração poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da contratada que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

13.23.2.1. O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pela contratante para acompanhar o pagamento das respectivas verbas.

13.24. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

13.25. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

13.26. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

13.27. Não beneficiar-se da condição de optante pelo Simples Nacional, salvo as exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006;

13.28. Comunicar formalmente à Receita Federal a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, salvo as exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006, para fins de exclusão obrigatória do Simples Nacional a contar do mês seguinte ao da contratação, conforme previsão do art.17, XII, art.30, §1º, II e do art. 31, II, todos da LC 123, de 2006.

13.28.1. Para efeito de comprovação da comunicação, a contratada deverá apresentar cópia do ofício enviado à Receita Federal do Brasil, com comprovante de entrega e recebimento, comunicando



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS

a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, até o último dia útil do mês subsequente ao da ocorrência da situação de vedação.

13.29. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.30. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

13.31. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do serviço.

13.32. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do serviço.

13.33. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

13.34. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.

13.35. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.

13.36. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

13.37. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, qualquer mudança no método de execução do serviço que fuja das especificações constantes deste Termo de Referência.

13.38. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

13.39. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

13.40. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.

13.41. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS

13.42. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale-transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.43. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;

13.44. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

13.45. Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, “a” e “b”, do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:

13.45.1 O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;

13.45.2 Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

13.46 A cada período de 12 meses de vigência do contrato de trabalho, a contratada deverá encaminhar termo de quitação anual das obrigações trabalhistas, na forma do art. 507-B da CLT, ou comprovar a adoção de providências voltadas à sua obtenção, relativamente aos empregados alocados, em dedicação exclusiva, na prestação de serviços contratados.

13.46.1 O termo de quitação anual efetivado deverá ser firmado junto ao respectivo Sindicato dos Empregados e obedecerá ao disposto no art. 507-B, parágrafo único, da CLT.

13.46.2 Para fins de comprovação da adoção das providências a que se refere o presente item, será aceito qualquer meio de prova, tais como: recibo de convocação, declaração de negativa de negociação, ata de negociação, dentre outros.

13.46.3 Não haverá pagamento adicional pela Contratante à Contratada em razão do cumprimento das obrigações previstas neste item.

13.47 Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos da contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços.

14 DA SUBCONTRATAÇÃO

14.1 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS

15 ALTERAÇÃO SUBJETIVA

- 15.1 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

16 CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

- 16.1 O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 16.2 As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual são o conjunto de ações que tem por objetivo aferir o cumprimento dos resultados previstos pela Administração para o serviço contratado, verificar a regularidade das obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como prestar apoio à instrução processual e o encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos relativos a repactuação, alteração, reequilíbrio, prorrogação, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção do contrato, dentre outras, com vista a assegurar o cumprimento das cláusulas avençadas e a solução de problemas relativos ao objeto.
- 16.3 O conjunto de atividades de gestão e fiscalização compete ao gestor da execução do contrato, podendo ser auxiliado pela fiscalização técnica, administrativa, setorial e pelo público usuário, de acordo com as seguintes disposições:
- I – Gestão da Execução do Contrato: é a coordenação das atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa, setorial e pelo público usuário, bem como dos atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para formalização dos procedimentos quanto aos aspectos que envolvam a prorrogação, alteração, reequilíbrio, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção do contrato, dentre outros;
 - II – Fiscalização Técnica: é o acompanhamento com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, qualidade, tempo e modo da prestação dos serviços estão compatíveis com os indicadores de níveis mínimos de desempenho estipulados no ato convocatório, para efeito de pagamento conforme o resultado, podendo ser auxiliado pela fiscalização pelo público usuário;
 - III – Fiscalização Administrativa: é o acompanhamento dos aspectos administrativos da execução dos serviços, quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como quanto às providências tempestivas nos casos de inadimplemento;
 - IV – *Fiscalização Setorial: é o acompanhamento da execução do contrato nos aspectos técnicos ou administrativos, quando a prestação dos serviços ocorrer concomitantemente em setores distintos ou em unidades desconcentradas de um mesmo órgão ou entidade; e*
 - V - *Fiscalização pelo Público Usuário: é o acompanhamento da execução contratual por pesquisa de satisfação junto ao usuário, com o objetivo de aferir os resultados da prestação dos serviços, os recursos materiais e os procedimentos utilizados pela contratada, quando for o caso, ou outro fator determinante para a avaliação dos aspectos qualitativos do objeto.*
- 16.4 Quando a contratação exigir fiscalização setorial, o órgão ou entidade deverá designar representantes nesses locais para atuarem como fiscais setoriais.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS

- 16.5 As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.
- 16.6 A fiscalização administrativa poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.
- 16.7 Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações (os documentos poderão ser originais ou cópias autenticadas por cartório competente ou por servidor da Administração), no caso de empresas regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT):
- a) no primeiro mês da prestação dos serviços, a CONTRATADA deverá apresentar a seguinte documentação:
 - a.1. relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;
 - a.2. Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela CONTRATADA; e
 - a.3. exames médicos admissionais dos empregados da CONTRATADA que prestarão os serviços.
 - b) entrega até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços ao setor responsável pela fiscalização do contrato dos seguintes documentos, quando não for possível a verificação da regularidade destes no Sistema de Cadastro de Fornecedores (SICAF):
 - b.1. Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);
 - b.2. certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado;
 - b.3. Certidão de Regularidade do FGTS (CRF); e
 - b.4. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).
 - c) entrega, quando solicitado pela CONTRATANTE, de quaisquer dos seguintes documentos:
 - c.1. extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da CONTRATANTE;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS

c.2. cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador CONTRATANTE;

c.3. cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;

c.4. comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado; e

c.5. comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato.

d) entrega de cópia da documentação abaixo relacionada, quando da extinção ou rescisão do contrato, após o último mês de prestação dos serviços, no prazo definido no contrato:

d.1. termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;

d.2. guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;

d.3. extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado;

d.4. exames médicos demissionais dos empregados dispensados.

16.8 A CONTRATANTE deverá analisar a documentação solicitada na alínea “d” acima no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento dos documentos, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, justificadamente.

16.9 No caso de sociedades diversas, tais como as Organizações Sociais, será exigida a comprovação de atendimento a eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as respectivas organizações.

16.10 Sempre que houver admissão de novos empregados pela contratada, os documentos elencados no subitem 16.7 acima deverão ser apresentados.

16.11 Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, os fiscais ou gestores do contrato deverão oficiar à Receita Federal do Brasil (RFB).

16.12 Em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, os fiscais ou gestores do contrato deverão oficiar ao Ministério do Trabalho.

16.13 O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pela CONTRATADA poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções.

16.14 A CONTRATANTE poderá conceder prazo para que a CONTRATADA regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade de correção.

16.15 Além das disposições acima citadas, a fiscalização administrativa observará, ainda, as seguintes diretrizes:



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS

16.15.1 Fiscalização inicial (no momento em que a prestação de serviços é iniciada):

- a) Será elaborada planilha-resumo de todo o contrato administrativo, com informações sobre todos os empregados terceirizados que prestam serviços, com os seguintes dados: nome completo, número de inscrição no CPF, função exercida, salário, adicionais, gratificações, benefícios recebidos, sua especificação e quantidade (vale-transporte, auxílio-alimentação), horário de trabalho, férias, licenças, faltas, ocorrências e horas extras trabalhadas;
- b) Todas as anotações contidas na CTPS dos empregados serão conferidas, a fim de que se possa verificar se as informações nelas inseridas coincidem com as informações fornecidas pela CONTRATADA e pelo empregado;
- c) O número de terceirizados por função deve coincidir com o previsto no contrato administrativo;
- d) O salário não pode ser inferior ao previsto no contrato administrativo e na Convenção Coletiva de Trabalho da Categoria (CCT);
- e) Serão consultadas eventuais obrigações adicionais constantes na CCT para a CONTRATADA;
- f) Será verificada a existência de condições insalubres ou de periculosidade no local de trabalho que obriguem a empresa a fornecer determinados Equipamentos de Proteção Individual (EPI).
- g) No primeiro mês da prestação dos serviços, a contratada deverá apresentar a seguinte documentação:
 - g.1. relação dos empregados, com nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), e indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;
 - g.2. CTPS dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinadas pela contratada;
 - g.3. exames médicos admissionais dos empregados da contratada que prestarão os serviços; e
 - g.4. declaração de responsabilidade exclusiva da contratada sobre a quitação dos encargos trabalhistas e sociais decorrentes do contrato.

16.15.2 Fiscalização mensal (a ser feita antes do pagamento da fatura):

- a) Deve ser feita a retenção da contribuição previdenciária no valor de 11% (onze por cento) sobre o valor da fatura e dos impostos incidentes sobre a prestação do serviço;
- b) Deve ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF;
- c) Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS

Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF;

d) Deverá ser exigida, quando couber, comprovação de que a empresa mantém reserva de cargos para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, conforme disposto no art. 66-A da Lei nº 8.666, de 1993.

16.15.3 Fiscalização diária:

a) Devem ser evitadas ordens diretas da CONTRATANTE dirigidas aos terceirizados. As solicitações de serviços devem ser dirigidas ao preposto da empresa. Da mesma forma, eventuais reclamações ou cobranças relacionadas aos empregados terceirizados devem ser dirigidas ao preposto.

b) Toda e qualquer alteração na forma de prestação do serviço, como a negociação de folgas ou a compensação de jornada, deve ser evitada, uma vez que essa conduta é exclusiva da CONTRATADA.

c) Devem ser conferidos, por amostragem, diariamente, os empregados terceirizados que estão prestando serviços e em quais funções, e se estão cumprindo a jornada de trabalho.

16.16 Cabe, ainda, à fiscalização do contrato, verificar se a CONTRATADA observa a legislação relativa à concessão de férias e licenças aos empregados, respeita a estabilidade provisória de seus empregados e observa a data-base da categoria prevista na CCT, concedendo os reajustes dos empregados no dia e percentual previstos.

16.16.1 O gestor deverá verificar a necessidade de se proceder a repactuação do contrato, inclusive quanto à necessidade de solicitação da contratada.

16.17 A CONTRATANTE deverá solicitar, por amostragem, aos empregados, seus extratos da conta do FGTS e que verifiquem se as contribuições previdenciárias e do FGTS estão sendo recolhidas em seus nomes.

16.17.1 Ao final de um ano, todos os empregados devem ter seus extratos avaliados.

16.18 A CONTRATADA deverá entregar, no prazo de 15 (quinze) dias, quando solicitado pela CONTRATANTE quaisquer dos seguintes documentos:

a) extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da CONTRATANTE;

b) cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador a CONTRATANTE;

c) cópia dos contracheques assinados dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários; e

d) comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei, Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS

- 16.19 A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme modelo previsto no Anexo XXX, ou outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:
- a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
 - b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 16.19.1 A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.
- 16.20 Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.
- 16.21 O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
- 16.22 Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
- 16.23 A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.
- 16.24 Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.
- 16.25 O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.
- 16.26 O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.
- 16.27 A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.
- 16.28 A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 16.29 A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha sua relação detalhada, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS

- 16.30 O representante da CONTRATANTE deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 16.31 O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA, incluindo o descumprimento das obrigações trabalhistas, não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias ou para com o FGTS ou a não manutenção das condições de habilitação, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no instrumento convocatório e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, conforme disposto nos arts. 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 16.31.1 Caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, a CONTRATANTE comunicará o fato à CONTRATADA e reterá o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.
- 16.32 Não havendo quitação das obrigações por parte da CONTRATADA no prazo de quinze dias, a CONTRATANTE poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da contratada que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.
- 16.32.1 O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pela CONTRATANTE para acompanhar o pagamento das verbas mencionadas.
- 16.32.2 Tais pagamentos não configuram vínculo empregatício ou implicam a assunção de responsabilidade por quaisquer obrigações dele decorrentes entre a contratante e os empregados da contratada.
- 16.33 O contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pela CONTRATADA, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias e para com o FGTS referentes à mão de obra alocada em sua execução, inclusive quanto às verbas rescisórias.
- 16.34 A fiscalização de que trata este tópico não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 16.35 As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SLTI/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.
- 16.36 A fiscalização de que trata este Termo de Referência não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

17. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

- 17.1 A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo.
- 17.2 No prazo de até 5 dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS

17.3O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico, administrativo e setorial ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

17.3.1 A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

17.3.1.1 Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

17.3.1.2 A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

17.3.1.3 O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

17.3.1.4 Da mesma forma, ao final de cada período de faturamento mensal, o fiscal administrativo deverá verificar as rotinas previstas no Anexo VIII-B da IN SEGES/MP nº 5/2017, no que forem aplicáveis à presente contratação, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato;

17.3.2 No prazo de até *10 dias corridos* a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

17.3.2.1 quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

17.3.2.2 Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

17.3.2.2.1 Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

17.4 No prazo de até *10 (dez) dias corridos* a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo às seguintes diretrizes:

17.4.1 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e,



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS

caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

17.4.2 Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

17.4.3 Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto.

17.5 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2002).

17.6 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

18. DO PAGAMENTO

18.1 O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

18.1.1 Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

18.2 A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência

18.3 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

18.3.1 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

18.4 O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

18.4.1 o prazo de validade;

18.4.2 a data da emissão;

18.4.3 os dados do contrato e do órgão contratante;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS

- 18.4.4 o período de prestação dos serviços;
 - 18.4.5 o valor a pagar; e
 - 18.4.6 eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 18.5 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;
- 18.6 Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:
- 18.6.1 não produziu os resultados acordados;
 - 18.6.2 deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
 - 18.6.3 deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 18.7 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 18.8 Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
- 18.9 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
- 18.10 Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 18.11 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 18.12 Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
- 18.13 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.
- 18.13.1 Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.
- 18.14 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS

- 18.15 É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.
- 18.16 A parcela mensal a ser paga a título de aviso prévio trabalhado e indenizado corresponderá, no primeiro ano de contratação, ao percentual originalmente fixado na planilha de preços.
- 18.16.1 Não tendo havido a incidência de custos com aviso prévio trabalhado e indenizado, a prorrogação contratual seguinte deverá prever o pagamento do percentual máximo equivalente a 03 (três) dias a mais por ano de serviço, até o limite compatível com o prazo total de vigência contratual.
- 18.16.2 A adequação de pagamento de que trata o subitem anterior deverá ser prevista em termo aditivo.
- 18.16.3 Caso tenha ocorrido a incidência parcial ou total dos custos com aviso prévio trabalhado e/ou indenizado no primeiro ano de contratação, tais rubricas deverão ser mantidas na planilha de forma complementar/proporcional, devendo o órgão contratante esclarecer a metodologia de cálculo adotada.
- 18.17 A Contratante providenciará o desconto na fatura a ser paga do valor global pago a título de vale-transporte em relação aos empregados da Contratada que expressamente optaram por não receber o benefício previsto na Lei nº 7.418, de 16 de dezembro de 1985, regulamentado pelo Decreto nº 95.247, de 17 de novembro de 1987.
- 18.18 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP, \text{ sendo:}$$

EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

19 DA CONTA-DEPÓSITO VINCULADA

- 19.1 Para atendimento ao disposto no art. 18 da IN SEGES/MP N. 5/2017, as regras acerca da Conta-Depósito Vinculada a que se refere o Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017 são as estabelecidas neste Termo de Referência.
- 19.2 A futura Contratada deve autorizar a Administração contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.
- 19.2.1 Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração (ex.: por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS

- recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.
- 19.3 A CONTRATADA autorizará o provisionamento de valores para o pagamento das férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores da contratada, bem como de suas repercussões trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, que serão depositados pela contratante em conta-depósito vinculada específica, em nome do prestador dos serviços, bloqueada para movimentação, conforme disposto no anexo XII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 2017, os quais somente serão liberados para o pagamento direto dessas verbas aos trabalhadores, nas condições estabelecidas no item 1.5 do anexo VII-B da referida norma.
- 19.4 O montante dos depósitos da conta vinculada, conforme item 2 do Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017 será igual ao somatório dos valores das provisões a seguir discriminadas, incidentes sobre a remuneração, cuja movimentação dependerá de autorização do órgão ou entidade promotora da licitação e será feita exclusivamente para o pagamento das respectivas obrigações:
- 19.4.1 13º (décimo terceiro) salário;
 - 19.4.2 Férias e um terço constitucional de férias;
 - 19.4.3 Multa sobre o FGTS e contribuição social para as rescisões sem justa causa; e
 - 19.4.4 Encargos sobre férias e 13º (décimo terceiro) salário.
 - 19.4.5 Os percentuais de provisionamento e a forma de cálculo serão aqueles indicados no Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017.
- 19.5 O saldo da conta-depósito será remunerado pelo índice de correção da poupança *pro rata die*, conforme definido em Termo de Cooperação Técnica firmado entre o promotor desta licitação e instituição financeira. Eventual alteração da forma de correção implicará a revisão do Termo de Cooperação Técnica.
- 19.6 Os valores referentes às provisões mencionadas neste edital que sejam retidos por meio da conta-depósito, deixarão de compor o valor mensal a ser pago diretamente à empresa que vier a prestar os serviços.
- 19.7 Em caso de cobrança de tarifa ou encargos bancários para operacionalização da conta-depósito, os recursos atinentes a essas despesas serão debitados dos valores depositados.
- 19.8 A empresa contratada poderá solicitar a autorização do órgão ou entidade contratante para utilizar os valores da conta-depósito para o pagamento dos encargos trabalhistas previstos nos subitens acima ou de eventuais indenizações trabalhistas aos empregados, decorrentes de situações ocorridas durante a vigência do contrato.
- 19.8.1 Na situação do subitem acima, a empresa deverá apresentar os documentos comprobatórios da ocorrência das obrigações trabalhistas e seus respectivos prazos de vencimento. Somente após a confirmação da ocorrência da situação pela Administração, será expedida a autorização para a movimentação dos recursos creditados na conta-depósito vinculada, que será encaminhada à Instituição Financeira no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios pela empresa.
 - 19.8.2 A autorização de movimentação deverá especificar que se destina exclusivamente para o pagamento dos encargos trabalhistas ou de eventual indenização trabalhista aos trabalhadores favorecidos.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS

19.8.3 A empresa deverá apresentar ao órgão ou entidade contratante, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da movimentação, o comprovante das transferências bancárias realizadas para a quitação das obrigações trabalhistas.

19.9 O saldo remanescente dos recursos depositados na conta-depósito será liberado à respectiva titular no momento do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, quando couber, e após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado, conforme item 15 da IN SEGES/MP n. 5/2017.

20 DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS EM SENTIDO AMPLO (REACTUAÇÃO)

- 20.1 Visando à adequação aos novos preços praticados no mercado, desde que solicitado pela CONTRATADA e observado o interregno mínimo de 1 (um) ano contado na forma apresentada no subitem que se seguirá, o valor consignado no Termo de Contrato será repactuado, competindo à CONTRATADA justificar e comprovar a variação dos custos, apresentando memória de cálculo e planilhas apropriadas para análise e posterior aprovação da CONTRATANTE, na forma estatuída no Decreto n° 9.507, de 2018, e nas disposições aplicáveis da Instrução Normativa SEGES/MP n° 5, de 2017.
- 20.2 A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, em respeito ao princípio da anualidade do reajustamento dos preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, tais como os custos decorrentes da mão de obra e os custos decorrentes dos insumos necessários à execução do serviço.
- 20.3 O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:
- 20.3.1 Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir dos efeitos financeiros do acordo, dissídio ou convenção coletiva de trabalho, vigente à época da apresentação da proposta, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;
- 20.3.2 Para os insumos discriminados na Planilha de Custos e Formação de Preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa): do último reajuste aprovado por autoridade governamental ou realizado por determinação legal ou normativa;
- 20.3.3 Para os demais custos, sujeitos à variação de preços do mercado (insumos não decorrentes da mão de obra): a partir da data limite para apresentação das propostas constante do Edital.
- 20.4 Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno de um ano será computado da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto de nova solicitação. Entende-se como última repactuação, a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela em que celebrada ou apostilada.
- 20.5 O prazo para a CONTRATADA solicitar a repactuação encerra-se na data da prorrogação contratual subsequente ao novo acordo, dissídio ou convenção coletiva que fixar os novos custos de mão de obra da categoria profissional abrangida pelo contrato, ou na data do encerramento da vigência do contrato, caso não haja prorrogação.
- 20.6 Caso a CONTRATADA não solicite a repactuação tempestivamente, dentro do prazo acima fixado, ocorrerá a preclusão do direito à repactuação.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS

- 20.7 Nessas condições, se a vigência do contrato tiver sido prorrogada, nova repactuação só poderá ser pleiteada após o decurso de novo interregno mínimo de 1 (um) ano, contado:
- 20.7.1 da vigência do acordo, dissídio ou convenção coletiva anterior, em relação aos custos decorrentes de mão de obra;
 - 20.7.2 do último reajuste aprovado por autoridade governamental ou realizado por determinação legal ou normativa, para os insumos discriminados na planilha de custos e formação de preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa);
 - 20.7.3 do dia em que se completou um ou mais anos da apresentação da proposta, em relação aos custos sujeitos à variação de preços do mercado;
- 20.8 Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria, ou ainda não tenha sido possível à CONTRATANTE ou à CONTRATADA proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.
- 20.9 Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas base diferenciadas, a repactuação deverá ser dividida em tantas parcelas quantos forem os acordos, dissídios ou convenções coletivas das categorias envolvidas na contratação.
- 20.10 É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, Acordo, Convenção e Dissídio Coletivo de Trabalho.
- 20.11 A CONTRATANTE não se vincula às disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem do pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.
- 20.12 Quando a repactuação se referir aos custos da mão de obra, a CONTRATADA efetuará a comprovação da variação dos custos dos serviços por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria profissional abrangida pelo contrato.
- 20.13 Quando a repactuação solicitada pela CONTRATADA se referir aos custos sujeitos à variação dos preços de mercado (insumos não decorrentes da mão de obra), o respectivo aumento será apurado mediante a aplicação do índice de reajustamento _____ (*indicar o índice a ser adotado*), com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):
- $R = V (I - I^0) / I^0$, onde:
- R = Valor do reajuste procurado;
- V = Valor contratual correspondente à parcela dos insumos a ser reajustada;
- I⁰ = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta da licitação;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS

I = Índice relativo ao mês do reajustamento;

- 20.13.1 No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo; fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.
- 20.13.2 Nas aferições finais, o índice utilizado para a repactuação dos insumos será, obrigatoriamente, o definitivo.
- 20.13.3 Caso o índice estabelecido para a repactuação de insumos venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 20.13.4 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos insumos e materiais, por meio de termo aditivo.
- 20.13.5 Independentemente do requerimento de repactuação dos custos com insumos, a CONTRATANTE verificará, a cada anualidade, se houve deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos custos em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores correspondentes da planilha contratual.
- 20.14 Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:
- 20.14.1 a partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação;
- 20.14.2 em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações futuras; ou
- 20.14.3 em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão de obra em que o próprio fato gerador, na forma de acordo, dissídio ou convenção coletiva, ou sentença normativa, contemplar data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.
- 20.15 Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.
- 20.16 A decisão sobre o pedido de repactuação deve ser feita no prazo máximo de sessenta dias, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos.
- 20.17 O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto a CONTRATADA não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pela CONTRATANTE para a comprovação da variação dos custos.
- 20.18 As repactuações serão formalizadas por meio de apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, caso em que deverão ser formalizadas por aditamento ao contrato.
- 20.19 O CONTRATADO deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção de 5% (cinco por cento) em relação ao valor contratado, como condição para a



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS

repactuação, nos termos da alínea K do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 5/2017.

21. GARANTIA DA EXECUÇÃO

- 21.1 O adjudicatário prestará garantia de execução do contrato, nos moldes do art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, com validade durante a execução do contrato e por 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.
- 21.2 No prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contados da assinatura do contrato, a contratada deverá apresentar comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.
- 21.2.1 A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).
- 21.2.2 O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.
- 21.3 A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de 90 dias após o término da vigência contratual, conforme item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP nº 5/2017.
- 21.4 A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:
- 21.4.1 prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
 - 21.4.2 prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
 - 21.4.3 multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
 - 21.4.4 obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada, quando couber.
- 21.5 A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.
- 21.6 A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.
- 21.7 Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.
- 21.8 No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.
- 21.9 No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS

21.10 Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data em que for notificada.

21.11 A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

21.12 Será considerada extinta a garantia:

21.12.1 com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;

21.12.2 no prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 05/2017.

21.13 O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

21.14 A contratada autoriza a contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste TR.

21.15 A garantia da contratação somente será liberada ante a comprovação de que a empresa pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação, e que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS, conforme estabelecido no art. 8º, VI do Decreto nº 9.507, de 2018, observada a legislação que rege a matéria.

21.15.1 Também poderá haver liberação da garantia se a empresa comprovar que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho

21.16 Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços contratados, a Administração Contratante poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação: (1) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou (2) da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços, nos termos da alínea "j" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 5/2017.

22 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

22.1 Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:

- 22.1.1 inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 22.1.2 ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 22.1.3 falhar ou fraudar na execução do contrato;
- 22.1.4 comportar-se de modo inidôneo; ou
- 22.1.5 cometer fraude fiscal.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS

22.2 Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

22.2.1 **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

22.2.2 **Multa de:**

22.2.2.1 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

22.2.2.2 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

22.2.2.3 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

22.2.2.4 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das **tabelas 1 e 2**, abaixo; e.

22.2.2.5 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

22.2.2.6 as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

22.2.3 Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

22.2.4 Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

22.2.4.1 A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 22.1 deste Termo de Referência

22.2.5 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

22.3 As sanções previstas nos subitens 22.2.1, 22.2.3, 22.2.4 e 22.2.5 poderão ser aplicadas à CONTRATADA



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS

juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

22.4 Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou conseqüências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia;	03
Para os itens a seguir, deixar de:		
6	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS

8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
11	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01

22.5 Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

- 22.5.1 tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 22.5.2 tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 22.5.3 demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

22.6 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

22.7 As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

- 22.7.1 Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

22.8 Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

22.9 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

22.10 Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS**

22.11 A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

22.12 O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

22.13 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

23 CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.

23.1 As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

23.2 Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

23.3 Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

23.4 O critério de aceitabilidade de preços será o valor global de até R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais).

23.5 O critério de julgamento da proposta é o menor preço global.

23.6 As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

24 ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.

24.1 O valor máximo aceitável para a contratação é de R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais).

25 DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

25.1 A despesa para a execução dos serviços de que trata o objeto será alocada à dotação orçamentária prevista para o atendimento dessa finalidade, a ser consignada à Universidade Federal da Grande Dourados, pela Lei Orçamentária Anual.

Município de Dourados - MS, 31 de janeiro de 2020.

Fábio Martins de Lima
Chefe da Divisão de Conservação e Serviços Urbanos
DSURB/PU



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS

Carlos Alberto Chuba Machado
Prefeito Universitário

Ricardo França de Brito
Pró-Reitor de Administração



FOLHA DE ASSINATURAS

Emitido em 31/01/2020

TERMO DE REFERÊNCIA N° 62/2020 - DICOMP (11.01.11.04.02) - DICOMP (11.01.11.04.02)
(N° do Processo: 23005.000442/2020-63)

(Assinado digitalmente em 27/04/2020 10:03)
CARLOS ALBERTO CHUBA MACHADO
PREFEITO UNIVERSITARIO
2045753

(Assinado digitalmente em 27/04/2020 09:22)
FABIO MARTINS DE LIMA
ADMINISTRADOR
1912376

(Assinado digitalmente em 27/04/2020 08:14)
RICARDO FRANCA DE BRITO
PRO-REITOR
2752787

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sipac.ufgd.edu.br/documentos/> informando seu número: **62**, ano: **2020**, tipo: **TERMO DE REFERÊNCIA**, data de emissão: **24/04/2020** e o código de verificação: **3f7adb18ad**



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
COORDENADORIA DE COMPRAS
DIVISÃO DE LICITAÇÃO**

ANEXO II

**AUTORIZAÇÃO PARA ACESSO A SALDOS E EXTRATOS DA CONTA DEPÓSITO
VINCULADA, RETENÇÃO NA FATURA E DEPÓSITO DIRETO DE SALÁRIOS E
RETENSÃO DA GARANTIA**

_____ (razão social da licitante) inscrita no CNPJ n:
_____, com sede na _____ (endereço completo),
por intermédio de seu representante legal, o (a) Sr.(a) _____ infra-assinado,
portador(a) da Carteira de Identidade n° _____ e do CPF/MF n°
_____, para fins do disposto no edital, em cumprimento ao disposto no art.
18 da IN SEGES/MPDG N. 5/2017, as regras acerca da Conta-Depósito Vinculada a que se refere o
Anexo XII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017, AUTORIZA ao)
_____ (órgão/entidade, a:

I - Ter acesso aos saldos e extratos, e vincular a movimentação dos valores depositados à
autorização da contratante, no que se refere à conta depósito vinculada prevista no anexo XII da IN
SEGES/MPDG n. 5/2017;

II - Fazer o desconto na fatura e o pagamento direto dos salários e demais verbas trabalhistas aos
trabalhadores, quando houver falha no cumprimento dessas obrigações por parte da contratada, até
o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis; e

III - Reter, a qualquer tempo, a garantia na forma prevista no subitem 3.1 do Anexo VII-F desta
Instrução Normativa, nas hipóteses previstas neste contrato e na IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

_____, _____ de _____ de 20____.

(assinatura do representante legal)

OBS.: Esta autorização deverá ser assinada pela licitante vencedora por ocasião da celebração do contrato.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
COORDENADORIA DE COMPRAS
DIVISÃO DE LICITAÇÃO**

ANEXO III

**AUTORIZAÇÃO PARA SOLICITAÇÃO DE ABERTURA DE CONTA
DEPÓSITO VINCULADA EM NOME DA EMPRESA**

À Agência _____ da Instituição Financeira _____
(endereço da agência)

Senhor (a) Gerente,

Autorizo, em caráter irrevogável e irretratável, que a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL solicite a essa agência bancária, na forma indicada por essa agência, qualquer tipo de movimentação financeira na conta-depósito vinculada nº _____ – bloqueada para movimentação, de minha titularidade, aberta para receber recursos retidos de rubricas constantes da planilha de custos e formação de preços do Contrato nº ___/___, firmado com a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL, bem como tenha acesso irrestrito aos saldos da referida conta-depósito, extratos e movimentações financeiras, inclusive de aplicações financeiras.

Atenciosamente,

(local e data)

Assinatura do titular da conta-depósito

OBS.: Esta autorização deverá ser assinada pela licitante vencedora por ocasião da celebração do contrato.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
COORDENADORIA DE COMPRAS
DIVISÃO DE LICITAÇÃO

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO
DECLARAÇÃO DE CONTRATOS FIRMADOS COM A INICIATIVA PRIVADA E A
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Declaro que a empresa _____, inscrita no CNPJ (MF) no _____, inscrição estadual no _____, estabelecida em _____, possui os seguintes contratos firmados com a iniciativa privada e a administração pública:

Nome do Órgão/Empresa	Vigência	do	Contrato	Valor	total	do	Contrato
_____	_____		_____	_____			_____
_____	_____		_____	_____			_____
_____	_____		_____	_____			_____
_____	_____		_____	_____			_____

Além dos nomes dos órgãos/empresas, o licitante deverá informar também o endereço completo dos órgãos/empresas com os quais tem contratos vigentes.

Valor Total dos Contratos

R\$ _____

Local e data

Assinatura e carimbo do emissor

Observação: Além dos nomes dos órgãos/empresas, o licitante deverá informar também o endereço completo dos órgãos/empresas, com os quais tem contratos vigentes.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
COORDENADORIA DE COMPRAS
DIVISÃO DE LICITAÇÃO
EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 37/2020 – PROCESSO Nº 23005.000442/2020-63
ANEXO V**

MINUTA DE CONTRATO

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº/....., QUE FAZEM ENTRE SI A Universidade Federal da Grande Dourados e a Empresaespecializada na **prestação dos serviços continuados de Jardinagem e Roçada.**

A UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS, por intermédio do(a) (órgão contratante), com sede no(a), na cidade de /Estado ..., inscrito(a) no CNPJ sob o nº, neste ato representado(a) pelo(a) (cargo e nome), nomeado(a) pela Portaria nº, de de de 20..., publicada no *DOU* de de de, portador da matrícula funcional nº, doravante denominada CONTRATANTE, e o(a) inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, em doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a), portador(a) da Carteira de Identidade nº, expedida pela (o), e CPF nº, tendo em vista o que consta no Processo nº e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018 e da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 26 de maio de 2017 e suas alterações, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº/20..., mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1 O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços continuados de, com disponibilização de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital.

1.2 Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo, e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
COORDENADORIA DE COMPRAS
DIVISÃO DE LICITAÇÃO



EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 37/2020 – PROCESSO Nº 23005.000442/2020-63

1.3 Objeto da contratação:

ITEM (SERVIÇO)	LOCAL DE EXECUÇÃO	QUANTIDADE/ DE POSTOS	HORÁRIO/PERÍODO	CARGA HORÁRIA	VALORES

2 CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1 O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Edital, com início na data de/...../..... e encerramento em/...../....., *podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que haja autorização formal da autoridade competente e seja observado o disposto no Anexo IX da IN SEGES/MP n.º 05/2017, atentando, em especial, para o cumprimento dos seguintes requisitos:*

2.1.1 *Esteja formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;*

2.1.2 *Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;*

2.1.3 *Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;*

2.1.4 *Seja comprovado que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração;*

2.1.5 *Haja manifestação expressa da contratada informando o interesse na prorrogação;*

2.1.6 *Seja comprovado que a contratada mantém as condições iniciais de habilitação.*

2.2 *A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.*

2.3 *A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.*

3 CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1 O valor mensal da contratação é de R\$ (.....), perfazendo o valor total de R\$ (.....).

3.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
COORDENADORIA DE COMPRAS
DIVISÃO DE LICITAÇÃO**



EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 37/2020 – PROCESSO Nº 23005.000442/2020-63

3.3. *O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.*

4 CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 20...., na classificação abaixo:

PTRES: 170569

FONTE: 8100000000

PI: M20RKG0100N

UGR:

Unidade para Centro de Custo: 11.03

4.2 No(s) exercício(s) seguinte(s), as despesas correspondentes correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

5 CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1 O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência e no Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.

6 CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTAMENTO DE PREÇOS EM SENTIDO AMPLO

6.1 As regras acerca do reajustamento de preços em sentido amplo do valor contratual (reajuste em sentido estrito e/ou repactuação) são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo deste Contrato.

7 CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.1 Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência, anexo do Edital.

8 CLÁUSULA OITAVA – MODELO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO

8.1 O modelo de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA, os materiais que serão empregados, a disciplina do recebimento do objeto e a fiscalização pela CONTRATANTE são aqueles previstos no Termo de Referência, anexo do Edital.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
COORDENADORIA DE COMPRAS
DIVISÃO DE LICITAÇÃO**



EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 37/2020 – PROCESSO Nº 23005.000442/2020-63

9 CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

9.1 As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

10 CLÁUSULA DÉCIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

10.1 As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

11 CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO

11.1 O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

11.1.1 por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

11.1.2 amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

11.2 Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados e precedidos de autorização da autoridade competente, assegurando-se à CONTRATADA o direito ao contraditório, bem como à prévia e ampla defesa.

11.3 A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.4 O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

11.4.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.4.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.4.3 Indenizações e multas.

11.5 O não pagamento dos salários e das verbas trabalhistas, e o não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o FGTS poderá dar ensejo à rescisão do contrato por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE e à aplicação das penalidades cabíveis (art. 8º, inciso IV, do Decreto n.º 9.507, de 2018).

11.6 Quando da rescisão, o fiscal administrativo deverá verificar o pagamento pela CONTRATADA das verbas rescisórias ou os documentos que comprovem que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho (art. 64 a 66 da IN SEGES/MP n.º 05/2017).



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
COORDENADORIA DE COMPRAS
DIVISÃO DE LICITAÇÃO**



EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 37/2020 – PROCESSO Nº 23005.000442/2020-63

11.7 Até que a CONTRATADA comprove o disposto no item anterior, a CONTRATANTE reterá:

11.7.1 a garantia contratual, prestada com cobertura para os casos de descumprimento das obrigações de natureza trabalhista e previdenciária pela CONTRATADA, que será executada para reembolso dos prejuízos sofridos pela Administração, nos termos da legislação que rege a matéria; e

11.7.2 os valores das Notas fiscais ou Faturas correspondentes em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

11.8 Na hipótese do subitem anterior, não havendo quitação das obrigações por parte da CONTRATADA no prazo de quinze dias, a CONTRATANTE poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da CONTRATADA que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.

11.9 O CONTRATANTE poderá ainda:

11.9.1 nos casos de obrigação de pagamento de multa pela CONTRATADA, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

11.9.2 nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 80 da Lei n.º 8.666, de 1993, reter os eventuais créditos existentes em favor da CONTRATADA decorrentes do contrato.

11.10 O contrato poderá ser rescindido no caso de se constatar a ocorrência da vedação estabelecida no art. 5º do Decreto n.º 9.507, de 2018.

12 CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – VEDAÇÕES

12.1 É vedado à CONTRATADA:

12.1.1 caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

12.1.2 interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

13 CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES

13.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei n.º 8.666, de 1993, bem como do ANEXO X da IN/SEGES/MP n.º 05, de 2017.

13.2 A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
COORDENADORIA DE COMPRAS
DIVISÃO DE LICITAÇÃO**



EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 37/2020 – PROCESSO Nº 23005.000442/2020-63

13.3 As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14 CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

14.1 Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

15 CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO

15.1 Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

16 CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO

16.1 É eleito o Foro da para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º, da Lei nº 8.666/93.

16.2 Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes e por duas testemunhas.

....., de..... de 20.....

Representante legal da CONTRATANTE

Representante legal da CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

- 1-
- 2-

ANEXO VIII - PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO PREÇOS

JARDINEIRO		
	Nº Processo	23005.000442/2020-63
	Licitação Nº	PE 37/202086/2019

Dia xx/xx/xx às 09:00 horas

Discriminação dos Serviços (dados referentes à contratação)

A	Data da apresentação da proposta (dia/mês/ano)	
B	Município/UF	Dourados/MS
C	Ano Acordo, Convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo	2020/2020
D	Nº de meses de execução contratual	12 meses

IDENTIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

Tipo de Serviço	Unidade de Medida	Quantidade total a contratar
JARDINEIRO	POSTOS	1

Mão de obra vinculada à execução contratual**Dados complementares para composição dos custos referentes à mão de obra**

1	Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas)	JARDINEIRO
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	622010
3	Salário Normativo da Categoria Profissional	RS 1.062,00
4	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)	SINDICATO TRAB EMPR CONSERVACAO ASSEIO DOURADOS MS
5	Data base da categoria (dia/mês/ano)	01/01/2020

MÓDULO 1: COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO

1	Composição da Remuneração	Valor (R\$)
A	Salário Base	1.062,00
B	Adicional de periculosidade (Salário Base * 30%)	
C	Adicional de insalubridade (até 40% do salário mínimo)	
D	Adicional noturno	
E	Descanso Semanal Remunerado (DSR) sobre Adicional Noturno	
F	Adicional de Hora Noturna Reduzida	
G	Descanso Semanal Remunerado (DSR) sobre Adicional de hora noturna reduzida	
H	Adicional de Hora Extra no Feriado Trabalhado	
I	Descanso Semanal Remunerado (DSR) sobre Adicional de hora Extra no feriado	
J	Gratificação por Função (Cláusula 5ª CCT)	268,76
TOTAL		1330,76

MÓDULO 2: ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS

2.1	13º (Décimo Terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	13º (décimo terceiro) Salário	8,33%	110,90
B	Férias e Adicional de Férias	8,33% +1/3	147,86
TOTAL			258,76

2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	%	Valor (R\$)
A	INSS	20,00%	317,90
B	Salário Educação	2,50%	39,74
C	Seguro acidente do trabalho ¹	6,00%	95,37
D	SESI OU SESC	1,50%	23,84
E	SENAI OU SENAC	1,00%	15,90
F	SEBRAE	0,60%	9,54
G	INCRA	0,20%	3,18
H	FGTS	8,00%	127,16
TOTAL		39,80%	632,63

Nota (1): O licitante deve preencher o item C das planilhas de composição de custos e formação de preços com os valores de RAT e FAP a qual se enquadra, a serem comprovados no envio de sua proposta adequada ao lance vencedor, mediante apresentação da GFIP ou outro documento apto a fazê-lo.

2.3	Benefícios Mensais e Diários	Valor (R\$)
A	Transporte (vale) - Cláusula 14ª CCT = (26 dias no mês * valor do passe de ônibus em Dourados * ida e volta)-(Salário Base*6%)	118,28
B	Auxílio alimentação - Cláusula 13ª da CCT	230,00
C	Benefício Social Familiar – Cláusula 16ª da CCT	9,70
D	Benefício Assistencial ao Trabalhador – Cláusula 17ª da CCT	4,00
TOTAL		357,98

QUADRO-RESUMO DO MÓDULO 2 - ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSALIS E DIÁRIOS

2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Valor (R\$)
2.1	13º (Décimo Terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	258,76
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	632,63
2.3	Benefícios Mensais e Diários	357,98
TOTAL		1.249,37

MÓDULO 3: PROVISÃO PARA RESCISÃO

A	Aviso prévio indenizado (API) - memória de cálculo		53,74
B	Incidência do FGTS - (API *8%) - incluso no item anterior, conforme	0,00%	-
C	Multa do FGTS s/Aviso Prévio Indenizado		16,33
D	Aviso prévio trabalhado ¹ - memória de cálculo		67,27
E	Incidência do Submódulo 2.2 s/ Aviso prévio trabalhado - incluso no item	0,00%	-
F	Multa do FGTS s/AP trabalhado		16,33
TOTAL			153,67

Nota (1) - Segundo orientação do TCU - ac 3006/2010 - Em caso de prorrogação de contrato, os valores referente ao Aviso Prévio Trabalhado serão zerados, tendo em vista que os referidos custos consideram-se integralmente pagos no primeiro ano do Contrato.

Nota (2) - Valor do FGTS sob o API já está incluído no valor obtido para API

Nota (3) – Incidência do Submódulo 2.2 s/ Aviso Prévio Trabalhado já calculado no item D – conforme memória de cálculo

MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE

4.1	Substituto nas Ausências Legais	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura das Férias	159,15
B	Substituto na cobertura das Ausências legais (ausência justificada/afastamento por doença/ consulta médica/óbitos na família/casamento/doação de sangue/testemunho/consulta pré natal).	37,01
C	Substituto na cobertura da Licença paternidade	1,52
D	Substituto na cobertura da Ausência por Acidente de Trabalho	7,34
E	Substituto na cobertura do Afastamento Maternidade	18,81
TOTAL		223,83

Nota (1) - O custo de referência para reposição do profissional ausente deve levar em conta todos os custos para manter um profissional no posto de trabalho, ou seja, o salário base acrescido dos adicionais e encargos, uniformes e custos de rescisão, com exceção de equipamentos.

Nota (2) - No cálculo da Licença Paternidade considerou-se afastamento de 20 dias, aplicados à rede 'empresa cidadã'.

Nota (3) - No cálculo da licença maternidade considerou-se afastamento de 180 dias, aplicados à rede 'empresa cidadã'.

4.2	Substituto na cobertura de Intervalo para repouso ou alimentação	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Intervalo para repouso ou alimentação	-
TOTAL		-

QUADRO-RESUMO DO MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE		
4.1	Ausências Legais	223,83
4.2	Substituto na cobertura de Intervalo para repouso ou alimentação	-
TOTAL		223,83

MÓDULO 5: INSUMOS DIVERSOS'		
5	Insumos Diversos	Valor (R\$)
A	Uniformes	57,01
B	Epi's	11,35
C	Ferramentas	60,92
D	Equipamentos – custo geral anual depreciação	12,91
	Equipamentos – uso exclusivo	-
TOTAL		142,19

Nota 1 : Valores mensais por empregado

MÓDULO 6: CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO			
6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	%	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos (DOA) - Subtotal (soma dos módulos 1+2+3+4+5)* %CI	7,00%	R\$ 216,99
B	Lucro - Subtotal (soma dos módulos 1+2+3+4+5+CUSTO INDIRETO)*%LUCRO	7,00%	R\$ 232,18
C	Tributos - Subtotal [(soma dos módulos 1+2+3+4+5+CUSTO INDIRETO+LUCRO)/85,75]*% DE IMPOSTO	85,75%	
	B1. Tributos Federais		
	B.1.1 PIS (Lucro Presumido = 0,65% e Lucro Real = 1,65%)	1,65%	R\$ 68,29
	B.1.2 COFINS (Lucro Presumido = 3% e Lucro Real = 7,6%)	7,60%	R\$ 314,55
	B.2 Tributos Estaduais		
	B.3 Tributos Municipais		
	B.3.1 - ISS	5,00%	R\$ 206,94
TOTAL			R\$ 1.038,94

QUADRO-RESUMO DOS CUSTO POR EMPREGADO		
Mão de obra vinculada à execução contratual (Valor por empregado)		Valor (R\$)
A	Módulo 1 – Composição da Remuneração	1.330,76
B	Módulo 2 – Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	1.249,37
C	Módulo 3 – Provisão para rescisão	153,67
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	223,83
E	Módulo 5 – Insumos diversos	142,19
Subtotal (A + B +C+ D+E)		3.099,82
F	Módulo 6 – Custos indiretos, tributos e lucro	1.038,94
VALOR TOTAL POR EMPREGADO		4.138,76

ANEXO VIII - PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO PREÇOS

AUXILIAR DE JARDINAGEM		
Nº Processo	23005.000442/2020-63	
Licitação Nº	PE 37/202086/2019	

Dia xx/xx/xx às 09:00 horas

Discriminação dos Serviços (dados referentes à contratação)

A	Data da apresentação da proposta (dia/mês/ano)	
B	Município/UF	Dourados/MS
C	Ano Acordo, Convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo	2020/2020
D	Nº de meses de execução contratual	12 meses

IDENTIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

Tipo de Serviço	Unidade de Medida	Quantidade total a contratar
AUXILIAR DE JARDINAGEM	POSTOS	1

Mão de obra vinculada à execução contratual**Dados complementares para composição dos custos referentes à mão de obra**

1	Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas)	AUXILIAR DE JARDINAGEM
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	9922
3	Salário Normativo da Categoria Profissional	R\$ 1.062,00
4	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)	SINDICATO TRAB EMPR CONSERVACAO ASSEIO DOURADOS MS
5	Data base da categoria (dia/mês/ano)	01/01/2020

MÓDULO 1: COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO

1	Composição da Remuneração	Valor (R\$)
A	Salário Base	1.062,00
B	Adicional de periculosidade (Salário Base * 30%)	
C	Adicional de insalubridade (até 40% do salário mínimo)	
D	Adicional noturno	
E	Descanso Semanal Remunerado (DSR) sobre Adicional Noturno	
F	Adicional de Hora Noturna Reduzida	
G	Descanso Semanal Remunerado (DSR) sobre Adicional de hora noturna reduzida	
H	Adicional de Hora Extra no Feriado Trabalhado	
I	Descanso Semanal Remunerado (DSR) sobre Adicional de hora Extra no feriado	
J	Gratificação por Função (Cláusula 5ª CCT)	107,46
TOTAL		1169,46

MÓDULO 2: ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSIS E DIÁRIOS

2.1	13º (Décimo Terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	13º (décimo terceiro) Salário	8,33%	97,46
B	Férias e Adicional de Férias	8,33% +1/3	129,94
TOTAL			227,40

2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	%	Valor (R\$)
A	INSS	20,00%	279,37
B	Salário Educação	2,50%	34,92
C	Seguro acidente do trabalho ¹	6,00%	83,81
D	SESI OU SESC	1,50%	20,95
E	SENAI OU SENAC	1,00%	13,97
F	SEBRAE	0,60%	8,38
G	INCRA	0,20%	2,79
H	FGTS	8,00%	111,75
TOTAL		39,80%	555,95

Nota (1): O licitante deve preencher o item C das planilhas de composição de custos e formação de preços com os valores de RAT e FAP a qual se enquadra, a serem comprovados no envio de sua proposta adequada ao lance vencedor, mediante apresentação da GFIP ou outro documento apto a fazê-lo.

2.3	Benefícios Mensais e Diários	Valor (R\$)
A	Transporte (vale) - Cláusula 14ª CCT = (26 dias no mês * valor do passe de ônibus em Dourados * ida e volta)-(Salário Base*6%)	118,28
B	Auxílio alimentação - Cláusula 13ª da CCT	230,00
C	Benefício Social Familiar – Cláusula 16ª da CCT	9,70
D	Benefício Assistencial ao Trabalhador – Cláusula 17ª da CCT	4,00
TOTAL		361,98

QUADRO-RESUMO DO MÓDULO 2 - ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSALIS E DIÁRIOS

2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Valor (R\$)
2.1	13º (Décimo Terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	227,40
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	555,95
2.3	Benefícios Mensais e Diários	361,98
TOTAL		1.145,32

MÓDULO 3: PROVISÃO PARA RESCISÃO

A	Aviso prévio indenizado (API) - memória de cálculo		48,50
B	Incidência do FGTS - (API *8%) - incluso no item anterior, conforme	0,00%	-
C	Multa do FGTS s/Aviso Prévio Indenizado		14,35
D	Aviso prévio trabalhado ¹ - memória de cálculo		60,38
E	Incidência do Submódulo 2.2 s/ Aviso prévio trabalhado	0,00%	-
F	Multa do FGTS s/AP trabalhado		14,35
TOTAL			137,58

Nota (1) - Segundo orientação do TCU - ac 3006/2010 - Em caso de prorrogação de contrato, os valores referente ao Aviso Prévio Trabalhado serão zerados, tendo em vista que os referidos custos consideram-se integralmente pagos no primeiro ano do Contrato.

Nota (2) - Valor do FGTS sob o API já está incluído no valor obtido para API

Nota (3) – Incidência do Submódulo 2.2 s/ Aviso Prévio Trabalhado já calculado no item D – conforme memória de cálculo

MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE

4.1	Substituto nas Ausências Legais	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura das Férias	142,77
B	Substituto na cobertura das Ausências legais (ausência justificada/afastamento por doença/ consulta médica/óbitos na família/casamento/doação de sangue/testemunho/consulta pré natal).	33,20
C	Substituto na cobertura da Licença paternidade	1,36
D	Substituto na cobertura da Ausência por Acidente de Trabalho	6,58
E	Substituto na cobertura do Afastamento Maternidade	16,88
TOTAL		200,78

Nota (1) - O custo de referência para reposição do profissional ausente deve levar em conta todos os custos para manter um profissional no posto de trabalho, ou seja, o salário base acrescido dos adicionais e encargos, uniformes e custos de rescisão, com exceção de equipamentos.

Nota (2) - No cálculo da Licença Paternidade considerou-se afastamento de 20 dias, aplicados à rede 'empresa cidadã'.

Nota (3) - No cálculo da licença maternidade considerou-se afastamento de 180 dias, aplicados à rede 'empresa cidadã'.

4.2	Substituto na cobertura de Intervalo para repouso ou alimentação	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Intervalo para repouso ou alimentação	-
TOTAL		-

QUADRO-RESUMO DO MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE		
4.1	Ausências Legais	200,78
4.2	Intrajornada	-
TOTAL		200,78

MÓDULO 5: INSUMOS DIVERSOS¹		
5	Insumos Diversos	Valor (R\$)
A	Uniformes	57,01
B	Epi's	11,35
C	Ferramentas	60,92
D	Equipamentos – custo geral anual depreciação	12,91
	Equipamentos – uso exclusivo	-
TOTAL		142,19

Nota 1 : Valores mensais por empregado

MÓDULO 6: CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO			
6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	%	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos (DOA) - Subtotal (soma dos módulos 1+2+3+4+5)* %CI	7,00%	R\$ 195,67
B	Lucro - Subtotal (soma dos módulos 1+2+3+4+5+CUSTO INDIRETO)*%LUCRO	7,00%	R\$ 209,37
C	Tributos - Subtotal [(soma dos módulos 1+2+3+4+5+CUSTO INDIRETO+LUCRO)/85,75]*% DE IMPOSTO	85,75%	
	B1. Tributos Federais		
	B.1.1 PIS (Lucro Presumido = 0,65% e Lucro Real = 1,65%)	1,65%	R\$ 61,58
	B.1.2 COFINS (Lucro Presumido = 3% e Lucro Real = 7,6%)	7,60%	R\$ 283,65
	B.2 Tributos Estaduais		
	B.3 Tributos Municipais		
	B.3.1 - ISS	5,00%	R\$ 186,61
TOTAL			R\$ 936,89

QUADRO-RESUMO DOS CUSTO POR EMPREGADO		
Mão de obra vinculada à execução contratual (Valor por empregado)		Valor (R\$)
A	Módulo 1 – Composição da Remuneração	1.169,46
B	Módulo 2 – Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	1.145,32
C	Módulo 3 – Provisão para rescisão	137,58
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	200,78
E	Módulo 5 – Insumos diversos	142,19
Subtotal (A + B +C+ D+E)		2.795,35
F	Módulo 6 – Custos indiretos, tributos e lucro	936,89
VALOR TOTAL POR EMPREGADO		3.732,23

ANEXO VIII - PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO PREÇOS

TRATORISTA		
Nº Processo	23005.000442/2020-63	
Licitação Nº	PE 37/202086/2019	

Dia xx/xx/xx às 09:00 horas

Discriminação dos Serviços (dados referentes à contratação)

A	Data da apresentação da proposta (dia/mês/ano)	
B	Município/UF	Dourados/MS
C	Ano Acordo, Convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo	2020/2020
D	Nº de meses de execução contratual	12 meses

IDENTIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

Tipo de Serviço	Unidade de Medida	Quantidade total a contratar
TRATORISTA	POSTOS	1

Mão de obra vinculada à execução contratual**Dados complementares para composição dos custos referentes à mão de obra**

1	Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas)	TRATORISTA
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	641015
3	Salário Normativo da Categoria Profissional	R\$ 1.062,00
4	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)	SINDICATO TRAB EMPR CONSERVACAO ASSEIO DOURADOS MS
5	Data base da categoria (dia/mês/ano)	01/01/2020

MÓDULO 1: COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO

1	Composição da Remuneração	Valor (R\$)
A	Salário Base	1.062,00
B	Adicional de periculosidade (Salário Base * 30%)	
C	Adicional de insalubridade (até 40% do salário mínimo)	
D	Adicional noturno	
E	Descanso Semanal Remunerado (DSR) sobre Adicional Noturno	
F	Adicional de Hora Noturna Reduzida	
G	Descanso Semanal Remunerado (DSR) sobre Adicional de hora noturna reduzida	
H	Adicional de Hora Extra no Feriado Trabalhado	
I	Descanso Semanal Remunerado (DSR) sobre Adicional de hora Extra no feriado	
J	Gratificação por Função (Cláusula 5ª CCT)	590,89
TOTAL		1652,89

MÓDULO 2: ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSIS E DIÁRIOS

2.1	13º (Décimo Terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	13º (décimo terceiro) Salário	8,33%	137,74
B	Férias e Adicional de Férias	8,33% +1/3	183,65
TOTAL			321,40

2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	%	Valor (R\$)
A	INSS	20,00%	394,86
B	Salário Educação	2,50%	49,36
C	Seguro acidente do trabalho ¹	6,00%	118,46
D	SESI OU SESC	1,50%	29,61
E	SENAI OU SENAC	1,00%	19,74
F	SEBRAE	0,60%	11,85
G	INCRA	0,20%	3,95
H	FGTS	8,00%	157,94
TOTAL		39,80%	785,77

Nota (1): O licitante deve preencher o item C das planilhas de composição de custos e formação de preços com os valores de RAT e FAP a qual se enquadra, a serem comprovados no envio de sua proposta adequada ao lance vencedor, mediante apresentação da GFIP ou outro documento apto a fazê-lo.

2.3	Benefícios Mensais e Diários	Valor (R\$)
A	Transporte (vale) - Cláusula 14ª CCT = (26 dias no mês * valor do passe de ônibus em Dourados * ida e volta)-(Salário Base*6%)	118,28
B	Auxílio alimentação - Cláusula 13ª da CCT	230,00
C	Benefício Social Familiar – Cláusula 16ª da CCT	9,70
D	Benefício Assistencial ao Trabalhador – Cláusula 17ª da CCT	4,00
TOTAL		361,98

QUADRO-RESUMO DO MÓDULO 2 - ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSIS E DIÁRIOS

2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Valor (R\$)
2.1	13º (Décimo Terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	321,40
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	785,77
2.3	Benefícios Mensais e Diários	361,98
TOTAL		1.469,14

MÓDULO 3: PROVISÃO PARA RESCISÃO

A	Aviso prévio indenizado (API) - memória de cálculo		64,54
B	Incidência do FGTS - (API *8%) - incluso no item anterior, conforme	0,00%	-
C	Multa do FGTS s/Aviso Prévio Indenizado		20,29
D	Aviso prévio trabalhado ¹ - memória de cálculo		81,34
E	Incidência do Submódulo 2.2 s/ Aviso prévio trabalhado - incluso no item	0,00%	-
F	Multa do FGTS s/AP trabalhado		20,29
TOTAL			186,45

Nota (1) - Segundo orientação do TCU - ac 3006/2010 - Em caso de prorrogação de contrato, os valores referente ao Aviso Prévio Trabalhado serão zerados, tendo em vista que os referidos custos consideram-se integralmente pagos no primeiro ano do Contrato.

Nota (2) - Valor do FGTS sob o API já está incluído no valor obtido para API

Nota (3) – Incidência do Submódulo 2.2 s/ Aviso Prévio Trabalhado já calculado no item D – conforme memória de cálculo

MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE

4.1	Substituto nas Ausências Legais	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura das Férias	192,61
B	Substituto na cobertura das Ausências legais (ausência justificada/afastamento por doença/consulta médica/óbitos na família/casamento/doação de sangue/testemunho/consulta pré natal).	44,79
C	Substituto na cobertura da Licença paternidade	1,84
D	Substituto na cobertura da Ausência por Acidente de Trabalho	8,88
E	Substituto na cobertura do Afastamento Maternidade	22,77
TOTAL		270,88

Nota (1) - O custo de referência para reposição do profissional ausente deve levar em conta todos os custos para manter um profissional no posto de trabalho, ou seja, o salário base acrescido dos adicionais e encargos, uniformes e custos de rescisão, com exceção de equipamentos.

Nota (2) - No cálculo da Licença Paternidade considerou-se afastamento de 20 dias, aplicados à rede 'empresa cidadã'.

Nota (3) - No cálculo da licença maternidade considerou-se afastamento de 180 dias, aplicados à rede 'empresa cidadã'.

4.2	Substituto na cobertura de Intervalo para repouso ou alimentação	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Intervalo para repouso ou alimentação	-
TOTAL		-

QUADRO-RESUMO DO MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE		
4.1	Ausências Legais	270,88
4.2	Substituto na cobertura de Intervalo para repouso ou alimentação	-
TOTAL		270,88

MÓDULO 5: INSUMOS DIVERSOS ¹		
5	Insumos Diversos	Valor (R\$)
A	Uniformes	57,01
B	Epi's	11,35
C	Ferramentas	60,92
D	Equipamentos – custo geral anual depreciação	12,91
	Equipamentos – uso exclusivo	875,62
TOTAL		1.017,82

Nota 1 : Valores mensais por empregado

MÓDULO 6: CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO			
6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	%	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos (DOA) - Subtotal (soma dos módulos 1+2+3+4+5)*%CI	7,00%	R\$ 321,80
B	Lucro - Subtotal (soma dos módulos 1+2+3+4+5+CUSTO INDIRETO)*%LUCRO	7,00%	R\$ 344,33
C	Tributos - Subtotal [(soma dos módulos 1+2+3+4+5+CUSTO INDIRETO+LUCRO)/85,75]*% DE IMPOSTO	85,75%	
	B1. Tributos Federais		
	B.1.1 PIS (Lucro Presumido = 0,65% e Lucro Real = 1,65%)	1,65%	R\$ 101,28
	B.1.2 COFINS (Lucro Presumido = 3% e Lucro Real = 7,6%)	7,60%	R\$ 466,49
	B.2 Tributos Estaduais		
	B.3 Tributos Municipais		
	B.3.1 - ISS	5,00%	R\$ 306,90
TOTAL			R\$ 1.540,79

QUADRO-RESUMO DOS CUSTO POR EMPREGADO		
Mão de obra vinculada à execução contratual (Valor por empregado)		Valor (R\$)
A	Módulo 1 – Composição da Remuneração	1.652,89
B	Módulo 2 – Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	1.469,14
C	Módulo 3 – Provisão para rescisão	186,45
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	270,88
E	Módulo 5 – Insumos diversos	1.017,82
Subtotal (A + B +C+ D+E)		4.597,18
F	Módulo 6 – Custos indiretos, tributos e lucro	1.540,79
VALOR TOTAL POR EMPREGADO		6.137,97

ANEXO VIII - PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO PREÇOS

ENCARREGADO		
	Nº Processo	23005.000442/2020-63
	Licitação Nº	PE 37/202086/2019

Dia **xx/xx/xx** às **09:00** horas**Discriminação dos Serviços (dados referentes à contratação)**

A	Data da apresentação da proposta (dia/mês/ano)	
B	Município/UF	Dourados/MS
C	Ano Acordo, Convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo	2020/2020
D	Nº de meses de execução contratual	12 meses

IDENTIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

Tipo de Serviço	Unidade de Medida	Quantidade total a contratar
ENCARREGADO	POSTOS	1

Mão de obra vinculada à execução contratual**Dados complementares para composição dos custos referentes à mão de obra**

1	Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas)	ENCARREGADO
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	992205
3	Salário Normativo da Categoria Profissional	R\$ 1.062,00
4	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)	SINDICATO TRAB EMPR CONSERVACAO ASSEIO DOURADOS MS
5	Data base da categoria (dia/mês/ano)	01/01/2020

MÓDULO 1: COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO

1	Composição da Remuneração	Valor (R\$)
A	Salário Base	1.062,00
B	Adicional de periculosidade (Salário Base * 30%)	
C	Adicional de insalubridade (até 40% do salário mínimo)	
D	Adicional noturno	
E	Descanso Semanal Remunerado (DSR) sobre Adicional Noturno	
F	Adicional de Hora Noturna Reduzida	
G	Descanso Semanal Remunerado (DSR) sobre Adicional de hora noturna reduzida	
H	Adicional de Hora Extra no Feriado Trabalhado	
I	Descanso Semanal Remunerado (DSR) sobre Adicional de hora Extra no feriado	
J	Gratificação por Função (Cláusula 5ª CCT)	161,28
TOTAL		1223,28

MÓDULO 2: ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS

2.1	13º (Décimo Terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	13º (décimo terceiro) Salário	8,33%	101,94
B	Férias e Adicional de Férias	8,33% +1/3	135,92
TOTAL			237,86

2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	%	Valor (R\$)
A	INSS	20,00%	292,23
B	Salário Educação	2,50%	36,53
C	Seguro acidente do trabalho ¹	6,00%	87,67
D	SESI OU SESC	1,50%	21,92
E	SENAI OU SENAC	1,00%	14,61
F	SEBRAE	0,60%	8,77
G	INCRA	0,20%	2,92
H	FGTS	8,00%	116,89
TOTAL		39,80%	581,53

Nota (1): O licitante deve preencher o item C das planilhas de composição de custos e formação de preços com os valores de RAT e FAP a qual se enquadra, a serem comprovados no envio de sua proposta adequada ao lance vencedor, mediante apresentação da GFIP ou outro documento apto a fazê-lo.

2.3	Benefícios Mensais e Diários	Valor (R\$)
A	Transporte (vale) - Cláusula 14ª CCT = (26 dias no mês * valor do passe de ônibus em Dourados * ida e volta)-(Salário Base*6%)	118,28
B	Auxílio alimentação - Cláusula 13ª da CCT	230,00
C	Benefício Social Familiar – Cláusula 16ª da CCT	9,70
D	Benefício Assistencial ao Trabalhador – Cláusula 17ª da CCT	4,00
TOTAL		361,98

QUADRO-RESUMO DO MÓDULO 2 - ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSALIS E DIÁRIOS

2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Valor (R\$)
2.1	13º (Décimo Terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	237,86
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	581,53
2.3	Benefícios Mensais e Diários	361,98
TOTAL		1.181,37

MÓDULO 3: PROVISÃO PARA RESCISÃO

A	Aviso prévio indenizado (API) - memória de cálculo		50,28
B	Incidência do FGTS - (API *8%) - incluso no item anterior, conforme	0,00%	-
C	Multa do FGTS s/Aviso Prévio Indenizado		15,01
D	Aviso prévio trabalhado ¹ - memória de cálculo		62,72
E	Incidência do Submódulo 2.2 s/ Aviso prévio trabalhado	0,00%	-
F	Multa do FGTS s/AP trabalhado		15,01
TOTAL			143,02

Nota (1) - Segundo orientação do TCU - ac 3006/2010 - Em caso de prorrogação de contrato, os valores referente ao Aviso Prévio Trabalhado serão zerados, tendo em vista que os referidos custos consideram-se integralmente pagos no primeiro ano do Contrato.

Nota (2) - Valor do FGTS sob o API já está incluído no valor obtido para API

Nota (3) – Incidência do Submódulo 2.2 s/ Aviso Prévio Trabalhado já calculado no item D – conforme memória de cálculo

MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE

4.1	Substituto nas Ausências Legais	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura das Férias	148,32
B	Substituto na cobertura das Ausências legais (ausência justificada/afastamento por doença/ consulta médica/óbitos na família/casamento/doação de sangue/testemunho/consulta pré natal).	34,49
C	Substituto na cobertura da Licença paternidade	1,41
D	Substituto na cobertura da Ausência por Acidente de Trabalho	6,84
E	Substituto na cobertura do Afastamento Maternidade	17,53
TOTAL		208,59

Nota (1) - O custo de referência para reposição do profissional ausente deve levar em conta todos os custos para manter um profissional no posto de trabalho, ou seja, o salário base acrescido dos adicionais e encargos, uniformes e custos de rescisão, com exceção de equipamentos.

Nota (2) - No cálculo da Licença Paternidade considerou-se afastamento de 20 dias, aplicados à rede 'empresa cidadã'.

Nota (3) - No cálculo da licença maternidade considerou-se afastamento de 180 dias, aplicados à rede 'empresa cidadã'.

4.2	Substituto na cobertura de Intervalo para repouso ou alimentação	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Intervalo para repouso ou alimentação	-
TOTAL		-

QUADRO-RESUMO DO MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE		
4.1	Ausências Legais	208,59
4.2	Intrajornada	-
TOTAL		208,59

MÓDULO 5: INSUMOS DIVERSOS¹		
5	Insumos Diversos	Valor (R\$)
A	Uniformes	57,01
B	Epi's	11,35
C	Ferramentas	60,92
D	Equipamentos – custo geral anual depreciação	12,91
	Equipamentos – uso exclusivo	-
TOTAL		142,19

Nota 1 : Valores mensais por empregado

MÓDULO 6: CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO			
6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	%	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos (DOA) - Subtotal (soma dos módulos 1+2+3+4+5)* %CI	7,00%	R\$ 202,89
B	Lucro - Subtotal (soma dos módulos 1+2+3+4+5+CUSTO INDIRETO)*%LUCRO	7,00%	R\$ 217,09
C	Tributos - Subtotal [(soma dos módulos 1+2+3+4+5+CUSTO INDIRETO+LUCRO)/85,75]*% DE IMPOSTO	85,75%	
	B1. Tributos Federais		
	B.1.1 PIS (Lucro Presumido = 0,65% e Lucro Real = 1,65%)	1,65%	R\$ 63,85
	B.1.2 COFINS (Lucro Presumido = 3% e Lucro Real = 7,6%)	7,60%	R\$ 294,11
	B.2 Tributos Estaduais		
	B.3 Tributos Municipais		
	B.3.1 - ISS	5,00%	R\$ 193,50
TOTAL			R\$ 971,45

QUADRO-RESUMO DOS CUSTO POR EMPREGADO		
Mão de obra vinculada à execução contratual (Valor por empregado)		Valor (R\$)
A	Módulo 1 – Composição da Remuneração	1.223,28
B	Módulo 2 – Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	1.181,37
C	Módulo 3 – Provisão para rescisão	143,02
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	208,59
E	Módulo 5 – Insumos diversos	142,19
Subtotal (A + B +C+ D+E)		2.898,46
F	Módulo 6 – Custos indiretos, tributos e lucro	971,45
VALOR TOTAL POR EMPREGADO		3.869,91

ANEXO VIII - PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO PREÇOS

AUX JARDINAGEM INSAL		
Nº Processo	23005.000442/2020-63	
Licitação Nº	PE 37/202086/2019	

Dia xx/xx/xx às 09:00 horas

Discriminação dos Serviços (dados referentes à contratação)

A	Data da apresentação da proposta (dia/mês/ano)	
B	Município/UF	Dourados/MS
C	Ano Acordo, Convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo	2020/2020
D	Nº de meses de execução contratual	12 meses

IDENTIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

Tipo de Serviço	Unidade de Medida	Quantidade total a contratar
AUX JARDINAGEM INSAL	POSTOS	1

Mão de obra vinculada à execução contratual**Dados complementares para composição dos custos referentes à mão de obra**

1	Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas)	AUX JARDINAGEM INSAL
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	9922
3	Salário Normativo da Categoria Profissional	R\$ 1.062,00
4	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)	SINDICATO TRAB EMPR CONSERVACAO ASSEIO DOURADOS MS
5	Data base da categoria (dia/mês/ano)	01/01/2020

MÓDULO 1: COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO

1	Composição da Remuneração	Valor (R\$)
A	Salário Base	1.062,00
B	Adicional de periculosidade (Salário Base * 30%)	
C	Adicional de insalubridade	418,00
D	Adicional noturno	
E	Descanso Semanal Remunerado (DSR) sobre Adicional Noturno	
F	Adicional de Hora Noturna Reduzida	
G	Descanso Semanal Remunerado (DSR) sobre Adicional de hora noturna reduzida	
H	Adicional de Hora Extra no Feriado Trabalhado	
I	Descanso Semanal Remunerado (DSR) sobre Adicional de hora Extra no feriado	
J	Gratificação por Função (Cláusula 5ª CCT)	107,46
TOTAL		1587,46

MÓDULO 2: ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSIS E DIÁRIOS

2.1	13º (Décimo Terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	13º (décimo terceiro) Salário	8,33%	132,29
B	Férias e Adicional de Férias	8,33% +1/3	176,38
TOTAL			308,67

2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	%	Valor (R\$)
A	INSS	20,00%	379,23
B	Salário Educação	2,50%	47,40
C	Seguro acidente do trabalho ¹	6,00%	113,77
D	SESI OU SESC	1,50%	28,44
E	SENAI OU SENAC	1,00%	18,96
F	SEBRAE	0,60%	11,38
G	INCRA	0,20%	3,79
H	FGTS	8,00%	151,69
TOTAL		39,80%	754,66

Nota (1): O licitante deve preencher o item C das planilhas de composição de custos e formação de preços com os valores de RAT e FAP a qual se enquadra, a serem comprovados no envio de sua proposta adequada ao lance vencedor, mediante apresentação da GFIP ou outro documento apto a fazê-lo.

2.3	Benefícios Mensais e Diários	Valor (R\$)
A	Transporte (vale) - Cláusula 14ª CCT = (26 dias no mês * valor do passe de ônibus em Dourados * ida e volta)-(Salário Base*6%)	118,28
B	Auxílio alimentação - Cláusula 13ª da CCT	230,00
C	Benefício Social Familiar – Cláusula 16ª da CCT	9,70
D	Benefício Assistencial ao Trabalhador – Cláusula 17ª da CCT	4,00
TOTAL		361,98

QUADRO-RESUMO DO MÓDULO 2 - ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSIS E DIÁRIOS

2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Valor (R\$)
2.1	13º (Décimo Terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	308,67
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	754,66
2.3	Benefícios Mensais e Diários	361,98
TOTAL		1.425,31

MÓDULO 3: PROVISÃO PARA RESCISÃO

A	Aviso prévio indenizado (API) - memória de cálculo		62,37
B	Incidência do FGTS - (API *8%) - incluso no item anterior, conforme	0,00%	-
C	Multa do FGTS s/Aviso Prévio Indenizado		19,48
D	Aviso prévio trabalhado ¹ - memória de cálculo		78,50
E	Incidência do Submódulo 2.2 s/ Aviso prévio trabalhado	0,00%	-
F	Multa do FGTS s/AP trabalhado		19,48
TOTAL			179,84

Nota (1) - Segundo orientação do TCU - ac 3006/2010 - Em caso de prorrogação de contrato, os valores referente ao Aviso Prévio Trabalhado serão zerados, tendo em vista que os referidos custos consideram-se integralmente pagos no primeiro ano do Contrato.

Nota (2) - Valor do FGTS sob o API já está incluído no valor obtido para API

Nota (3) – Incidência do Submódulo 2.2 s/ Aviso Prévio Trabalhado já calculado no item D – conforme memória de cálculo

MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE

4.1	Substituto nas Ausências Legais	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura das Férias	185,86
B	Substituto na cobertura das Ausências legais (ausência justificada/afastamento por doença/ consulta médica/óbitos na família/casamento/doação de sangue/testemunho/consulta pré natal).	43,22
C	Substituto na cobertura da Licença paternidade	1,77
D	Substituto na cobertura da Ausência por Acidente de Trabalho	8,57
E	Substituto na cobertura do Afastamento Maternidade	21,97
TOTAL		261,39

Nota (1) - O custo de referência para reposição do profissional ausente deve levar em conta todos os custos para manter um profissional no posto de trabalho, ou seja, o salário base acrescido dos adicionais e encargos, uniformes e custos de rescisão, com exceção de equipamentos.

Nota (2) - No cálculo da Licença Paternidade considerou-se afastamento de 20 dias, aplicados à rede 'empresa cidadã'.

Nota (3) - No cálculo da licença maternidade considerou-se afastamento de 180 dias, aplicados à rede 'empresa cidadã'.

4.2	Substituto na cobertura de Intervalo para repouso ou alimentação	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Intervalo para repouso ou alimentação	-
TOTAL		-

QUADRO-RESUMO DO MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE		
4.1	Ausências Legais	261,39
4.2	Intrajornada	-
TOTAL		261,39

MÓDULO 5: INSUMOS DIVERSOS ¹		
5	Insumos Diversos	Valor (R\$)
A	Uniformes	57,01
B	Epi's	29,36
C	Ferramentas	60,92
D	Equipamentos – custo geral anual depreciação	12,91
	Equipamentos – uso exclusivo	-
TOTAL		160,21

Nota 1 : Valores mensais por empregado

MÓDULO 6: CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO			
6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	%	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos (DOA) - Subtotal (soma dos módulos 1+2+3+4+5)* %CI	7,00%	R\$ 252,99
B	Lucro - Subtotal (soma dos módulos 1+2+3+4+5+CUSTO INDIRETO)*%LUCRO	7,00%	R\$ 270,70
C	Tributos - Subtotal [(soma dos módulos 1+2+3+4+5+CUSTO INDIRETO+LUCRO)/85,75]*% DE IMPOSTO	85,75%	
	B1. Tributos Federais		
	B.1.1 PIS (Lucro Presumido = 0,65% e Lucro Real = 1,65%)	1,65%	R\$ 79,62
	B.1.2 COFINS (Lucro Presumido = 3% e Lucro Real = 7,6%)	7,60%	R\$ 366,74
	B.2 Tributos Estaduais		
	B.3 Tributos Municipais		
	B.3.1 - ISS	5,00%	R\$ 241,28
TOTAL			R\$ 1.211,34

QUADRO-RESUMO DOS CUSTO POR EMPREGADO		
Mão de obra vinculada à execução contratual (Valor por empregado)		Valor (R\$)
A	Módulo 1 – Composição da Remuneração	1.587,46
B	Módulo 2 – Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	1.425,31
C	Módulo 3 – Provisão para rescisão	179,84
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	261,39
E	Módulo 5 – Insumos diversos	160,21
Subtotal (A + B +C+ D+E)		3.614,21
F	Módulo 6 – Custos indiretos, tributos e lucro	1.211,34
VALOR TOTAL POR EMPREGADO		4.825,55

ANEXO VIII (B)- MEMÓRIA DE CÁLCULO PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

MÓDULO 1: COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO

REMUNERAÇÃO DOS POSTOS						
POSTO	JARDINEIRO	AUXILIAR DE JARDINAGEM	TRATORISTA	ENCARREGADO	AUX JARDINAGEM INSAL	
A - Salário Base	R\$ 1.062,00	R\$ 1.062,00	R\$ 1.062,00	R\$ 1.062,00	R\$ 1.062,00	
B - Adicional de periculosidade	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
C - Adicional de insalubridade	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 418,00	
D - Adicional noturno	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
E - DSR sobre Adicional Noturno	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
F - Adicional de Hora Noturna Reduzida	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
G - DSR sobre Adicional de Hora Noturna Reduzida	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
H - Adicional de Hora Extra no Feriado Trabalhado	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
I - DSR sobre Adicional de Hora Extra no Feriado Trabalhado	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
J - Gratificação por Função	R\$ 268,76	R\$ 107,46	R\$ 590,89	R\$ 161,28	R\$ 107,46	
Remuneração Mensal	R\$ 1.330,76	R\$ 1.169,46	R\$ 1.652,89	R\$ 1.223,28	R\$ 1.587,46	

Nota (1): Para a estimativa, foram utilizados os valores constantes da CCT vigente até 31/12/2019, firmada entre o Sindicato dos Trabalhadores das Empresas de Conservação e Asseio de Dourados/MS e o Sindicato das Empresas de Asseio e Conservação do Mato Grosso do Sul.

Nota (2): Os valores referentes a Vale Alimentação, transporte, e demais benefícios previstos na CCT, não sofrem alterações em relação a atividade exercida pelo trabalhador, ou seja, não serão afetados pela variação da remuneração do posto.

Nota (3): - Gratificações: Cláusula 6ª da Convenção Coletiva de Trabalho.

ITEM 'D' MÓDULO 1 - ADICIONAL NOTURNO

O adicional noturno é devido aos trabalhadores que exercem suas atividades entre às 22:00 horas de um dia até às 05:00 do dia seguinte.

Adicional noturno de 20% conforme Art. 73 da CLT e Cláusula 14ª da CCT

Para cálculo do adicional noturno, deve-se levar em consideração que o objeto ora licitação define que a jornada de trabalho dos postos será realizada no seguintes horários: DIURNO - das 06:00 até as 18:00; NOTURNO - das 18:00 até as 06:00.

Jornada das 18:00 até as 05:00

Nº de Horas Trabalhadas em Regime Noturno = 22:00 às 05:00 = 7 horas normais de 60 minutos e 8 horas reduzidas, de 52 minutos cada hora

DADOS PARA CÁLCULO DO ADICIONAL NOTURNO

Nº de Horas Noturnas Efetivamente Trabalhadas – (A) – CCT trata como hora normal de 60 minutos	Proporção da Hora Normal em relação a Hora Reduzida (CCT trata como hora normal de 60 minutos)- (B)	Total de Hs Noturnas Trabalhadas "x" Proporção Hora normal/reduzida - (C) = 'A' x 'B'
		0,00

CUSTO DO ADICIONAL NOTURNO

Postos	Salário de Referência para o Adicional (base + periculosidade+gratificações)	Vl. da Hora de Trabalho -	Valor do Adicional Noturno - 20%	Número de Horas Noturnas/dia	Dias de Trabalho no Mês	Valor Mensal do Adicional Noturno
AUXILIAR DE JARDINAGEM	R\$ 0,00	0,00	0,00	0,00	22,00	R\$ 0,00

FÓRMULA: =(((Salário de Referência/220)*20%) * (Nº de horas noturnas) * Nº de dias/mês.

ITEM 'E' MÓDULO 1 - DSR SOBRE ADICIONAL NOTURNO

O nº médio de Domingos e Feriados por mês, considerando o número de 305 dias úteis e 61 feriados e domingos, distribuídos durante o ano (2020), resultando em 305/61 = 5 domingos e feriados.

O nº médio de dias úteis por mês foi calculado com base no número médio de dias por mês (365/12 = 30,41 dias) menos o nº médio de domingos e feriados no mês (5 dias), que resultou na média de 25,41 dias úteis por mês.

CUSTO DO REFLEXO DSR SOBRE O ADICIONAL NOTURNO E ADICIONAL HORA REDUZIDA

Postos	Valor do Adicional Noturno	Nº de Dias Úteis/Mês (média)	Nº médio de Domingos e Feriados/Mês.	Valor do Reflexo DSR sobre Adicional Noturno
AUXILIAR DE JARDINAGEM	R\$ 0,00	25,410	5,000	R\$ 0,00

FÓRMULA: (valor do adicional noturno / nº médio de dias úteis no mês) * nº médio de domingos e feriados/ano

MÓDULO 2: ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSIS E DIÁRIOS

2.1 - 13º (Décimo Terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias

ITEM	Proporção Mensal	JARDINEIRO	AUXILIAR DE JARDINAGEM	TRATORISTA	ENCARREGADO	AUX JARDINAGEM INSAL	0
Remuneração		R\$ 1.330,76	R\$ 1.169,46	R\$ 1.652,89	R\$ 1.223,28	R\$ 1.587,46	R\$ 0,00
A - 13º Salário	8,33%	R\$ 110,90	R\$ 97,46	R\$ 137,74	R\$ 101,94	R\$ 132,29	R\$ 0,00
B - Férias e Adicional de Férias	8,33% + 1/3	R\$ 147,86	R\$ 129,94	R\$ 183,65	R\$ 135,92	R\$ 176,38	R\$ 0,00
TOTAL		R\$ 258,76	R\$ 227,40	R\$ 321,40	R\$ 237,86	R\$ 308,67	R\$ 0,00

Fundamento: Art. 7º, VIII CF/88

2.2 - GPS, FGTS e outras contribuições

A	INSS	20,00%	Art. 22, Inciso I, da Lei nº 8.212/91.
B	SALÁRIO EDUCAÇÃO	2,50%	Art. 3º, Inciso I, Decreto nº 87.043/82.
C	SEGURO ACIDENTE DE TRABALHO (RAT x SAT)	6,00%	Decreto nº 3.048/1999 - Riscos de Acidentes do Trabalho, índice variável de 1% a 3%; Decreto nº 6.957/2009 - Fator Acidentário de Prevenção - multiplicador variável no intervalo de 0,5 a 2, incidente sobre a alíquota RAT. Considerando-se os índices máximos, os quais deverão ser comprovados quando da contratação pela apresentação da GFIP.
D	SESI/SESC	1,50%	Art. 3º, Lei nº 8.036/90.
E	SENAI/SENAC	1,00%	Decreto nº 2.318/86.
F	SEBRAE	0,60%	Art. 8º, Lei nº 8.029/90 e Lei nº 8.154/90.
G	INCRA	0,20%	Lei nº 7.787/89 e DL nº 1.146/70.
H	FGTS	8,00%	Art. 15, Lei nº 8.030/90 e Art. 7º, III, CF.

Nota : O licitante deverá preencher o item C (Seguro Acidente de Trabalho), no Submódulo 2.2 - das planilhas de composição de custo e formação de preços com o valor de seu FAP (ratxáp). O QUAL DEVERÁ SER COMPROVADO QUANDO DO ENVIO DE SUA PROPOSTA, adequada ao lance vencedor, mediante apresentação do FAP WEB vigente, ou outro documento apto a fazê-lo; O grau de Risco de Acidente de Trabalho (RAT) será confrontado de acordo com a Atividade Preponderante da empresa e o grau previsto no Anexo I do Decreto 3.048/1999.

2.3 - Benefícios Mensais e Diários

A - Vale Transporte - Memória de Cálculo						
Tipo de Posto	Valor Unitário	dias de trabalho/Mês	nº de vales por dia	Custo Vale Transporte	Desconto (6%) - Salário Base	Custo efetivo do Vale Transporte
44H	3,50	26	2	182,00	63,72	118,28

O número de vales transportes a serem fornecidos, foi determinado considerando que os serviços serão prestados de segunda à sábado, conforme previsto no Termo de Referência, sendo devido seu fornecimento para o deslocamento de ida e retorno do trabalho.

O valor do Vale Transporte refere-se ao valor vigente na cidade de Dourados, e sua disponibilidade se deve em razão de obrigações legais, vide Art. 1º da Lei 7.418/85 c.c art. 3º, e Inciso I do art. 9º do Decreto 95.247/87.

B - Vale Alimentação

TOTAL
230,00

O auxílio-alimentação foi estabelecido de acordo com a Cláusula 15ª, da Convenção Coletiva de 2019 do Sindicato das Empresas de Asseio e Conservação de MS e o Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas de Conservação Asseio de Dourados - MS.

A empresa deverá comprovar registro no Programa de Assistência ao Trabalhador (PAT) ou terá que cotar o valor do vale alimentação como remuneração, no módulo 1 da planilha de custos.

MÓDULO 3: PROVISÃO PARA RESCISÃO

PERCENTUAIS POR TIPO DE DESLIGAMENTO

Tipos	Percentual total	% Por tipo de desligamento – API	% Por tipo de desligamento – APT
Demissão SEM justa Causa	64,22%	32,11%	32,11%
Demissão COM justa Causa	1,37%	0,685%	0,685%
Desligamentos OUTROS TIPOS	34,41%	17,21%	17,21%

Para calcular a provisão para rescisão usa-se o percentual por tipos de desligamentos para cada unidade da federação e para cada categoria de serviço, extraídos do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED). Para o Mato Grosso do Sul, no serviço de limpeza, temos os percentuais elencados na tabela acima. Para efeito de cálculo dos valores limites (máximo), considera-se, nas demissões sem justa causa, o percentual de 50% para aviso prévio trabalhado (APT) e de 50% para o aviso prévio indenizado (API).

ITEM A - DO AVISO PRÉVIO INDENIZADO								
Cálculo Valor Mensal de Referência p/ Aviso Prévio indenizado								
Itens que compõe o Custo Mensal de Referência API		JARDINEIRO	AUXILIAR DE JARDINAGEM	TRATORISTA	ENCARREGADO	AUX JARDINAGEM INSAL	0	
1	Remuneração	R\$ 1.330,76	R\$ 1.169,46	R\$ 1.652,89	R\$ 1.223,28	R\$ 1.587,46	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2	Módulo 2 sem a incidência dos encargos previdenciários correspondentes ao GPS	R\$ 743,90	R\$ 701,12	R\$ 841,32	R\$ 716,73	R\$ 822,34	R\$ 0,00	#REF!
Custo Referência (R\$) - A=1+2		R\$ 2.074,66	R\$ 1.870,58	R\$ 2.494,21	R\$ 1.940,01	R\$ 2.409,80	R\$ 0,00	#REF!
n° meses - B		12	12	12	12	12	12	12
Provisionamento mensal - C=A/B		172,89	155,88	207,85	161,67	200,82	-	#REF!
% Por tipo de desligamento (SEM justa causa) - API - D		32,11%	32,11%	32,11%	32,11%	32,11%	32,11%	32,11%
Valor total do API (Sem justa causa) - E=C*D		RS55,51	RS50,05	RS66,74	RS51,91	RS64,48	RS0,00	#REF!
Base de cálculo para desconto por demissão COM justa causa. Módulo 2.1 - F		258,76	227,40	321,40	237,86	308,67	-	-
Redução da Proporção de desligamento COM justa causa - G		-0,685%	-0,685%	-0,685%	-0,685%	-0,685%	-0,685%	-0,685%
Valor do desconto para desligamento COM justa causa - H=F*G		-RS1,77	-RS1,56	-RS2,20	-RS1,63	-RS2,11	RS0,00	RS0,00
Valor Líquido do API - I=E-H		RS53,74	RS48,50	RS64,54	RS50,28	RS62,37	RS0,00	#REF!

O desconto calculado para demissões COM JUSTA CAUSA corresponde ao cálculo das provisões incorporadas para adicional de férias e 13º salário que não são devidas no caso de demissão por justa causa, sendo valor negativo. O cálculo foi feito assumindo que as demissões por justa causa têm distribuição uniforme ao longo do ano, no percentual de 1,37%, separados na proporção de 50% em API e 50% em APT, resultando no percentual de 0,685%

ITEM C - MULTA DO FGTS SOBRE O AVISO PRÉVIO INDENIZADO								
CUSTO DE REFERÊNCIA PARA MULTA DO API								
Itens que compõe o Custo Mensal de Referência Aviso Prévio Trabalhado (APT)		JARDINEIRO	AUXILIAR DE JARDINAGEM	TRATORISTA	ENCARREGADO	AUX JARDINAGEM INSAL	0	
Valor correspondente ao FGTS mensal recolhido por posto - A		R\$ 127,16	R\$ 111,75	R\$ 157,94	R\$ 116,89	R\$ 151,69	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Percentual de Multa de FGTS (40%) sobre o FGTS do módulo 2 - B		40,00%	40,00%	40,00%	40,00%	40,00%	40,00%	40,00%
Provisionamento mensal - C=A/B		50,86	44,70	63,18	46,76	60,68	-	-
% Por tipo de desligamento (SEM justa causa) - API - D		32,11%	32,11%	32,11%	32,11%	32,11%	32,11%	32,11%
Valor total Da Multa de FGTS s/ API - E = (C*D)		RS16,33	RS14,35	RS20,29	RS15,01	RS19,48	RS0,00	RS0,00

ITEM D: AVISO PRÉVIO TRABALHADO							
Cálculo Valor Mensal de Referência p/ Aviso Prévio Trabalhado (APT)							
Itens que compõe o Custo Mensal de Referência Aviso Prévio Trabalhado (APT)	JARDINEIRO	AUXILIAR DE JARDINAGEM	TRATORISTA	ENCARREGADO	AUX JARDINAGEM INSAL	0	
1 Remuneração	RS1.330,76	RS1.169,46	RS1.652,89	RS1.223,28	RS1.587,46	RS0,00	
2 Módulo 2	RS 1.249,37	RS 1.145,32	RS 1.469,14	RS 1.181,37	RS1.425,31	RS0,00	
Custo Referência (R\$) - A=1+2	RS2.580,13	RS2.314,78	RS3.122,03	RS2.404,65	RS3.012,77	RS0,00	RS0,00
n° meses – B	12	12	12	12	12	12	12
Provisionamento mensal – C=A/B	215,01	192,90	260,17	200,39	251,06	-	-
% Por tipo de desligamento (SEM justa causa) – APT – D	32,11%	32,11%	32,11%	32,11%	32,11%	32,11%	32,11%
Valor total do APT – E=C*D	RS69,04	RS61,94	RS83,54	RS64,34	RS80,62	RS0,00	RS0,00
Base de cálculo para desconto por demissão COM justa causa. Módulo 2.1 – F	258,76	227,40	321,40	237,86	308,67	-	-
Redução da Proporção de desligamento COM justa causa – G	-0,685%	-0,685%	-0,685%	-0,685%	-0,685%	-0,685%	-0,685%
Valor do desconto para desligamento COM justa causa – H=F*G	-RS1,77	-RS1,56	-RS2,20	-RS1,63	-RS2,11	RS0,00	RS0,00
Valor Líquido do APT – I=E-H	RS67,27	RS60,38	RS81,34	RS62,72	RS78,50	RS0,00	RS0,00

O desconto calculado para demissões COM JUSTA CAUSA corresponde ao cálculo das provisões incorporadas para adicional de férias e 13º salário que não são devidas no caso de demissão por justa causa, sendo valor negativo. O cálculo foi feito assumindo que as demissões por justa causa têm distribuição uniforme ao longo do ano, no percentual de 1,37%, separados na proporção de 50% em API e 50% em APT, resultando no percentual de 0,685%

ITEM F – MULTA DO FGTS SOBRE O AVISO PRÉVIO TRABALHADO							
CUSTO DE REFERÊNCIA PARA MULTA DO APT							
Itens que compõe o Custo Mensal de Referência Aviso Prévio Trabalhado (APT)	JARDINEIRO	AUXILIAR DE JARDINAGEM	TRATORISTA	ENCARREGADO	AUX JARDINAGEM INSAL	0	
Valor correspondente ao FGTS mensal recolhido por posto - A	RS 127,16	RS 111,75	RS 157,94	RS 116,89	RS 151,69	RS 0,00	
Percentual de Multa de FGTS (40%) sobre o FGTS do módulo 2 – B	40,00%	40,00%	40,00%	40,00%	40,00%	40,00%	40,00%
Provisionamento mensal – C=A/B	50,86	44,70	63,18	46,76	60,68	-	-
% Por tipo de desligamento (SEM justa causa) – APT – D	32,11%	32,11%	32,11%	32,11%	32,11%	32,11%	32,11%
Valor total Da Multa de FGTS s/ APT - E = (C*D)	RS16,33	RS14,35	RS20,29	RS15,01	RS19,48	RS0,00	RS0,00

MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE

Foram utilizados os dados resultantes do estudo desenvolvido pela Fundação Instituto de Administração (FIA) em 2014/2015, adotando-se a métrica estabelecida por aquela instituição, com dados atualizados da Relação Anual de Informações Sociais-2016 (RAIS/MTE), da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios-2016 (PNAD/IBGE), do Registro Civil (IBGE)-2016 e dados estatísticos sobre saúde e segurança do trabalhador disponibilizados pelo INSS/MPS em 2014, em virtude da inexistência de base similar para 2016.

Nota (1): O Custo de Reposição do Profissional Ausente corresponde ao valor que será pago a um empregado repositor, sempre que o empregado residente estiver ausente

Memória de Cálculo do Número de dias de reposição do profissional ausente para cada evento						
Categoria	Incidência Anual	Duração Legal da Ausência	44horas semanais		Proporção dos dias de reposição no mês	
			Proporção de dias afetados	Dias de reposição no ano		
Férias	1,0000	30	69,86%	20,9580	1,746500	
Ausência Justificada	1,0000	1	100,00%	1,0000	0,083333	
Acidente de Trabalho	0,0922	15	69,86%	0,9662	0,080514	
Afastamento por doença	1,0000	5	69,86%	3,4930	0,291083	
Consulta médica filho	0,1344	2	100,00%	0,2688	0,022400	
Óbitos na família	0,0305	2	69,86%	0,0426	0,003551	
Casamento	0,0118	3	100,00%	0,0354	0,002950	
Doação de sangue	0,0200	1	100,00%	0,0200	0,001667	
Testemunho	0,0040	1	100,00%	0,0040	0,000333	
Paternidade	0,0143	20	69,86%	0,1998	0,016650	
Maternidade	0,0197	180	69,86%	2,4772	0,206436	
Consulta Pré-natal	0,0016	6	100,00%	0,0096	0,000800	

Base de Cálculo para o cálculo do Custo de Reposição do Profissional Ausente								
Itens que compõe o Custo de Reposição do Profissional Ausente		JARDINEIRO	AUXILIAR DE JARDINAGEM	TRATORISTA	ENCARREGADO	AUX JARDINAGEM INSAL	0	
1	Módulo 1	R\$1.330,76	R\$1.169,46	R\$1.652,89	R\$1.223,28	R\$1.587,46	R\$0,00	R\$0,00
2	Módulo 2	R\$1.249,37	R\$1.145,32	R\$1.469,14	R\$1.181,37	R\$1.425,31	R\$0,00	R\$0,00
3	Módulo 3	R\$ 153,67	R\$137,58	R\$186,45	R\$143,02	R\$179,84	R\$0,00	
REMUNERAÇÃO PARA CÁLCULO DO VALOR DE REPOSIÇÃO – A=(1+2+3)		R\$2.733,80	R\$2.452,37	R\$3.308,48	R\$2.547,68	R\$3.192,61	R\$0,00	R\$0,00
n° de dias no mês – B		30	30	30	30	30	30	
Custo diário de reposição do profissional ausente – C=A/B		R\$ 91,13	R\$ 81,75	R\$ 110,28	R\$ 84,92	R\$ 106,42	R\$ 0,00	
A – Substituto na cobertura das Férias		R\$ 159,15	R\$ 142,77	R\$ 192,61	R\$ 148,32	R\$ 185,86	R\$ 0,00	
B - Substituto na cobertura das Ausências legais (ausência justificada/afastamento por doença/consulta médica/óbitos na família/casamento/doação de sangue/testemunho/consulta pré natal).		R\$ 37,01	R\$ 33,20	R\$ 44,79	R\$ 34,49	R\$ 43,22	R\$ 0,00	
C – Substituto na cobertura da Licença paternidade		R\$ 1,52	R\$ 1,36	R\$ 1,84	R\$ 1,41	R\$ 1,77	R\$ 0,00	
D – Substituto na cobertura da Ausência por Acidente de Trabalho		R\$ 7,34	R\$ 6,58	R\$ 8,88	R\$ 6,84	R\$ 8,57	R\$ 0,00	
E – Substituto na cobertura do Afastamento Maternidade		R\$ 18,81	R\$ 16,88	R\$ 22,77	R\$ 17,53	R\$ 21,97	R\$ 0,00	
Total do Módulo 4		R\$ 223,83	R\$ 200,78	R\$ 270,88	R\$ 208,59	R\$ 261,39	R\$ 0,00	

MÓDULO 5 : INSUMOS DIVERSOS

Uniformes, materiais, equipamentos e depreciação de equipamentos - Os valores estimados configuram-se valores máximos aceitáveis e foram definidos com base na média dos orçamentos obtidos mediante pesquisa de mercado, conforme o quantitativo mínimo previsto no Edital.

MÓDULO 6: CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO

Custos Indiretos e Lucro: Para fins da estimativa da UFGD, o LDI – Lucro e Despesas Indiretas, incluindo todos os impostos e contribuições não repercutíveis, incidentes sobre o total da Remuneração + Encargos Sociais + Insumos (Acórdão nº 325/2007), foi definido em 6,14%, enquanto os Custos Indiretos foram estabelecidos em 6,03%, totalizando 12,17%.

Custo indireto: deverá ser calculado mediante incidência do percentual de custo ofertado sobre o somatório dos submódulos 1, 2, 3, 4 e 5 da Planilha de Composição de Custos. (Soma dos Módulos 1 + Módulo 2 + Módulo 3 + Módulo 4 + Módulo 5) x Alíquota

Lucro: é o ganho decorrente da exploração da atividade econômica, percentual de custo ofertado sobre o somatório dos submódulos 1, 2, 3, 4 e 5 da Planilha de Composição de Custos + o valor do Custo Indireto. [Soma dos Módulos 1 + Módulo 2 + Módulo 3 + Módulo 4 + Módulo 5 + Custos Indiretos] x Alíquota

Tributação: Os tributos (ISS, COFINS e PIS) foram definidos utilizando a legislação pertinente, (Lei Complementar 71/2003 de Dourados/MS, (LEI COMPLEMENTAR Nº 065/2012 de Ladário/MS, LEI COMPLEMENTAR Nº 004/2002 de Nova Andradina/MS, LEI COMPLEMENTAR Nº 003/1997 de Sidrolândia/MS e Leis Federais 10.833/2003 e 10.637/2002). Para fins de estimativa foi utilizado os percentuais de PIS e COFINS para o regime de Lucro Real (1,65% e 7,60%), contudo o licitante deve elaborar sua proposta e, por conseguinte, sua planilha com base no regime de tributação ao qual deverá ser respeitado durante a execução do contrato, em se tratando de empresa optante pela Tributação mediante Lucro Presumido (0,65% e 3,00%).

Cálculo: {[Soma dos Módulos 1 + Módulo 2 + Módulo 3 + Módulo 4 + Módulo 5 + Custos Indiretos + Lucro] / [1-(COFINS + PIS + ISS)] x Alíquota do Imposto

PLANILHA DE CUSTO MÉDIO DOS EQUIPAMENTOS

Custo Médio (anual) de Equipamentos uso Geral														
Item	Equipamentos	Unidade/ NCM	Quantidade Anual	Orçamento 1	Orçamento 2	Orçamento 3 (PP)	Média Unitária	Fornecedor 1	Fornecedor 2	Fornecedor 3	Valor Residual	Depreciação em anos	Depreciação Anual	Valor Total Depreciação
1	ROÇADEIRA MANUAL - Tipo: roçadeira costal, motor 2 tempos, potência mínimo de 1.3hp, corte: lâmina e fio de nylon, peso (sem equipamento de corte): máximo 8 kg, capacidade tanque: mínimo 0,4 L, equipamento novo.	Und/8430	6	R\$ 557,10	R\$ 619,00	R\$ 522,41	R\$ 566,17	Agrotama	Americanas	Magalu	0,00%	10	R\$ 56,62	R\$ 339,70
2	MOTOSSERRA - motor 2 tempos, potência mínimo 4hp, com sabre e corrente, peso (sem equipamento de corte e combustível): máximo 7 kg, capacidade do tanque: mínimo 0,5 L, equipamento novo.	Und/8436	1	R\$ 539,51	R\$ 871,08	R\$ 630,87	R\$ 680,49	Magalu	Loja do Mecanico	Americanas	0,00%	10	R\$ 68,05	R\$ 68,05
3	MOTOPODA - motor 2 tempos, potência mínimo 0,9hp, com conjunto de corte, peso (sem bateria e conjunto de corte): máximo 8kg, capacidade do tanque: mínimo 0,4 L, equipamento novo.	Und/8436	1	R\$ 997,00	R\$ 836,90	R\$ 711,90	R\$ 848,60	Americanas	Casas Bahia	Agrotama	0,00%	10	R\$ 84,86	R\$ 84,86
4	CORTADOR DE GRAMA TRACIONADO A GASOLINA - motor 4 tempos, potência mínima 5hp, largura do corte mínimo: 22", com regulagem de altura de corte, peso: máximo 38 kg, equipamento novo.	Und/8432	1	R\$ 1.148,67	R\$ 1.199,00	R\$ 1.249,96	R\$ 1.199,21	Painel de Preço	Painel de Preço	Painel de Preço	0,00%	10	R\$ 119,92	R\$ 119,92
5	TRATOR CORTADOR DE GRAMA A GASOLINA - motor 4 tempos, potência mínimo 20hp, largura de corte 42", capacidade do tanque: mínimo 5 L, REVISADO, equipamento com no máximo 10 anos de uso.	Und/8430	1	R\$ 15.465,64	R\$ 11.499,90	R\$ 20.398,00	R\$ 15.787,85	Estrela 10	Magalu	Dutra Máquinas	0,00%	10	R\$ 1.578,78	R\$ 1.578,78
6	SOPRADOR COSTAL, mecilíndrico, refrigerado a ar, potência mínima de 3 HP, combustível gasolina e óleo 2 tempos.	Und/8432	2	R\$ 1.032,00	R\$ 1.298,00	R\$ 932,93	R\$ 1.087,64	Ferramentas Camelo Azul	Dutra Máquinas	Estrela 10	0,00%	10	R\$ 108,76	R\$ 217,53
7	PERFURADOR DE SOLO, a gasolina, potência mínima 50 cc (cilindradas), diâmetro da broca de 200 mm, comprimento da broca de 800 mm	Und	1	R\$ 665,37	R\$ 758,90	R\$ 699,99	R\$ 708,09	Americanas	Casas Bahia	Loja do Mecanico	0,00%	10	R\$ 70,81	R\$ 70,81
Valor Total Anual														R\$ 2.479,65
Valor Mensal (Valor total/12)														R\$ 206,64
Valor Mensal por posto (Valor mensal/16)														R\$ 12,91

Custo Médio (anual) de Equipamentos Tratorista														
Item	Equipamentos	Unidade/ NCM	Quantida de Anual	Orçamento 1	Orçamento 2	Orçamento 3 (PP)	Média Unitária	Fornecedor 1	Fornecedor 2	Fornecedor 3	Valor Residual	Depreciação em anos	Depreciação Anual	Valor Total Depreciação
1	TRATOR (60HP) - motor a diesel, potência mínima de 60hp, com equipamento para acoplamento, REVISADO, com no máximo 10 anos de uso.	Und/8701	1	R\$ 65.000,00	R\$ 62.000,00	R\$ 82.000,00	R\$ 69.666,67	Agrofy	Agrofy	Catarina Caminhões	0,00%	10	R\$ 6.966,67	R\$ 6.966,67
2	IMPLEMENTO TRATOR (60HP) - ROÇADEIRA - transmissão giro livre, corte central e lateral do trator, embreagem no cardã, mínimo 1,5 metros de corte, REVISADO, equipamento com no máximo 10 anos de uso.	Und/8433	1	R\$ 7.900,00	R\$ 8.500,00	R\$ 7.600,00	R\$ 8.000,00	Agrofy	Agro JK	3M Tratores	0,00%	10	R\$ 800,00	R\$ 800,00
3	IMPLEMENTO TRATOR (60HP) - CARRETA - capacidade de carga: mínimo de 6.000 kg, 02 eixos, 04 rodas, com sistema de frenagem, fabricado em madeira ou aço, reforçado , REVISADO, equipamento com no máximo 10 anos de uso.	Und/8432	1	R\$ 3.599,90	R\$ 3.142,71	R\$ 9.428,00	R\$ 5.390,20	Casas Bahia	Estrela 10	Agrofy	0,00%	10	R\$ 539,02	R\$ 539,02
4	IMPLEMENTO TRATOR (60HP) - GUINCHO BIG BAG - com levante mínimo de 3,2 metros de altura, capacidade de carga: mínimo de 400 kg, reforçado , REVISADO, equipamento com no máximo 10 anos de uso.	Und/8428	1	R\$ 5.300,00	R\$ 6.900,00	R\$ 1.034,10	R\$ 4.411,37	Cotramaq	AgroFy	Agrotama	0,00%	10	R\$ 441,14	R\$ 441,14
5	IMPLEMENTO TRATOR (60HP) - TRITURADOR DE GALHOS/PICADOR DE TRONCOS, com tomada de força para trator, capacidade para toras de 200 mm, abertura mínima de corte 230 x 320 mm, 04 (quatro) facas de corte, altura mínima da descarga 2600 mm, rotações do disco de 500 a 1000 RPM.	Und/8433	1	R\$ 9.816,96	R\$ 9.571,13	R\$ 10.105,69	R\$ 9.831,26	Casas Bahia	Americanas	Magalu	0,00%	10	R\$ 983,13	R\$ 983,13
6	IMPLEMENTO TRATOR (60HP) - CARRETA TANQUE AGRÍCOLA - com um ou dois eixos com formato elíptico (ovalado) para melhor absorver torções do terreno, capacidade de carga: mínimo entre 3.000 a 6.000 litros, fabricado em aço carbono, reforçado, itens de série: boca de visita com diâmetro mínimo de 400mm, revestimento com emulsão asfáltica, quebra ondas, bagageiro superior, respiro, luva de saída de no mínimo 2", escada traseira antiderrapante, visor de nível e macaco estacionário para o modelo com um eixo, suporte para bomba d'água, bomba de sucção e aspersão acionada pela tomada de força do trator, motobomba a gasolina ou óleo diesel, plataforma com canhão 1 ½" para combate a incêndio, mangotes, esguicho manual, barra de irrigação traseira, rabo de pavão, rodagem dupla, revestimento em epóxi ou sem revestimento interno quando for utilizada para combustível, REVISADO, equipamento com no máximo 10 anos de uso.	Und/8432	1	R\$ 7.850,00	R\$ 6.800,00	R\$ 8.676,00	R\$ 7.775,33	Agrobill	Caminhões e carretas	MF Rural	0,00%	10	R\$ 777,53	R\$ 777,53
Valor Total Anual														R\$ 10.507,48
Valor Mensal (Valor total/12)														R\$ 875,62
Valor Mensal por posto (Valor mensal/1)														R\$ 875,62

PLANILHA DE CUSTO MÉDIO DE FERRAMENTAS

Custo Médio (anual) de Uniforme por funcionário											
Item	Uniforme	Quantidade do Conjunto	Quantidade Anual	Orçamento 1	Orçamento 2	Orçamento 3	Média Unitária	Total	Fornecedor 1	Fornecedor 2	Fornecedor 3
1	Livro de ocorrências	1	1	R\$ 13,75	R\$ 18,90	R\$ 16,90	R\$ 16,52	R\$ 16,52	Papelaria Art Nova	Extra	Tilibra Express
2	Mangueira de jardim, 50 metros de comprimento.	5	5	R\$ 70,95	R\$ 84,92	R\$ 61,99	R\$ 72,62	R\$ 363,10	Extra	Loja do Mecânico	Magalu
3	Enxada com cabo de madeira	12	12	R\$ 29,90	R\$ 25,90	R\$ 26,24	R\$ 27,35	R\$ 328,16	Sertão	Casas Bahia	Magalu
4	Enxadão com cabo de madeira	6	6	R\$ 24,83	R\$ 38,90	R\$ 39,90	R\$ 34,54	R\$ 207,26	Americanas	Dutra Máquinas	Sertão
5	Rastelo de plástico para grama com cabo de madeira	20	20	R\$ 56,61	R\$ 17,81	R\$ 25,49	R\$ 33,30	R\$ 666,07	Ferpam	Magalu	Loja Mecanica
6	Pá coração com cabo de madeira	6	6	R\$ 35,00	R\$ 33,50	R\$ 38,98	R\$ 35,83	R\$ 214,96	Ferramentas Kennedy	Sertão	Americanas
7	Pá de ponta com cabo de madeira formato em Y	6	6	R\$ 18,90	R\$ 31,00	R\$ 33,50	R\$ 27,80	R\$ 166,80	Dutra Maquinas	Americanas	Sertão
8	Tesoura para jardinagem com cabo 20 cm	6	6	R\$ 17,11	R\$ 15,90	R\$ 26,90	R\$ 19,97	R\$ 119,82	Americanas	Palacio das Ferramentas	AsiaShop
9	Tesoura para poda de gramado e cercas vivas	3	3	R\$ 16,80	R\$ 17,90	R\$ 35,00	R\$ 23,23	R\$ 69,70	Anhanguera Ferramentas	Loja do Mecânico	Magalu
10	Tesourão de poda 70 cm de cabo	2	2	R\$ 47,33	R\$ 47,77	R\$ 40,07	R\$ 45,06	R\$ 90,11	Magalu	Palacio das Ferramentas	Estrela 10
11	Lima chata	4	4	R\$ 16,30	R\$ 10,32	R\$ 11,02	R\$ 12,55	R\$ 50,19	Anhanguera Ferramentas	FELAP	Magalu
12	Regador, material plástico para jardinagem	6	6	R\$ 15,88	R\$ 16,67	R\$ 13,50	R\$ 15,35	R\$ 92,10	Loja da Salla	Americanas	Breithaupt
13	Facão com cabo de madeira	4	4	R\$ 49,75	R\$ 34,50	R\$ 24,50	R\$ 36,25	R\$ 145,00	Americanas	Ferpam	Magalu
14	Serrote para jardinagem	6	6	R\$ 32,01	R\$ 42,66	R\$ 24,90	R\$ 33,19	R\$ 199,14	Loja do Mecanico	Dutra Máquinas	Tramontina
15	Serrote podador com cabo longo	2	2	R\$ 195,46	R\$ 201,73	R\$ 109,90	R\$ 169,03	R\$ 338,06	Estrela 10	Casas Bahia	Palacio das Ferramentas
16	Foice com cabo de madeira	4	4	R\$ 34,90	R\$ 34,90	R\$ 34,20	R\$ 34,67	R\$ 138,67	Dutra Maquinas	Americanas	Sampa Ferramentas
17	Escada articulada 4x3, 12 degraus, material alumínio, dimensões: altura máxima 3,39 m, altura mínima 0,24 m, capacidade de peso 150 kg	3	3	R\$ 297,77	R\$ 189,90	R\$ 279,00	R\$ 255,56	R\$ 766,67	Palacio das Ferramentas	Mania Virtual	Casas Bahia
18	Limitador de grama em polietileno com proteção contra raios solares, borda canudo, rolo de 50 metros.	20	20	R\$ 76,00	R\$ 64,80	R\$ 95,00	R\$ 78,60	R\$ 1.572,00	Paiol Verde	Americanas	Magalu
19	Vassoura de gari confeccionada em cerdas piaçava resistentes, dimensões: comprimento 215 mm, altura 155 mm, espessura de 40 mm, contendo cabo de madeira revestido de plástico, rosqueado comprimento de 1400 mm e diâmetro de 22 mm rosqueado.	8	8	R\$ 24,67	R\$ 20,90	R\$ 22,49	R\$ 22,69	R\$ 181,49	LF Maquinas	Na garagem	Magalu
20	Pulverizador costal manual, com capacidade para 20 litros, material polietileno, bomba tipo pistão fabricada em latão, lança de 60 cm de comprimento, mangueira com registro de 1,35 mt, com alavanca, haste e sistema de correias para fixação às costas do usuário.	2	2	R\$ 121,38	R\$ 149,30	R\$ 94,65	R\$ 121,78	R\$ 243,55	Casas Bahia	Americanas	Loja Valflex
21	Big Bag para produtos não perigosos, material nylon, com alças para içamento, capacidade de carga de até 750 kg.	20	20	R\$ 64,00	R\$ 62,00	R\$ 64,00	R\$ 63,33	R\$ 1.266,67	Submarino	Americanas	Shoptime
22	Carrinho de mão, material aço, roda de borracha maciça.	4	4	R\$ 99,00	R\$ 98,75	R\$ 89,90	R\$ 95,88	R\$ 383,53	Ferreira Costa	Americanas	Breithaupt
23	Irrigador giratório tipo espiga, com 01 engate rápido, material plástico ABS, rosca 3/4.	10	10	R\$ 14,16	R\$ 15,70	R\$ 14,78	R\$ 14,88	R\$ 148,80	Dutra Maquinas	Palacio das Ferramentas	Ricardo Eletro
24	Carretel para fio de nylon 3mm x 120 metros, 01 kg de nylon, formato quadrado, utilizado na roçadeira costal. UM ANO DE GARANTIA.	24	24	R\$ 86,00	R\$ 129,99	R\$ 159,90	R\$ 125,30	R\$ 3.007,12	RP3 Shop	Ferramentas Kennedy	Loja do Mecanico
25	Tela para sombreamento 30%, dimensões: largura 3,0 m, comprimento 50 m, material polietileno, cor da tela preta. (Rolo com 50 metros)	4	4	R\$ 180,68	R\$ 243,00	R\$ 267,80	R\$ 230,49	R\$ 921,97	Canal Agrícola	BocchiPlastic	Americanas
Valor total Anual								R\$ 11.697,46			
Valor Mensal								R\$ 974,79			
Valor Mensal por posto (Valor mensal/16)								R\$ 60,92			

PLANILHA DE CUSTO MÉDIO DE MATERIAIS

Custo Médio (anual) de Uniforme por funcionário											
Item	Uniforme	Unidade	Quantidade Anual	Orçamento 1	Orçamento 2	Orçamento 3 (PP)	Média Unitária	Total	Fornecedor 1	Fornecedor 2	Fornecedor 3
1	Substrato comercial para cultivo de plantas ornamentais, sacos de 25 litros.	Unidade	15	R\$ 30,00	R\$ 18,99	R\$ 19,50	R\$ 22,83	R\$ 342,45	ClickMudas	Petz	UEMURA
2	Adubo NPK 10-10-10	KG	750	R\$ 14,99	R\$ 21,59	R\$ 14,99	R\$ 17,19	R\$ 12.892,50	Magalu	Plantei	Bom cultivo
3	Adubo NPK 4-14-8	KG	200	R\$ 13,00	R\$ 12,90	R\$ 11,20	R\$ 12,37	R\$ 2.473,33	BomCultivo	Cobasi	Americanas
4	Calcário Dolomítico	KG	400	R\$ 13,40	R\$ 10,99	R\$ 9,90	R\$ 11,43	R\$ 4.572,00	AgroverdeS R	Petz	Cobasi
5	Inseticida Natural - Óleo de Neem.	Litro	10	R\$ 13,99	R\$ 14,99	R\$ 24,90	R\$ 17,96	R\$ 179,60	Americanas	Bom Cultivo	Cobasi
6	Fungicida Natural - CuSO4(sulfato de cobre)	KG	2,5	R\$ 16,90	R\$ 25,59	R\$ 29,99	R\$ 24,16	R\$ 60,40	Casa dos químicos	Magalu	Americanas
7	Fungicida Natural - CaO (cal virgem)	KG	2,5	R\$ 7,50	R\$ 7,50	R\$ 7,50	R\$ 7,50	R\$ 18,75	Americanas	Shoptime	Submarino
8	Defensivo fitossanitário - Tetrachloroisophthalonitrile (Clorotalonil) - registro MAPA sob nº 00918308 - (fungicida)	Litro	2	R\$ 56,70	R\$ 94,00	R\$ 112,34	R\$ 87,68	R\$ 175,36	Painel de Preço	Painel de Preço	Painel de Preço
9	Defensivo fitossanitário - Manganese ethylenebis (dithiocarbamate) (polymeric) complex with zinc salt (MANCOZEBE) registro MAPA sob nº 02438798 - (fungicida e acarecida)	KG	1	R\$ 144,82	R\$ 180,11	R\$ 199,12	R\$ 174,68	R\$ 174,68	Painel de Preço	Painel de Preço	Painel de Preço
10	Defensivo fitossanitário - O, S-dimethyl acetylphosphoramidothioate (ACEFATO) registro MAPA sob nº 02788394 - (inseticida e acarecida)	KG	1	R\$ 53,79	R\$ 56,00	R\$ 57,84	R\$ 55,88	R\$ 55,88	Painel de Preço	Painel de Preço	Painel de Preço
11	Defensivo fitossanitário - (RS)-5-amino-1-(2,6-dichloro-a,a,a,-trifluoro-p-toly)-4-trifluoromethylsulfinylpyrazole-3-carbonitrile (FIPRONIL) - Registro MAPA sob nº 05694.	KG	20	R\$ 9,50	R\$ 14,06	R\$ 18,24	R\$ 13,93	R\$ 278,67	Painel de Preço	Painel de Preço	Painel de Preço
12	Defensivo fitossanitário - 2,4-dichlorophenoxyacetic acid 2,4-D, Sal de Trietanolamina, Picloram - Registro MAPA sob nº 0358709 (herbicida seletivo)	Litro	5	R\$ 34,89	R\$ 36,92	R\$ 45,85	R\$ 39,22	R\$ 196,10	Painel de Preço	Painel de Preço	Painel de Preço
13	Defensivo fitossanitário - 3,5,6-trichloro-2-pyridyloxyacetic acid (Triclopir BEE) - Registro MAPA sob nº 0319001 (herbicida seletivo)	Litro	5	R\$ 38,98	R\$ 199,95	R\$ 209,45	R\$ 149,46	R\$ 747,30	Painel de Preço	Painel de Preço	Painel de Preço
14	Defensivo fitossanitário - 3-chloro-5-(4,6-dimethoxyrimidin-2-ylcarbamoil)pyrazole-4-carboxylic acid (HALOSULFUROM) (herbicidas seletivos) Registro MAPA sob nº 007594.	KG (grama)	1	R\$ 2,79	R\$ 2,88	R\$ 3,20	R\$ 2,96	R\$ 2,96	Painel de Preço	Painel de Preço	Painel de Preço
15	Filme plástico para cobertura de estufa, 150 microns, "suncover" difuso, 15 x 8m (comprimento x largura)	Metro	5	R\$ 29,00	R\$ 33,28	R\$ 23,00	R\$ 28,43	R\$ 142,14	Horta Viva	Americanas	Painel de Preço
16	Embalagem de 1 litro para mudas	Unidade	200	R\$ 0,53	R\$ 0,53	R\$ 3,90	R\$ 1,65	R\$ 330,67	Bom Cultivo	Magalu	Americanas
17	Embalagem de 5 litros para mudas	Unidade	100	R\$ 1,98	R\$ 1,98	R\$ 3,10	R\$ 2,35	R\$ 235,33	Bom Cultivo	Magalu	Americanas
18	Embalagem de 11 litros para mudas	Unidade	200	R\$ 3,30	R\$ 2,52	R\$ 3,30	R\$ 3,04	R\$ 608,00	Bom Cultivo	Americanas	Magalu
19	Embalagem de 25 litros para mudas	Unidade	40	R\$ 4,99	R\$ 4,99	R\$ 6,25	R\$ 5,41	R\$ 216,40	Bom Cultivo	Magalu	Americanas
20	Embalagem de 40 litros para mudas	Unidade	15	R\$ 14,30	R\$ 14,30		R\$ 14,30	R\$ 214,50	Bom Cultivo	Magalu	
21	Protetor facial (viseira) com cetraca para impacto 8 polegadas - Com certificação do DSST/Ministério do Trabalho e Emprego	Unidade	16	R\$ 31,74	R\$ 28,41	R\$ 20,90	R\$ 27,02	R\$ 432,27	Oceano B2B	Super EPI	Zeus do Brasil
22	Respirador descartável dobrável PPF1 - NR 6.	Unidade	100	R\$ 3,23	R\$ 6,08		R\$ 4,66	R\$ 465,50	LF Maquinas e ferramentas	Americanas	
23	Luva Nitrílica, resistente a produtos químicos (aplicação de agrotóxicos).	Unidade	20	R\$ 6,90	R\$ 10,16	R\$ 12,90	R\$ 9,99	R\$ 199,73	Loja Zeus do Brasil	Super Epi	Net Suprimetos
24	Grama tipo esmeralda (Zoysia Japônica), fornecimento em leivas, com devida correção acidez do solo, adubação e nivelamento superficial do terreno.	M²	15000	R\$ 3,97	R\$ 7,21	R\$ 8,50	R\$ 6,56	R\$ 98.400,00	Painel de Preço	Painel de Preço	Painel de Preço
25	Óleo lubrificante automotivo, composição básica, tipo SAE 30, nível desempenho API TC, aplicação motor a gasolina 2 tempos (Frasco 500 ml).	Unidade	400	R\$ 15,90	R\$ 5,07	R\$ 8,05	R\$ 9,67	R\$ 3.869,33	Extra	Americanas	JOCAR
	Gasolina	LITRO	5000	R\$ 4,45	R\$ 4,49	R\$ 4,49	R\$ 4,48	R\$ 22.381,67	Cotação ANP	Cotação ANP	Cotação ANP
	Diesel Comum	LITRO	2500	R\$ 3,80	R\$ 3,80	R\$ 3,80	R\$ 3,80	R\$ 9.500,00	Cotação ANP	Cotação ANP	Cotação ANP
Valor total Anual								R\$ 159.165,52			
Valor Mensal (Valor anual/12)								R\$ 13.263,79			

PLANILHA DE CUSTO MÉDIO DE UNIFORMES

Custo Médio (anual) de Uniforme por funcionário											
Item	Uniforme	Quantidade do Conjunto	Quantidade Anual	Orçamento 1	Orçamento 2	Orçamento 3	Média Unitária	Total	Fornecedor 1	Fornecedor 2	Fornecedor 3
1	Boné tipo legionário, material brim, com aba, cor verde	1	1	R\$ 38,72	R\$ 47,62	R\$ 46,41	R\$ 44,25	R\$ 44,25	Estrela10	Netshoes	Americanas
2	Botina de couro, tipo segurança, com biqueira PVC ou Composite.	1	2	R\$ 75,58	R\$ 43,90	R\$ 44,40	R\$ 54,63	R\$ 109,25	Net suprimentos	Loja Zeus do Brasil	Anhanguera ferramentas
3	Calça, material brim trabalho profissional, cor verde.	3	6	R\$ 49,90	R\$ 78,60	R\$ 29,90	R\$ 52,80	R\$ 316,80	Americanas	Elo7	Magalu
4	Crachá tamanho padrão de 8,5cm x 5,4 cm, material PVC, contendo foto, nome completo, CPF, função, tipo sanguíneo, nome da empresa CONTRATADA e contendo a descrição "A serviço da UFGD".	1	1	R\$ 2,80	R\$ 3,63	R\$ 3,74	R\$ 3,39	R\$ 3,39	Gráfica Paulista Cartões	Cartões Mais Barato	Atual Card
5	Camisa manga longa em malha fria com gola esporte, com gravação do emblema da empresa, cor verde.	4	8	R\$ 27,00	R\$ 20,00	R\$ 31,90	R\$ 26,30	R\$ 210,40	Jaguaré Comercial	MCZfortes	Fino Work
Valor total Anual								R\$ 684,09			
Valor Mensal								R\$ 57,01			

PLANILHA DE CUSTO MÉDIO DE EPI'S

Custo Médio (anual) EPI por posto de Trabalho											
Item	Uniforme	Quantidade do Conjunto	Quantidade Anual	Orçamento 1	Orçamento 2	Orçamento 3	Média Unitária	Total	Fornecedor 1	Fornecedor 2	Fornecedor 3
1	Avental de segurança confeccionado em tecido sintético (trevira) forrado de PVC na face externa, tamanho único.	2	2	R\$ 13,68	R\$ 6,05	R\$ 14,45	R\$ 11,39	R\$ 22,79	Loja Zeus do Brasil	Super EPI	Americanas
2	Luva de segurança confeccionada em vaqueta na palma, face palmar dos dedos e unheira, reforço interno em vaqueta na palma, dorso e face dorsal dos dedos em náilon com elástico para ajuste, tamanho único - Com certificação do DSST/Ministério do Trabalho e Emprego.	4	4	R\$ 8,90	R\$ 12,54	R\$ 10,55	R\$ 10,66	R\$ 42,65	Loja Zeus do Brasil	Americanas	Net Suprimentos
3	Óculos de segurança lente única em policarbonato que possibilite uma excelente cobertura frontal e lateral aos olhos do usuário - Com certificação do DSST/Ministério do Trabalho e Emprego	1	1	R\$ 6,79	R\$ 3,35	R\$ 2,10	R\$ 4,08	R\$ 4,08	ClickCenter	Ultra Máquinas	Palácio das Ferramentas
4	Perneira de segurança material sintético, com 4mm de espessura, três talas de aço/pvc na parte frontal, fixadas por meio de solda eletrônica, altura 52cm, diâmetro 20cm - Com certificação do DSST/Ministério do Trabalho e Emprego.	2	2	R\$ 21,35	R\$ 21,90	R\$ 24,80	R\$ 22,68	R\$ 45,37	Net Suprimentos	Multiseg	Oceano B2B
5	Protetor auricular tipo concha - Com certificação do DSST/Ministério do Trabalho e Emprego.	2	2	R\$ 10,90	R\$ 8,92	R\$ 12,09	R\$ 10,64	R\$ 21,27	Loja Zeus do Brasil	Americanas	Ferramentas Kennedy
Valor total Anual								R\$ 136,16			
Valor Mensal								R\$ 11,35			

Custo Médio (anual) EPI por posto de Trabalho com Insalubridade											
Item	Uniforme	Quantidade do Conjunto	Quantidade Anual	Orçamento 1	Orçamento 2	Orçamento 3	Média Unitária	Total	Fornecedor 1	Fornecedor 2	Fornecedor 3
1	Avental de segurança confeccionado em tecido sintético (trevira) forrado de PVC na face externa, tamanho único.	2	2	R\$ 13,68	R\$ 6,05	R\$ 14,45	R\$ 11,39	R\$ 22,79	Loja Zeus do Brasil	Super EPI	Americanas
2	Luva de segurança confeccionada em vaqueta na palma, face palmar dos dedos e unheira, reforço interno em vaqueta na palma, dorso e face dorsal dos dedos em náilon com elástico para ajuste, tamanho único - Com certificação do DSST/Ministério do Trabalho e Emprego.	4	4	R\$ 8,90	R\$ 12,54	R\$ 10,55	R\$ 10,66	R\$ 42,65	Loja Zeus do Brasil	Americanas	Net Suprimentos
3	Óculos de segurança lente única em policarbonato que possibilite uma excelente cobertura frontal e lateral aos olhos do usuário - Com certificação do DSST/Ministério do Trabalho e Emprego	1	1	R\$ 6,79	R\$ 3,35	R\$ 2,10	R\$ 4,08	R\$ 4,08	ClickCenter	Ultra Máquinas	Palácio das Ferramentas
4	Perneira de segurança material sintético, com 4mm de espessura, três talas de aço/pvc na parte frontal, fixadas por meio de solda eletrônica, altura 52cm, diâmetro 20cm - Com certificação do DSST/Ministério do Trabalho e Emprego.	2	2	R\$ 21,35	R\$ 21,90	R\$ 24,80	R\$ 22,68	R\$ 45,37	Net Suprimentos	Multiseg	Oceano B2B
5	Protetor auricular tipo concha - Com certificação do DSST/Ministério do Trabalho e Emprego.	2	2	R\$ 10,90	R\$ 8,92	R\$ 12,09	R\$ 10,64	R\$ 21,27	Loja Zeus do Brasil	Americanas	Ferramentas Kennedy
6	Capacete com protetor facial incolor e abafador de ouvido tipo concha.	1	1	R\$ 89,90	R\$ 77,56	R\$ 72,11	R\$ 79,86	R\$ 79,86	Loja Zeus do Brasil	Ultra Máquinas	Super EPI
7	Macacão para proteção do tronco e membros superiores e inferiores contra respingos de produtos químicos (agrotóxicos) - Com certificação do DSST/Ministério do Trabalho e Emprego - NR 6.	2	2	R\$ 27,50	R\$ 39,00	R\$ 49,90	R\$ 38,80	R\$ 77,60	Super EPI	BH EPI	Multiseg
8	Bota modelo PVC, cano longo, cor preta. (aplicação de agrotóxicos).	2	2	R\$ 31,10	R\$ 22,49	R\$ 34,50	R\$ 29,36	R\$ 58,73	Super EPI	Americanas	Casa Amazonas
Valor total Anual								R\$ 352,34			
Valor Mensal								R\$ 29,36			

PLANILHA DE CUSTO MÉDIO DE SERVIÇOS EXPORÁTICOS

Custo Médio (anual) de Uniforme por funcionário											
Item	Uniforme	Unidade de medida	Quantidade Anual	Orçamento 1	Orçamento 2	Orçamento 3	Média Unitária	Total	Fornecedor 1	Fornecedor 2	Fornecedor 3
1	Corte e poda de árvores de médio e grande porte com retirada e destinação adequada.	Unidade	60	R\$ 88,24	R\$ 91,16	R\$ 95,00	R\$ 91,47	R\$ 5.488,00	Painel de Preços	Painel de Preços	Painel de Preços
2	Locação de caçamba 5m ³ , para recolhimento de sujidades, com tempo de permanência de 5 dias.	Unidade	30	R\$ 99,00	R\$ 99,00	R\$ 147,00	R\$ 115,00	R\$ 3.450,00	Painel de Preços	Painel de Preços	Painel de Preços
3	Caminhão com equipamento com cesto aéreo isolado, mínimo 46 kv, altura mínima de 13 metros, 04 sapatas, comandos no cesto e na base, em conformidade com a NR12	Diária	20	R\$ 130,00	R\$ 165,00	R\$ 180,00	R\$ 158,33	R\$ 3.166,67	Painel de Preços	Painel de Preços	Painel de Preços
Valor total Anual								R\$ 12.104,67			
Valor Mensal								R\$ 1.008,72			

PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DO VALOR MÁXIMO DO M²

I - Áreas Externas					
Mão-de-obra		(1) Produtividade (1/M ²)		(2) Preço Homem-Mês (R\$)	(1x2) Subtotal (R\$/M ²)
Roçada de grama com roçadeira costal	Auxiliar de Jardinagem	1/	3757	R\$ 3.732,23	R\$ 0,9934
Roçada com Trator cortador de grama a gasolina	Auxiliar de Jardinagem	1/	131150,28	R\$ 3.732,23	R\$ 0,0285
Roçada com Trator (60HP) com roçadeira acoplada	Tratorista - 44h	1/	422617,96	R\$ 6.137,97	R\$ 0,0145
Jardinagem	Jardineiro – 44h semanais	1/	598847,43	R\$ 4.138,76	R\$ 0,0069
Aplicação de defensivo	Auxiliar de Jardinagem	1/	598847,43	R\$ 4.825,55	R\$ 0,0081
ENCARREGADO – 44h semanais					
Mão-de-obra		(1) número de postos		(2) Preço Homem-Mês (R\$)	(1x2) Subtotal (R\$/posto)
ENCARREGADO – 44h semanais		1		R\$ 3.869,91	R\$ 3.869,91

RESUMO - VALOR MÁXIMO MENSAL DOS SERVIÇOS DE JARDINAGEM E ROÇADA

I - Áreas Externas		Preço mensal unitário (R\$/M ²)	Área (M ²)	Subtotal (R\$)
Roçada de grama com roçadeira costal	Auxiliar de Jardinagem	R\$ 0,9934	45.079,19	R\$ 44.781,67
Roçada com Trator cortador de grama a gasolina	Auxiliar de Jardinagem	R\$ 0,0285	131150,28	R\$ 3.737,78
Roçada com Trator (60HP) com roçadeira	Tratorista - 44h	R\$ 0,0145	422617,96	R\$ 6.127,96
Jardinagem	Jardinagem	R\$ 0,0069	598847,43	R\$ 4.132,05
Aplicador de defensivo	Auxiliar de Jardinagem	R\$ 0,0081	598847,43	R\$ 4.850,66
ENCARREGADO – 44h semanais		Preço mensal unitário (R\$/POSTO)	Posto	Subtotal (R\$)
ENCARREGADO – 44h semanais		R\$ 3.869,91	1,00	R\$ 3.869,91
Valor Total Mensal de mão-de-obra do Contrato				R\$ 67.500,03

QUADRO RESUMO VALOR GLOBAL MÁXIMO ESTIMADO

Ref.	Descrição	Valor (R\$)
A	MESES	12
B	VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS DE LIMPEZA (SERVENTES + ENCARREGADOS)	R\$ 67.500,03
C	VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS ESPORÁDICOS	R\$ 1.008,72
D	CUSTO MENSAL DOS MATERIAIS	R\$ 13.263,79
E	VALOR MENSAL TOTAL "E" = B+C+D	R\$ 81.772,55
F	VALOR GLOBAL MÁXIMO ESTIMADO "F" = AxE	R\$ 981.270,56

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO**

Planilha estimativa de Lucro e Custos Indiretos aplicados à contratação:

ITEM	Estimativa	UASG 135082 Pregão 9/2019	UASG 254462 Pregão 13/2019	UASG 413011 Pregão 6/2019	UASG 170028 Pregão 3/2019	UASG 154044 Pregão 16/2019	UASG 158144 Pregão 2/2019	UASG 80022 Pregão 32/2019	PERCENTUAL MÉDIO	MEDIANA
1	Custos Indiretos	8,00%	19,00%	7,00%	7,00%	4,00%	4,00%	5,00%	7,71%	7,00%
2	Lucro	8,00%	14,00%	7,00%	7,00%	4,00%	4,00%	10,00%	7,71%	7,00%
TOTAL									15,43%	14,00%



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
SISTEMA INTEGRADO DE PATRIMÔNIO, ADMINISTRAÇÃO E CONTRATOS

FOLHA DE ASSINATURAS

Emitido em 2020

PLANILHA ESTIMATIVA Nº 29/2020 - DICOMP (11.01.11.04.02) - DICOMP (11.01.11.04.02)
(Nº do Processo: 23005.000442/2020-63)

(Assinado digitalmente em 24/04/2020 22:36)

RENATO DE FREITAS ROSA

ADMINISTRADOR

1228520

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <http://sipac.ufgd.edu.br/documentos/> informando seu número: **29**, ano: **2020**, tipo: **PLANILHA ESTIMATIVA**, data de emissão: **24/04/2020** e o código de verificação: **92d6955faf**